

RECURSO	INSC	NOME	DETALHES	SITUAÇÃO	DISCIPLINA	QUESTÃO	RESPOSTA
3974	426	ALINE PERONDI	<p>Questão 11</p> <p>Uma empresa consultou seu assessor jurídico sobre a aplicabilidade de uma nova norma tributária que estabelece uma alíquota diferenciada para determinado imposto. O assessor deve considerar o momento a partir do qual essa nova norma poderá ser aplicada. Qual o princípio que determina a regra da não aplicação imediata da norma tributária, impondo uma espera para sua eficácia?</p> <p>Gabarito:</p> <p>(A) Princípio da Anterioridade</p> <p>Inconformismo:</p> <p>Existem exceções à regra do princípio da anterioridade.</p> <p>Neste sentido, a questão precisaria especificar qual tributo a nova norma regulamenta, haja vista que existem tributos que entram na regra de exceção ao princípio da anterioridade, tanto anual quanto nonagesimal, nos termos do artigo 150, § 1º da Constituição Federal:</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	11	<p>Após análise detalhada da questão, do gabarito preliminar e das alegações apresentadas nos recursos, a banca conclui que a alternativa apontada como correta, 'Princípio da anterioridade', deve ser mantida. O enunciado e as opções disponíveis estão alinhados com os fundamentos legais e doutrinários aplicáveis. Seguem as justificativas para cada ponto questionado.</p> <p>Fundamentação Legal e Contextualização</p> <p>O enunciado aborda a aplicabilidade de uma nova norma tributária que estabelece uma alíquota diferenciada para um imposto e requer que o assessor jurídico considere o momento em que essa norma poderá começar a produzir efeitos. Nesse contexto, o princípio da anterioridade é o fundamento jurídico que regula a não aplicação imediata de normas tributárias, garantindo um intervalo de espera antes de sua eficácia, conforme o art. 150, III, 'b' e 'c', da Constituição Federal.</p> <p>A anterioridade, na esfera tributária, desdobra-se em: Anterioridade anual ('b'): proíbe a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro de sua criação ou aumento. Anterioridade nonagesimal ('c'): exige a espera de 90 dias após a publicação da lei, independentemente do exercício financeiro. Embora existam exceções previstas no §1º do art. 150 (como II, IE, IOF, entre outros), estas não desqualificam o princípio da anterioridade como a regra geral aplicável, conforme explicitado no enunciado. A questão trata da norma em si e não aborda tributos específicos que possam ser exceções.</p> <p>Análise das Alternativas: Princípio da anterioridade: Esta alternativa está CORRETA. A anterioridade, em suas formas anual e nonagesimal, é a</p>

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

[...]

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

regra constitucional que impede a aplicação imediata de normas tributárias. O princípio visa garantir segurança jurídica e previsibilidade para os contribuintes, alinhando-se diretamente ao que é solicitado no enunciado. Embora a alternativa não especifique 'anterioridade tributária', o contexto da questão, claramente inserido no Direito Tributário, torna a interpretação inequívoca. Princípio da legalidade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da legalidade (art. 150, I, da CF) exige que a criação ou majoração de tributos seja feita por lei. Embora essencial, ele não regula o intervalo temporal para a aplicação de novas normas tributárias, sendo, portanto, inadequado ao contexto apresentado. Princípio da progressividade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da progressividade refere-se à proporcionalidade na tributação, com alíquotas crescentes conforme a capacidade contributiva do sujeito passivo (ex.: IPTU e IR). Ele não se aplica à questão, que trata da eficácia temporal de normas tributárias. Princípio da capacidade contributiva: Essa alternativa está INCORRETA. A capacidade contributiva, prevista no art. 145, §1º, da CF, orienta a tributação de acordo com a possibilidade econômica do contribuinte, mas não regula a aplicação temporal de normas tributárias. Princípio da anualidade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da anualidade foi substituído pela anterioridade tributária na Constituição de 1988. Embora tenha relevância histórica, ele não possui aplicação prática no ordenamento jurídico atual, sendo uma interpretação doutrinária superada. Conclusão A alternativa 'Princípio da anterioridade' é a única resposta correta. O enunciado é claro e direto, e a regra do princípio da anterioridade se

Desta forma, segundo a doutrina de Eduardo Sabbag (Direito Tributário Essencial, editora Método, 2020 – Pág.40/41):

Tributos exigidos imediatamente, caso aumentados ou instituídos, ou seja, exceções concomitantes às anterioridades anual e nonagesimal: II, IE, IOF, IEG e Empréstimo Compulsório (Calamidade Pública ou Guerra);

Tributos que são exceções concomitantes aos princípios da legalidade, da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal: II, IE e IOF.

Ante o exposto, em razão da questão não afirmar qual tributo está sujeito ao princípio da Anterioridade, deve ser anulada.

aplica como fundamento principal para a questão proposta. As demais alternativas, ainda que pertinentes a outros aspectos do Direito Tributário, não respondem à pergunta formulada. A questão está mantida.

3975	426	ALINE PERONDI	<p>Os arquivos PDF são amplamente utilizados para a</p> <p>distribuição de documentos devido à sua portabilidade e</p> <p>preservação de formatação. No entanto, versões mais</p> <p>recentes do formato PDF suportam recursos avançados,</p> <p>como incorporação de multimídia e execução de scripts</p> <p>JavaScript, que podem introduzir vulnerabilidades de</p> <p>segurança. Considerando as melhores práticas de</p> <p>segurança da informação, especialmente ao lidar com</p> <p>documentos de fontes desconhecidas, qual é a medida</p> <p>mais eficaz para mitigar riscos associados à execução de</p> <p>código malicioso em arquivos PDF ao visualizá-los em</p>	INDEFERIDO	Informática Básica	<p>40 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A resposta correta é: 'Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF.' A resposta correta para a questão é 'Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF', pois esta é uma das práticas mais eficazes para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF. A execução de JavaScript é frequentemente explorada como vetor de ataque em documentos PDF. Desativá-lo nas configurações do leitor é uma medida simples e amplamente acessível, reduzindo significativamente os riscos, especialmente ao lidar com arquivos de fontes desconhecidas. Embora a alternativa 'Abrir os arquivos PDF em um ambiente isolado ou sandbox' (Alternativa A) seja tecnicamente válida e altamente eficaz, ela não é a mais prática ou amplamente acessível para o público geral. Sandboxing exige maior conhecimento técnico, pode demandar configurações específicas e não está disponível em leitores de PDF comuns. A desativação de JavaScript, por outro lado, é suficiente para a maioria dos usuários em cenários cotidianos e é uma solução mais prática. As alegações de que sandboxing seria mais adequado têm mérito, principalmente em ambientes corporativos ou em análises de segurança especializadas. A sandbox, como recurso, oferece um ambiente isolado para a abertura de arquivos suspeitos, protegendo o dispositivo e a rede de possíveis ataques. No entanto, sua implementação não é trivial para a maioria dos usuários, e recursos como o Modo Protegido do Adobe Reader, que utilizam sandboxing</p>
------	-----	---------------	---	------------	--------------------	---

um leitor de PDF?

Gabarito: (D) Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF

Inconformismo:

No exercício da atividade de assessoria jurídica, é necessária a realização de assinatura digital de diversos documentos em formato PDF. No entanto, para a execução do leitor de assinatura digital, é imprescindível a utilização do programa Java Script. Se for necessário desativar o Java para evitar vulnerabilidades de segurança, a questão deveria apresentar uma alternativa segura, pois a simples opção de desativar o programa, impede a realização da assinatura digital.

Assim, a questão não apresenta uma alternativa para o problema, razão pela qual requer seja anulada.

internamente, não substituem a necessidade de desativar JavaScript como uma camada adicional de proteção. A preocupação com a necessidade de JavaScript para funcionalidades como assinaturas digitais é relevante em casos específicos. Contudo, a questão trata de documentos de fontes desconhecidas, onde tais funcionalidades não se aplicam. Para esses casos, recomenda-se limitar o uso de JavaScript a documentos de fontes confiáveis, mantendo a segurança sem comprometer funcionalidades importantes. Sobre as vulnerabilidades que podem explorar JavaScript mesmo quando desativado, é verdade que ataques sofisticados podem contornar configurações de segurança. Entretanto, desativar o JavaScript ainda elimina a maioria dos vetores de ataque comuns. Soluções como sandboxing são complementares, mas a desativação do JavaScript permanece uma prática eficaz e recomendada para a maioria dos usuários. Embora sandboxing seja uma solução robusta, sua aplicação é mais limitada a contextos corporativos e análises avançadas, o que impede que seja considerada a medida mais eficaz e acessível para todos os usuários. A desativação do JavaScript é amplamente recomendada por padrões de segurança, como os estabelecidos pelo NIST (National Institute of Standards and Technology), e atende às necessidades da maioria dos cenários de risco. Portanto, a desativação do JavaScript nas configurações do leitor de PDF é a solução mais prática, acessível e eficaz para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF de fontes desconhecidas. Diante disso, o recurso não assiste ao recorrente. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

3956	242	ANA CARLA LORENZZON	<p>A questão 5 aborda um dos métodos de registro de Pressão Arterial (PA), trazendo em seu enunciado: “Sobre a Medida Ambulatorial Da Pressão Arterial (MAPA), julgue as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F)”, porém, uma das afirmações fala sobre o diagnóstico de Hipertensão Arterial (HA) em consultório, em discordância com o solicitado no enunciado, pois, segundo as Diretrizes Brasileiras de Medidas da Pressão Arterial Dentro e Fora do Consultório – 2023, o MAPA tem como definição: “Monitoração ambulatorial da pressão arterial de 24 horas (MAPA) é o método que permite o registro indireto e intermitente da PA durante 24 horas ou mais, enquanto o paciente realiza as suas atividades usuais na vigília e durante o sono.”</p> <p>Ademais, a afirmação dada como verdadeira no gabarito provisório, apresenta: “Para confirmação do diagnóstico de hipertensão, é recomendada a repetição das medidas em duas ou mais visitas, com pelo menos duas medições em cada consulta, com intervalo de 1 a 2 minutos entre elas.” Contudo, o documento Diretrizes Brasileiras de Medidas da Pressão Arterial Dentro e Fora do Consultório – 2023, publicado em 2024, traz que: “Várias medidas devem ser realizadas em diferentes dias no consultório médico, observando-se 1 a 2 minutos de intervalo</p>	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	5 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a correção do gabarito preliminar, visto que: A afirmação 2 corretamente descreve as práticas recomendadas para a medição da pressão arterial em consultório, conforme descritas nos documentos do Ministério da Saúde, mas são específicas para a medição em consultório e não se aplicam diretamente à MAPA, que é um método diferente de avaliação da pressão arterial, ou seja, se aplica às medidas de pressão arterial realizadas em consultório, não especificamente à MAPA, como requer o enunciado da questão. Assim, diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO para a correção do gabarito para a opção V, F, F.
------	-----	---------------------	---	-------------------	------------------------------------	--

entre as medidas.”

A Sociedade Brasileira de Hipertensão publicou um esclarecimento no dia 29/10/2024 (Disponível em: <https://www.sbh.org.br/arquivos/esclarecimentos-da-sociedade-brasileira-de-hipertensao-para-todos-os-profissionais-de-saude-sobre-as-diretrizes-europeias-de-hipertensao-2024/>), sobre as alterações realizadas no último Congresso da Sociedade Europeia de Cardiologia para diagnóstico de HA, alegando que “As próximas diretrizes brasileiras de hipertensão estão sendo elaboradas com a programação de publicação em 2025, e até lá manteremos as mesmas recomendações da diretriz publicada em 2021”. Desse modo, a Diretriz Brasileira de Hipertensão publicada em 2021 apresenta: “Como a PA pode ter alta variabilidade, o diagnóstico de HA não deve se basear exclusivamente na medida da PA em apenas uma consulta médica, a menos que esteja substancialmente elevada (HA estágio 3) ou haja diagnóstico estabelecido de Lesão de Órgão Alvo (LOA) ou de doença Cardiovascular (CV). Para os demais pacientes, as medidas repetidas da PA em visitas subsequentes no consultório devem ser utilizadas para confirmar uma elevação persistente, bem como para classificar o estágio da HA. Quanto maior o estágio da HA,

maior deverá ser o número de visitas e menor o intervalo de tempo entre elas. Assim, pacientes em estágio 2 ou 3 poderão requerer mais visitas com intervalos de tempo mais curtos entre as visitas (dias ou semanas), enquanto aqueles com estágio 1 poderão requerer visitas após alguns meses, especialmente quando não há LOA e o risco CV é baixo.”

No gabarito provisório, a presente questão considerou como correta a alternativa 'D', quando, na verdade, conforme apresentado, a alternativa correta seria a letra 'B'.

Referências:

FEITOSA, Audes Diogenes de Magalhães et al. Diretrizes Brasileiras de Medidas da Pressão Arterial Dentro e Fora do Consultório–2023. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 121, p. e20240113, 2024.

BARROSO, Weimar Kunz Sebba et al. Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial–2020. Arquivos brasileiros de cardiologia, v. 116, p. 516-658, 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



			<p>< https://www.sbh.org.br/arquivos/esclarecimentos-da-sociedade-brasileira-de-hipertensao-para-todos-os-profissionais-de-saude-sobre-as-diretrizes-europeias-de-hipertensao-2024/></p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

4041	242	ANA CARLA LORENZZON	<p>A questão 8 solicita, aborda em seu enunciado, qual fase do desenvolvimento embrionário as gônadas começam a se diferenciar entre testículos e ovários, e quais estruturas envolvem esse processo. A alternativa A refere que “Tanto os testículos quanto os ovários se formam simultaneamente entre a 5ª e a 6ª semana, tornando-se totalmente diferenciados na 7ª semana.”, e está incorreta, pois, segundo o livro Embriologia Básica: “O desenvolvimento ovariano acontece aproximadamente 3 semanas após (em torno da semana 10) o desenvolvimento testicular.” Já a alternativa B, apresentada como correta no gabarito provisório, diz: “Os testículos começam a se formar na 7ª semana de desenvolvimento intrauterino, enquanto os ovários são identificáveis por volta da 8ª ou 9ª semana.” Porém, está incorreta, ainda conforme apresentado no livro Embriologia Básica: “O ovário não é identificável histologicamente aproximadamente até a 10ª semanas.” e “A diferenciação sexual genética masculina começa no fim da 6ª semana.” A alternativa C mostra que: “As gônadas começam a se diferenciar na 5ª semana de gestação, com os testículos formados completamente por volta da 6ª semana e os ovários na 7ª semana.” Também está incorreta, conforme o livro Embriologia Básica: “O desenvolvimento ovariano acontece aproximadamente 3</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>8 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A alternativa correta afirma que 'Os testículos começam a se formar na 7ª semana de desenvolvimento intrauterino, enquanto os ovários são identificáveis por volta da 8ª ou 9ª semana'. Esta alternativa é sustentada por fontes como o documento 'Embriologia Humana' da UFSC, que indica que os testículos começam a ser reconhecíveis a partir da 7ª semana e os ovários entre a 8ª e a 9ª semana. A diferenciação sexual genética masculina pode começar no final da 6ª semana, como mencionado no livro 'Embriologia Básica'. No entanto, o reconhecimento morfológico e estrutural dos testículos, como órgãos diferenciados, começa de fato na 7ª semana. Portanto, a afirmação que os testículos começam a se formar na 7ª semana está alinhada com a literatura, considerando que a formação envolve não apenas o início da diferenciação, mas também o desenvolvimento morfológico reconhecível. Embora 'Embriologia Básica' sugira que os ovários não são histologicamente identificáveis até a 10ª semana, outras fontes, incluindo o documento citado da UFSC, indicam que sinais iniciais de diferenciação ovariana podem começar a ser morfológicamente percebidos um pouco antes. Assim, a afirmação de que são identificáveis por volta da 8ª ou 9ª semana está se referindo ao início deste processo de diferenciação visível, não necessariamente à completa maturação histológica. https://antigo.uab.ufsc.br/biologia/files/2020/08/Embriologia-Humana.pdf Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	---------------------	--	------------	------------------------------------	---

semanas após (em torno da semana 10) o desenvolvimento testicular.” Na alternativa D, aparece que: “A diferenciação das gônadas ocorre na 8ª semana, com as estruturas dos testículos e ovários sendo morfológicamente idênticas até esse momento.” Contudo, os livros Embriologia Humana e Embriologia Básica mostram: “Da 7ª semana em diante, os sistemas masculino e feminino seguem vias diferentes.” Além de: “O desenvolvimento gonadal inicia durante a quinta semana.” E, também, “Em indivíduos de ambos os sexos, a formação e a diferenciação das gônadas têm início com a chegada das células germinativas primordiais ao mesoderma intermediário (...) durante a 5ª semana.” Por fim, a alternativa de letra E, apresenta o seguinte texto: “As gônadas indiferenciadas se tornam testículos ou ovários na 4ª semana, com a diferenciação sendo dependente exclusivamente dos hormônios”. Entretanto, a diferenciação não é exclusiva de ação hormonal, conforme os livros de embriologia abordam: “A determinação e a manifestação sexuais começam com a determinação sexual genética (...) O genótipo sexual é responsável por direcionar o desenvolvimento gonadal”. Conforme o exposto, nenhuma alternativa encontra-se correta e, assim, a questão é passível de anulação.

			<p>MOORE, Keith L.; PERSAUD, TVN; TORCHIA, Mark G. Embriologia Básica . 10ª edição. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2022. E-book. pág.165. ISBN 9788595159020.</p> <p>SCHOENWOLF, Schoenwolf. Larsen Embriologia Humana . 5ª edição. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2016. E-book. pág.396. ISBN 9788595151840.</p>			
--	--	--	---	--	--	--

4008	294	ANA LETICIA DE ALMEIDA	<p>QUESTÃO 22: Questão 22 Leia as afirmações abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):</p> <p><input type="checkbox"/>As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.</p> <p><input type="checkbox"/>O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato.</p> <p><input type="checkbox"/>Médica e básico são proparoxítonas.</p> <p><input type="checkbox"/>Além e olhar são oxítonas.</p> <p><input type="checkbox"/>Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola.</p> <p>A sequência que preenche os parênteses corretamente é:</p> <p>(A) F, F, V, V, V.</p> <p>(B) V, V, V, F, F.</p> <p>(C) V, F, V, V, F.</p> <p>(D) V, V, V, V, V.</p> <p>(E) F, V, V, F, V</p> <p>QUESTÃO CORRETA APONTADA PELO</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	<p>22 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:Análise das alternativas:(F) As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.O verbo ler não segue a regra do verbos que são acentuados para diferenciar singular do plural, como é o caso do verbo ter.ter = ele tem/eles têm.ler = Ele lê/ eles leem.(F) O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato.O vocábulo saúde é acentuado pela regra: acentuam-se o I e o U quando forem tônicos, estiverem formando hiato com com a última vogal da sílaba anterior e estiverem sozinhos ou seguidos de s na sua própria sílaba. Já o vocábulo razoável é acentuada pela regra das paroxítonas terminadas em I(_V_) Médica e básico são proparoxítonas.todas proparoxítonas são acentuadas.(V) Além e olhar são oxítonas.Oxítonas são palavras cuja sílaba tônica é a última.a-lémo-lharPortanto, as duas são oxítonas.(_V_)Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola. As duas palavras não possuem hífen.autoescola (de acordo como o Novo Acordo Ortográfico, não se usa hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com vogal diferente)Assim, prevalece o gabarito: F, F, V, V, V.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO</p>
------	-----	------------------------	--	------------	-------------------	--

GABARITO PRELIMINAR: (A) F, F, V, V, V.

RAZÕES DO RECURSO: Considerando o enunciado da questão, cumpre destacar que a resposta correta NÃO SE REFERE À ALTERNATIVA APONTADA PELA BANCA COMO CORRETA, conforme:

1) A forma verbal “TÊM” realmente encontra-se acentuada, por referir-se a terceira pessoa do plural (Eles têm). No entanto, o verbo “LÊ” é um verbo irregular que se refere terceira pessoa do singular (Ele lê), de modo que a frase é incorreta, ou seja, falsa (F).

2) Hiato é um encontro vocálico que ocorre quando duas vogais estão juntas em uma palavra, mas estão em sílabas diferentes. Com efeito, as palavras razoável e saúde são separadas da seguinte forma: “ra-zo-á-vel” e “sa-ú-de”. Logo, considerando a separação silábica das palavras razoável e saúde, nota-se que realmente há a separação de duas vogais, em duas sílabas diferentes. Em que pese ambas também sejam classificadas como paroxítonas, referem-se igualmente a duas palavras classificadas como hiato. Logo, a frase pode ser considerada verdadeira, caso a banca tenha entendimento que ambas as palavras referem-se a hiatos, pois há a

separação de duas vogais, em sílabas diferentes, assim como a banca examinadora pode compreender que o acento de ambas as palavras ocorre em virtude da regra das paroxítonas, caracterizando uma assertiva com dois entendimentos (V) ou (F), conforme entendimento da Banca e das regras de Ortografias vigentes.

3) As palavras “médica” e “básico”, de fato são proparoxítonas, uma vez que a separação silábica ocorre da seguinte forma: “Mé-di-ca” e “bá-si-co”. Logo, a assertiva é verdadeira (V).

4) Em relação as palavras “além” e “olhar”, cumpre destacar que a palavra além é uma oxítona terminada com m, por isso deve ser acentuada. Assim, a palavra “além” possui a tônica na última sílaba. Entretanto, a palavra “olhar”, possui como sílaba a penúltima sílaba, (o), visto que a sílaba tônica é a sílaba que é pronunciada com mais força, ou seja, é a sílaba que possui maior intensidade. Comprovadamente a palavra “olhar” possui como sílaba tônica a penúltima sílaba (o-lhar), pois ô possui o fonema fechado, equiparado ao som emitido por palavras que

possuem acento circunflexo no “ô” – ô fechado. Assim, a palavra 'olhar' é paroxítona, pois a sílaba tônica é a penúltima, de modo que a assertiva é falsa (F).

5) A palavra “psicoativa”, assim como a palavra “autoescola” não são hifenizadas, visto que o hífen é usado quando o prefixo e o segundo elemento da palavra se juntam com a mesma vogal. Por exemplo, 'anti-ibérico', 'auto-organização', 'micro-ondas'. Já não se usa hífen quando os elementos se unem com vogais diferentes, como é o caso de 'autoescola'. Em relação ao prefixo “psico”, em princípio, obriga ao hífen só quando o segundo elemento começa por h, como nas palavras psico-história, psico-historiador, psico-histórico, não sendo, obviamente, o caso da palavra psicoativas, de modo que a assertiva é verdadeira (V).

Logo, a ordem das assertivas é a seguinte:

1) F

2) F ou V

3) V

4) F

5) V

Assim, requer, diante dos motivos expostos, a ALTERAÇÃO DO GABARITO, passando a constar como CORRETA A ALTERNATIVA (E), caso o entendimento da Banca ser que o vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato ser correto e que a palavra olhar NÃO É OXITONA.

Por conseguinte, caso não seja o entendimento de alteração de gabarito, requer, alternativamente, a ANULAÇÃO DA QUESTÃO 22, visto que a palavra olhar NÃO É OXITONA.

4023	484	ANDRIEL E ALBA	<p>Solicitação de alteração de gabarito para a alternativa C:</p> <p>Questão 10 : A eosinofilia é um aumento anormal do número de eosinófilos no sangue ou em tecidos específicos, sendo</p> <p>um importante marcador em várias condições inflamatórias e alérgicas, como a rinite alérgica, a asma e a urticária. Assim, avalie as proposições:</p> <p>I. Na rinite não alérgica com eosinofilia (NARES), a eosinofilia local e periférica é o único marcador presente.</p> <p>II. Na asma, há uma correlação positiva entre o FeNO (fractional exhaled nitric oxide) e o ECP, sendo o ECP elevado após provocação nasal.</p> <p>III. O mepolizumab, anticorpo monoclonal anti-IL-5, é clinicamente eficaz em diminuir a eosinofilia</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>10 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: Proposição I: Afirmar que a eosinofilia local e periférica é o 'único marcador' na NARES é incorreto. Na realidade, outras características inflamatórias podem estar presentes em NARES, o que torna a proposição factualmente errada. Proposição II: A proposição que o ECP é elevado após provocação nasal na asma, embora possa ter suporte em certos estudos, não é universalmente aceita na comunidade médica como uma característica geral da asma. Isso torna a proposição imprecisa e potencialmente enganosa. Proposição III: Apesar de o mepolizumab ser eficaz na redução da eosinofilia em casos específicos de asma eosinofílica, a generalização de sua eficácia para 'diminuir a eosinofilia local na asma' pode ser considerada uma super simplificação, uma vez que a resposta ao tratamento pode variar significativamente entre os pacientes. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.</p>
------	-----	----------------	--	-----------------	------------------------------------	--

local na

asma.

Assinale a alternativa correta:

(A) Apenas a proposição II está correta.

(B) Apenas as proposições I e II estão corretas.

(C) Apenas a proposição III está correta.

(D) Apenas as proposições I e III estão corretas.

(E) Apenas as proposições II e III estão corretas.

Justificativa:

Análise das proposições:

Proposição I: 'Na rinite não alérgica com eosinofilia (NARES), a eosinofilia local e periférica é o único marcador presente.'

Esta afirmação está incorreta porque, embora a eosinofilia seja característica na NARES, a descrição de 'único marcador' é errônea. Outros mediadores inflamatórios podem estar presentes, mesmo que em menor intensidade. Portanto, há imprecisão na exclusividade mencionada na proposição.

Proposição II: 'Na asma, há uma correlação positiva entre o FeNO (fractional exhaled nitric oxide) e o ECP, sendo o ECP elevado após provocação nasal.'

Esta proposição está incorreta. Embora o FeNO seja um marcador de inflamação eosinofílica na asma e sua elevação esteja associada a inflamação alérgica, a relação com o aumento do ECP (proteína catiônica eosinofílica) em resposta a uma 'provocação nasal' não é universalmente estabelecida ou suportada de maneira sólida em estudos clínicos sobre a asma em geral. Tal descrição poderia ser associada a processos alérgicos específicos, mas não à asma como um todo.

Proposição III: 'O mepolizumab, anticorpo monoclonal anti-IL-5, é clinicamente eficaz

em diminuir a eosinofilia local na asma.'

Esta proposição é correta. O mepolizumab é clinicamente utilizado para reduzir a inflamação eosinofílica em pacientes com asma grave eosinofílica, demonstrando eficácia em estudos clínicos ao diminuir os níveis de eosinófilos tanto no sangue periférico quanto nas vias aéreas. Sua atuação bloqueando a IL-5 reduz diretamente a atividade e sobrevivência dos eosinófilos, comprovando sua eficácia terapêutica.

Conclusão:

Diante do exposto, a única proposição correta é a III, tornando a alternativa C a resposta correta. Solicito a revisão do gabarito oficial e a alteração da resposta para a alternativa C.

Referências utilizadas para embasamento:

Global Initiative for Asthma (GINA). Global Strategy for Asthma Management and Prevention.

Bousquet J, et al. 'Allergic Rhinitis and its Impact on Asthma (ARIA) guidelines.'

Castro M, et al. 'Mepolizumab Therapy for Severe Eosinophilic Asthma.' New England Journal of Medicine.

Agradeço pela consideração da solicitação de recurso.

4025	484	ANDRIEL E ALBA	<p>Solicito revisão da questão e troca de gabarito para alternativa 'A'.</p> <p>Segue a questão:</p> <p>O hipotireoidismo é uma condição clínica caracterizada</p> <p>pela produção insuficiente dos hormônios tireoidianos,</p> <p>que afeta vários sistemas do corpo e pode se manifestar</p> <p>de formas variadas. Assim, avalie as proposições:</p> <p>I.A alteração do reflexo de Aquiles é um sinal clínico com</p> <p>importante valor diagnóstico no hipotireoidismo.</p> <p>II.A hiperprolactinemia no hipotireoidismo está</p> <p>relacionada aos níveis elevados de TRH, e é mais</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>17 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos:A afirmação que 'A alteração do reflexo de Aquiles é um sinal clínico com importante valor diagnóstico no hipotireoidismo' é corretamente formulada e reflete uma prática clínica aceita, onde tal alteração é reconhecida como um indicativo potencial de hipotireoidismo, embora não exclusivo dessa condição. O recurso contesta a importância deste sinal alegando que não é diagnóstico chave e pode ocorrer em outras condições, porém, isso não contradiz a validade do sinal em um contexto clínico quando acompanhado de outros sintomas e confirmado por exames laboratoriais. A afirmação não sugere que a alteração do reflexo seja o único indicador de hipotireoidismo, nem nega a necessidade de confirmação laboratorial, portanto, os argumentos do recurso, embora tecnicamente corretos em enfatizar a necessidade de testes laboratoriais para diagnóstico definitivo, não desqualificam a validade do reflexo de Aquiles como um sinal clínico útil e de importante valor diagnóstico, particularmente em conjunto com outros sinais e sintomas. A menção deste sinal como útil e de valor diagnóstico se mantém válida e o recurso não fornece uma base suficiente para desconsiderar a relevância clínica do mesmo no diagnóstico de hipotireoidismo. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-------------------	---	------------	------------------------------------	---

frequentemente observada em homens.

III. Mulheres em idade fértil com distúrbios menstruais e

infertilidade devem ser investigadas bioquimicamente

para hipotireoidismo.

Assinale a alternativa correta:

(A) Apenas a proposição III está correta.

(B) Apenas as proposições I e III estão corretas.

(C) Apenas as proposições II e III estão corretas.

(D) Apenas as proposições I e II estão corretas.

(E) Apenas a proposição II está correta.

JUSTIFICATIVA:

I. 'A alteração do reflexo de Aquiles é um sinal clínico com importante valor diagnóstico no hipotireoidismo.'

Falsa. O reflexo de Aquiles pode, de fato, apresentar alterações em pacientes com hipotireoidismo, sendo que a redução ou ausência deste reflexo é observada devido aos efeitos do hipotireoidismo sobre o sistema neuromuscular. Contudo, classificar essa alteração como um 'sinal com importante valor diagnóstico' é impreciso, especialmente quando comparado a outros achados clínicos e laboratoriais mais diretamente associados ao diagnóstico de hipotireoidismo.

O reflexo de Aquiles diminuído ou ausente é um achado não específico para hipotireoidismo, podendo ser encontrado em diversas outras condições, como neuropatias periféricas, doenças neurológicas e até em estados fisiológicos normais. Portanto, enquanto a alteração desse reflexo pode ser observada em pacientes com hipotireoidismo, ele não deve ser considerado um sinal diagnóstico decisivo ou de grande valor, uma vez que outros

sintomas e exames laboratoriais (como níveis elevados de TSH e baixos de T4 livre) têm muito mais relevância no diagnóstico da doença.

Além disso, em estágios iniciais do hipotireoidismo, a alteração nos reflexos tendinosos pode ser muito sutil e não necessariamente presente, o que limita sua utilidade diagnóstica. Outras manifestações clínicas, como cansaço excessivo, ganho de peso, constipação, e alterações cutâneas, juntamente com exames laboratoriais, são muito mais eficazes para confirmar o diagnóstico.

Portanto, o reflexo de Aquiles alterado pode ser um achado em pacientes com hipotireoidismo, mas sua importância no diagnóstico é secundária, não devendo ser tratado como um dos principais sinais clínicos a serem observados para essa condição.

II. 'A hiperprolactinemia no hipotireoidismo está relacionada aos níveis elevados de TRH, e é mais frequentemente observada em

homens.'

Falsa. Embora o aumento dos níveis de TRH (hormônio liberador de tirotropina) seja responsável pelo aumento da prolactina em casos de hipotireoidismo, a hiperprolactinemia associada ao hipotireoidismo é mais comumente observada em mulheres, principalmente devido ao papel da prolactina na regulação da lactação e no ciclo menstrual.

III. 'Mulheres em idade fértil com distúrbios menstruais e infertilidade devem ser investigadas bioquimicamente para hipotireoidismo.'

Verdadeira. O hipotireoidismo é uma causa conhecida de disfunção menstrual e infertilidade, e mulheres em idade fértil com esses sintomas devem ser investigadas para essa condição.

Conclusão:

Diante do exposto, a única proposição correta é a III, tornando a alternativa A a resposta correta. Solicito a revisão do gabarito oficial e a alteração da resposta para a alternativa A.

Referências utilizadas para embasamento:

Kaufman, H. E., & Kharbanda, R. K. (2019). 'Hypothyroidism and Neurologic Disorders'. In Endocrine and Metabolic Disorders. Springer.

Jameson, J. L., & Weetman, A. P. (2018). 'Disorders of the Thyroid Gland'. In Harrison's Principles of Internal Medicine (20th ed.). McGraw-Hill Education.

Braverman, L. E., & Utiger, R. D. (2009). 'The Thyroid: A Fundamental and Clinical Text'. Lippincott Williams & Wilkins.

Hollowell, J. G., et al. (2002). 'Prevalence of



		<p>Hypothyroidism in the United States: The National Health and Nutrition Examination Survey (NHANES III)¹. JAMA, 288(2), 212-217.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

		<p>Agradeço pela consideração da solicitação de recurso.</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

4027	484	ANDRIEL E ALBA	<p>Solicitação de Anulação da Questão abaixo:</p> <p>Leia as afirmações abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):</p> <p>() As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.</p> <p>() O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato.</p> <p>() Médica e básico são proparoxítonas.</p> <p>() Além e olhar são oxítonas.</p> <p>() Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola.</p> <p>A sequência que preenche os parênteses corretamente</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	22	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: Análise das alternativas: (F) As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural. O verbo ler não segue a regra dos verbos que são acentuados para diferenciar singular do plural, como é o caso do verbo ter. ter = ele tem/ eles têm. ler = Ele lê/ eles leem. (F) O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato. O vocábulo saúde é acentuado pela regra: acentuam-se o I e o U quando forem tônicos, estiverem formando hiato com a última vogal da sílaba anterior e estiverem sozinhos ou seguidos de s na sua própria sílaba. Já o vocábulo razoável é acentuado pela regra das proparoxítonas. Todas as proparoxítonas são acentuadas. (V) Além e olhar são oxítonas. Oxítonas são palavras cuja sílaba tônica é a última. a-lémo-lhar. Portanto, as duas são oxítonas. (_ V _) Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola. As duas palavras não possuem hífen. autoescola (de acordo com o Novo Acordo Ortográfico, não se usa hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com vogal diferente) Assim, prevalece o gabarito: F, F, V, V, V. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO</p>
------	-----	-------------------	--	------------	-------------------	----	---

é:

(A) F, F, V, V, V.

(B) V, V, V, F, F.

(C) V, F, V, V, F.

(D) V, V, V, V, V.

(E) F, V, V, F, V.

Prezada Comissão de Correção,

Gostaria de solicitar a anulação da questão que envolve análise de acentuação e hifenização de palavras, uma vez que a mesma contém erros conceituais que podem induzir o candidato a respostas equivocadas. Abaixo, apresento as justificativas detalhadas para a anulação da questão:

Primeira afirmação: 'As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar

a forma singular da de plural.'

Erro conceitual: A forma 'têm' recebe acento para diferenciar o plural de 'tem', mas 'lê' não é acentuada por essa razão. 'Lê' é acentuada pela tonicidade da vogal 'e', e não para diferenciar o singular do plural. Esta afirmação apresenta um erro conceitual sobre o uso de acento gráfico.

Segunda afirmação: 'O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato.'

Erro conceitual: 'Razoável' e 'saúde' são acentuadas por regras de tonicidade, mas não pela regra dos hiatos. O acento em 'razoável' ocorre porque a palavra é paroxítona terminada em 'el', e em 'saúde', o acento é devido à tonicidade da vogal 'u', não por ser um hiato. A afirmação está equivocada.

Terceira afirmação: 'Médica e básico são

proparoxítonas.'

Correto: Ambas as palavras são proparoxítonas. A palavra 'médica' tem a sílaba tônica na antepenúltima sílaba ('mé-dica') e 'básico' também tem a sílaba tônica na antepenúltima sílaba ('bá-si-co'). Portanto, a afirmação está verdadeira.

Quarta afirmação: 'Além e olhar são oxítonas.'

Correto: As palavras 'além' e 'olhar' são oxítonas, já que a sílaba tônica está na última sílaba. Esta afirmação está verdadeira.

Quinta afirmação: 'Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola.'

Erro conceitual: A palavra 'psicoativas' não leva hífen, o que está correto. No entanto, 'autoescola' deve ser hifenizada, o que torna

essa afirmação incorreta. A regra atual estabelece que palavras compostas com o prefixo 'auto-' exigem hífen.

Dado que o gabarito preliminar considera como correta a alternativa 'A' (F-F-V-V-V), de forma errônea, solicito a anulação da questão.

Agradeço pela atenção e aguardo a análise do recurso.

Referências Bibliográficas:

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz F. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio: O dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

MENDONÇA, João; LIMA, Marco. Ortografia e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



			acentuação na língua portuguesa: manual de normas e regras. São Paulo: Contexto, 2023.				
--	--	--	--	--	--	--	--

3972	11 ÁTILA DA SILVEIRA STRAPAS SON	<p>Questão 06 considerou o gabarito como A.</p> <p>O comando da questão é o seguinte:</p> <p>A Lei nº 14.133/21 prevê que o estudo técnico preliminar</p> <p>deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua</p> <p>melhor solução, de modo a permitir a avaliação da</p> <p>viabilidade técnica e econômica da contratação. É</p> <p>correto afirmar que um dos elementos que deverão</p> <p>constar obrigatoriamente no estudo é:</p> <p>Ocorre que a questão tem mais de um gabarito, visto que as alternativas C e E também estão corretas, pois segundo lei 14.133 em seu artigo 18, § 1º incisos V e IX também apresentam elementos que devem constar.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	6 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: O § 2º do Artigo 18 da Lei nº 14.133/21, define os elementos obrigatórios mínimos que devem ser incluídos no estudo técnico preliminar. De acordo com essa seção da lei, o estudo técnico preliminar deve incluir, no mínimo, os elementos especificados nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º. A alternativa que destaca que 'Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala', que é especificamente mencionado no inciso IV como um dos elementos obrigatórios. Portanto, esta é a resposta correta, pois alinha diretamente com a exigência legal de inclusão obrigatória no estudo técnico preliminar. As outras alternativas, apesar de serem elementos listados no estudo técnico preliminar, não estão incluídas entre os requisitos mínimos obrigatórios especificados no § 2º, e por isso não são consideradas corretas para esta questão específica: Alternativa que menciona os 'Requisitos da contratação', que, embora importante, são parte do § 1º, mas não listados como obrigatórios nos incisos especificados pelo § 2º para inclusão mínima obrigatória. Alternativa que aborda 'Levantamento de mercado', que, enquanto necessário, também não está listado entre os requisitos mínimos obrigatórios do § 2º. Alternativa que fala sobre a 'Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual', que é mencionada no inciso II do § 1º e não é obrigatória conforme o § 2º. Alternativa que inclui o 'Demonstrativo dos resultados
------	----------------------------------	---	------------	------------------------------------	---

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

(C) Levantamento de mercado, que consiste na análise

das alternativas possíveis, e justificativa técnica e

econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

(E) Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos

Portanto a questão deve ser anulada.

de economicidade e de melhor aproveitamento dos

pretendidos em termos de economicidade', que está listado no inciso IX do § 1º e, novamente, não é parte dos requisitos mínimos obrigatórios do § 2º. Dessa forma, apenas a alternativa (Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) corresponde diretamente a um dos requisitos explícitos e obrigatórios que devem ser incluídos no estudo técnico preliminar segundo a Lei nº 14.133/21. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



			recursos humanos, materiais e financeiros				
			disponíveis				

3973	11 ÁTILA DA SILVEIRA STRAPASSON	<p>Os arquivos PDF são amplamente utilizados para a distribuição de documentos devido à sua portabilidade e preservação de formatação. No entanto, versões mais recentes do formato PDF suportam recursos avançados, como incorporação de multimídia e execução de scripts JavaScript, que podem introduzir vulnerabilidades de segurança. Considerando as melhores práticas de segurança da informação, especialmente ao lidar com documentos de fontes desconhecidas, qual é a medida mais eficaz para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF ao visualizá-los em</p>	INDEFERIDO	Informática básica	40 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A resposta correta é: 'Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF.' A resposta correta para a questão é 'Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF', pois esta é uma das práticas mais eficazes para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF. A execução de JavaScript é frequentemente explorada como vetor de ataque em documentos PDF. Desativá-lo nas configurações do leitor é uma medida simples e amplamente acessível, reduzindo significativamente os riscos, especialmente ao lidar com arquivos de fontes desconhecidas. Embora a alternativa 'Abrir os arquivos PDF em um ambiente isolado ou sandbox' (Alternativa A) seja tecnicamente válida e altamente eficaz, ela não é a mais prática ou amplamente acessível para o público geral. Sandboxing exige maior conhecimento técnico, pode demandar configurações específicas e não está disponível em leitores de PDF comuns. A desativação de JavaScript, por outro lado, é suficiente para a maioria dos usuários em cenários cotidianos e é uma solução mais prática. As alegações de que sandboxing seria mais adequado têm mérito, principalmente em ambientes corporativos ou em análises de segurança especializadas. A sandbox, como recurso, oferece um ambiente isolado para a abertura de arquivos suspeitos, protegendo o dispositivo e a rede de possíveis ataques. No entanto, sua implementação não é trivial para a maioria dos usuários, e recursos como o Modo Protegido do Adobe Reader, que utilizam sandboxing
------	---------------------------------	---	------------	--------------------	--

um leitor de PDF?

(A) Abrir os arquivos PDF em um ambiente isolado ou

sandbox.

(B) Converter os arquivos PDF em formatos de imagem

antes de abri-los.

(C) Utilizar sempre a versão mais recente do leitor de

PDF para garantir compatibilidade.

(D) Desativar a execução de código JavaScript nas

configurações do leitor de PDF.

(E) Visualizar os PDFs apenas em navegadores web

atualizados

Foi dada como correta alternativa D. Ocorre que a letra A é mais correta, pois a SANDBOX

internamente, não substituem a necessidade de desativar JavaScript como uma camada adicional de proteção. A preocupação com a necessidade de JavaScript para funcionalidades como assinaturas digitais é relevante em casos específicos. Contudo, a questão trata de documentos de fontes desconhecidas, onde tais funcionalidades não se aplicam. Para esses casos, recomenda-se limitar o uso de JavaScript a documentos de fontes confiáveis, mantendo a segurança sem comprometer funcionalidades importantes. Sobre as vulnerabilidades que podem explorar JavaScript mesmo quando desativado, é verdade que ataques sofisticados podem contornar configurações de segurança. Entretanto, desativar o JavaScript ainda elimina a maioria dos vetores de ataque comuns. Soluções como sandboxing são complementares, mas a desativação do JavaScript permanece uma prática eficaz e recomendada para a maioria dos usuários. Embora sandboxing seja uma solução robusta, sua aplicação é mais limitada a contextos corporativos e análises avançadas, o que impede que seja considerada a medida mais eficaz e acessível para todos os usuários. A desativação do JavaScript é amplamente recomendada por padrões de segurança, como os estabelecidos pelo NIST (National Institute of Standards and Technology), e atende às necessidades da maioria dos cenários de risco. Portanto, a desativação do JavaScript nas configurações do leitor de PDF é a solução mais prática, acessível e eficaz para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF de fontes desconhecidas. Diante disso, o recurso não assiste ao recorrente. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

(máquina virtual/ambiente isolado) é a forma mais correta. Vejamos:

'Um sandbox oferece um ambiente seguro para a abertura de arquivos suspeitos, executando programas não confiáveis ou baixando URLs sem afetar os dispositivos que eles estão armazenados. Isso pode ser usado a qualquer hora, para qualquer situação, com o objetivo de examinar seguramente um arquivo ou código que pode ser malicioso antes de servi-lo aos dispositivos, mantendo-os isolado do PC e da rede da empresa.

Em segurança cibernética, o sandbox é usado como um recurso para testar softwares que depois serão categorizados como “seguros” ou “não seguros”. Na medida em que malwares se tornam mais comuns e perigosos, surgem aplicativos, links e downloads maliciosos com o potencial de ganhar acesso ilimitado aos dados de uma rede caso não sejam testados primeiramente por um software sandbox. O sandbox também pode ser usado como uma ferramenta para detectar ataques de malwares e bloqueá-los antes que entrem na rede. O sistema permite que a equipe de TI

teste códigos para entender exatamente como eles funcionam antes que invadam os dispositivos terminais com malwares e vírus. Isso dá uma ideia do que está acontecendo e ajuda na análise de outros cenários.' (Fonte: <https://www.avast.com/pt-br/business/resources/what-is-sandboxing#pc>)

A Sandbox é feita para que o usuário teste arquivos, pois é um ambiente virtual, se algo estiver contaminado não irá infectar o resto do computador, apenas o ambiente criado e é justamente pra isso que ela é usada.

3978	423	CAMILA OLIVEIRA DE LIMA	<p>Na década de 1940, não existia o ' Grupo Escolar Albina Mosconi'</p> <p>Sendo este criado na década de 1960. Portanto, não podemos estar em funcionamento na década de 1940.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Gerais	31	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:De acordo com o site oficial da prefeitura de Macieira 'Com o crescimento populacional houve a necessidade de ampliação das atividades locais, construiu-se a primeira escola chamada de 'Grupo Escolar Albina Mosconi' tendo como professora D. Guilhermina Cecília de Oliveira responsável pela educação local, nessa mesma época devido a grande religiosidade do povo construiu-se por meio do trabalho coletivo dos habitantes a primeira igreja, que ficava localizada onde hoje é a Praça Marechal Castelo Branco.'Fonte: https://macieira.sc.gov.br/pagina-11636/Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-------------------------	---	------------	----------------------	----	--

3957	382	DAIANE NERIS CAMPAG NIN	<p>Peço encarecidamente que seja reavaliada a segunda alternativa dada como verdadeira pelo gabarito preliminar (sendo a alternativa E) como segue a alternativa e a explicação abaixo:</p> <p>'O passado, as creches eram vistas como espaços assistencialistas, voltados para a higienização e cuidado das crianças mais pobres, enquanto a educação era destinada às crianças de famílias mais abastadas.'</p> <p>Historicamente somente as crianças das classes trabalhadoras frequentavam o 'atendimento às crianças de 0 a 6 anos' como é citado no enunciado da questão, 'enquanto a educação era destinada às crianças de famílias mais abastadas', em resumo, família abastada é um termo utilizado para descrever pessoas ou famílias que possuem uma grande quantidade de recursos financeiros. Essas pessoas desfrutavam de um alto padrão de</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	2	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A segunda afirmação da questão que foi julgada verdadeira é coerente com o histórico do desenvolvimento das instituições de cuidado infantil no Brasil. As creches, inicialmente focadas em serviços assistencialistas e de cuidados básicos, eram principalmente destinadas às crianças de famílias trabalhadoras e de baixa renda, enquanto a educação formal pré-escolar, que inclui crianças de 0 a 6 anos, era frequentemente acessível apenas para famílias mais abastadas. Este acesso diferenciado reflete práticas históricas em que a educação pré-escolar para crianças de famílias mais ricas era mais estruturada e pedagogicamente orientada, comparativamente ao caráter mais custodial das creches para famílias de baixa renda. Portanto, a descrição da alternativa está correta e reflete adequadamente as diferenças de classe no acesso aos serviços de educação e cuidado infantil no Brasil, ainda que as crianças de famílias mais ricas normalmente começassem a frequentar instituições formais de educação em idades mais avançadas. O recurso não apresenta fundamentação suficiente para alterar a avaliação dessa afirmação como verdadeira. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	----------------------------------	---	------------	------------------------------------	---	---

vida, com acesso a bens materiais e serviços exclusivos. Historicamente crianças dessa classes iniciavam seus estudos por voltas dos 07 anos e não faziam uso das instituições que prestavam assistência prestadas pelas instituições que visava somente o guardar e o cuidar da criança na falta da família durante o trabalho.

Concluo então, que tal alternativa está incoerente de acordo com o enunciado quando se refere de 0 a 6 anos.

3961	382	DAIANE NERIS CAMPAG NIN	<p>Peço encarecidamente que sejam reavaliadas as alternativas da questão 5 que foram dadas como verdadeiras(alternativa D pelo gabarito preliminar), sendo que as duas alternativas dadas como verdadeiras se tornam contraditórias. Segue abaixo explicação:</p> <p>Se 'o uso de mimeógrafos em escolas ainda é comum</p> <p>em muitas áreas do Brasil, especialmente em regiões</p> <p>onde há pouca infraestrutura tecnológica.' ,como pode dizer a segunda alternativa dado como verdadeira 'As máquinas copiadoras substituíram TOTALMENTE o</p> <p>uso de mimeógrafos nas escolas, sendo o ÚNICO recurso</p> <p>utilizado para reproduzir materiais impressos.', gostaria de dar ênfase para as palavras destacadas em maiúsculo, TOTALMENTE e ÚNICO, pois se os mimeógrafos ainda são usados em algumas escolas com pouca infraestrutura tecnológica, ainda estão sendo usados e não foram substituídos totalmente e nem as máquinas</p>	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>5 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a correção do gabarito preliminar, visto que:É verdadeira - 'O uso de mimeógrafos em escolas ainda é comum em muitas áreas do Brasil, especialmente em regiões onde há pouca infraestrutura tecnológica.' Sim, essa afirmação é verdadeira, considerando que em áreas com limitado acesso à eletricidade ou tecnologia avançada, o mimeógrafo continua sendo uma opção prática.É falsa - 'As máquinas copiadoras substituíram totalmente o uso de mimeógrafos nas escolas, sendo o único recurso utilizado para reproduzir materiais impressos.' Essa afirmação é falsa porque, apesar da prevalência de máquinas copiadoras, o mimeógrafo ainda é usado em certos contextos, especialmente onde as copiadoras não são viáveis devido a restrições de infraestrutura ou custo.Não é verdadeira - 'Os mimeógrafos, quando mantidos em bom estado, podem ser uma solução viável e econômica para a reprodução de materiais pedagógicos.' Esta afirmação não é verdadeira no contexto atual, onde outras tecnologias mais modernas e eficientes estão disponíveis e são preferidas mesmo em ambientes com limitações. O uso de mimeógrafos, embora econômico, não é considerado viável devido à sua obsolescência e ineficiência comparativa, portanto ele não se apresenta como solução viável e econômica para a reprodução de materiais pedagógicos, sendo utilizados em casos específicos por opção ou necessidade. Assim, diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO para a correção do gabarito para a opção V, F, F.</p>
------	-----	----------------------------------	---	----------------------	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



			<p>copiadoras são os únicos recursos de material impresso.</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--

3963	39	DAIANE REGINA MONTEIRO DE FREITAS	<p>A questão numero 20 apresenta 2 respostas corretas, onde a letra A conforme o gabarito esta parcialmente correta e a letra E. Embora na letra A segundo a ANVISA nas PRÁTICAS SEGURAS PARA PREVENÇÃO DE ERROS NA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS no site: https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/cartazes/cartaz_12-ggtes_web.pdf cite que na (FORMA CERTA) NÃO CITA sobre medicação de liberação prolongada, sendo que a farmácia deve disponibilizar o medicamento em dose unitária ou manual de diluição, preparo e administração de medicamentos; caso seja necessário, realizar a trituração do medicamento para administração por sonda nasogástrica ou nasoentérica. E segundo o Conselho Federal de Farmacia-CFF: Formas sólidas de liberação prolongada, revestimento entérico ou produtos microencapsulados NÃO podem ser mastigados ou triturados, sob risco de comprometer o controle de liberação da substância ativa, tampouco administrados diretamente em sonda como comprimidos ou cápsulas intactas. https://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/122/063a068_farmacoterapeutica.pdf. Já a letra E está correta também pois A via de administração deve ser rigorosamente</p>	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	20 Recursos assiste parcialmente, pela mundação de gabarito, visto que: (A) Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida. Incorreta.Medicamentos de liberação prolongada (ou de liberação controlada) têm revestimentos ou fórmulas específicas que controlam a liberação do fármaco no organismo ao longo do tempo. Triturá-los ou dividi-los pode comprometer esse mecanismo, levando a picos de concentração no sangue (toxicidade) ou à ineficácia do tratamento por liberação inadequada.Referência:Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Guia para Boas Práticas na Administração de Medicamentos.Fick, D. M., et al. Updating the Beers Criteria for Potentially Inappropriate Medication Use in Older Adults (2019).(B) Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional. Correta.Esse é um dos princípios fundamentais para garantir a rastreabilidade, segurança e continuidade do cuidado ao paciente. O registro detalhado permite:Prevenção de erros: Evita duplicidade ou omissão de doses.Monitoramento: Facilita a análise de efeitos adversos ou falhas terapêuticas.Aspectos legais: Garante que a administração foi feita corretamente, protegendo o profissional de saúde.Referência:Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos (ISMP). Práticas Seguras na Administração de Medicamentos (2020).Potter, P. A., Perry, A. G. Fundamentos de Enfermagem (9ª edição).(C) É fundamental confirmar o nome do paciente e a medicação prescrita, comparando a prescrição com a etiqueta do
------	----	-----------------------------------	--	-------------------	------------------------------------	--

seguida conforme prescrito, pois mudanças podem

alterar a eficácia e segurança do medicamento, ou seja um medicamento de via EV não pode ser administrado na via IM, e assim vice-versa, como consta no site acima da ANVISA citado na parte de: Via certa (Identificar a via de administração prescrita) Sendo assim entro com recurso contra a questão, pois há 2 respostas corretas. Grata pela atenção.

medicamento, antes da administração. Parcialmente correta, mas incompleta. Confirmar o nome do paciente e a medicação é um dos 6 Certos da administração segura: paciente certo, medicamento certo, dose certa, via certa, horário certo e documentação correta. No entanto, outros elementos igualmente importantes não foram mencionados, como a dose, a via e o horário da administração. Por isso, a alternativa não é a mais completa. Referência: World Health Organization (WHO). Medication Without Harm - WHO Global Patient Safety Challenge. (D) A avaliação dos sinais vitais do paciente antes da administração de certos medicamentos é essencial para garantir que não haja contraindicações. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora a avaliação dos sinais vitais seja crucial para medicamentos que podem causar alterações significativas, como anti-hipertensivos ou opióides, essa não é uma prática necessária para todos os medicamentos. Além disso, apenas avaliar sinais vitais não cobre todas as etapas da administração segura. Referência: Council of Europe. Creation of a Better Medication Safety Culture in Europe: Building up Safe Medication Practices. (E) A via de administração deve ser rigorosamente seguida conforme prescrito, pois mudanças podem alterar a eficácia e segurança do medicamento. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora seja essencial respeitar a via de administração prescrita, essa prática sozinha não garante a segurança da administração de medicamentos. Outros fatores como dose, horário e paciente correto também precisam ser verificados. Referência: ISMP. Errores en la Administración de Medicamentos y cómo Prevenirlos (2021). Diante disso, procede-se pela mudança de gabarito

						<p>de letra 'Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida' PARA 'Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional.</p>
--	--	--	--	--	--	---

3949	428	DANIEL FOSSÁ	<p>O gabarito preliminar da questão 1 aponta como correta a alternativa 'D' (Princípio da irretroatividade das leis.), contudo o gabarito correto é a alternativa 'C' (Princípio da vedação ao retrocesso.).</p> <p>Veja, o enunciado fala sobre um processo de EMENDA CONSTITUCIONAL SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAI.</p> <p>A irretroatividade das leis é assunto relacionado a aplicação imediata da legislação (assegurando-se os casos de direito adquirido a ato jurídico perfeito assim como nos casos de ultra-atividade da lei penal).</p> <p>O enunciado da questão deixou BEM CLARO se tratar de uma EMENDA CONSTITUCIONAL que RETIRARIA DIREITOS JÁ CONSOLIDADOS e este princípio é o da VEDAÇÃO AO RETROCESSO:</p> <p>ESS É O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA DOUTRINA E NO SUPREMO TRIBUNAL</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>1 Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca, conclui-se:A questão apresentada trata de um tema central no Direito Constitucional: a relação entre emendas constitucionais e a proteção de direitos fundamentais, especialmente em contextos de retroatividade e consolidação de direitos. O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa 'Princípio da irretroatividade das leis', que será detalhadamente analisada com embasamento legal, confrontando os argumentos apresentados pelo candidato.O enunciado da questão aponta para uma EMENDA CONSTITUCIONAL que trata de DIREITOS FUNDAMENTAIS e levanta dúvida sobre a possibilidade de retroatividade dessa norma em relação a DIREITOS JÁ CONSOLIDADOS. A análise dos princípios aplicáveis é essencial para determinar a alternativa correta.Princípio da anterioridade tributáriaEssa alternativa está INCORRETA, pois o princípio da anterioridade tributária é exclusivo ao Direito Tributário e estabelece que tributos criados ou majorados por lei só podem ser exigidos no exercício financeiro seguinte à publicação da norma, salvo exceções constitucionais. Não tem aplicação em questões relativas a emendas constitucionais sobre direitos fundamentais.Princípio da proporcionalidadeEssa alternativa está INCORRETA, pois o princípio da proporcionalidade orienta a atuação do Poder Público, exigindo que seus atos sejam adequados, necessários e proporcionais. Ele não impede a supressão de direitos fundamentais por emenda constitucional, sendo um critério de análise da razoabilidade dos atos normativos, mas não um princípio diretamente aplicável ao caso</p>
------	-----	--------------	--	------------	------------------------------------	--

FEDERAL CONFORME DECISÃO DO PLENÁRIO NA ADI 2.096 DO DISTRITO FEDERAL:

EXTRAI-SE DO JULGAMENTO: 'Refiro-me ao princípio da proibição do retrocesso , que, em tema de direitos fundamentais de caráter social, impede que sejam

desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive, consoante adverte autorizado magistério doutrinário (GILMAR FERREIRA MENDES, INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO e PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, “Hermenêutica Constitucional e Direitos Fundamentais”,

1ª ed./2ª tir., p. 127/128, 2002, Brasília Jurídica; J. J. GOMES CANOTILHO, “Direito Constitucional e Teoria da Constituição”, p. 320/322, item n. 03, 1998, Almedina; ANDREAS JOACHIM KRELL, “Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha”, p. 40, 2002, Sergio Antonio Fabris Editor; INGO W. SARLET'.

Assim, o GABARITO correto É A ALTERNATIVA 'C', devendo ser retificado o gabarito.

concreto da questão.Princípio da vedação ao retrocessoEssa alternativa está INCORRETA. Embora o princípio da vedação ao retrocesso proteja os direitos fundamentais sociais, impedindo que sejam desconstituídos sem justificativa relevante, ele não é diretamente aplicável a toda e qualquer norma que trate de direitos fundamentais, como no caso de direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos. Esse princípio é predominantemente doutrinário, com reconhecimento em jurisprudência como a ADI 2.096/DF, mas sua aplicação depende de contextos específicos que vão além do escopo geral da questão.Princípio da irretroatividade das leisEssa alternativa está CORRETA. O princípio da irretroatividade das leis, consagrado no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, impede que uma norma, inclusive emendas constitucionais, tenha efeitos retroativos que prejudiquem direitos adquiridos, atos jurídicos perfeitos e coisa julgada. Esse princípio é aplicável às emendas constitucionais, como no caso apresentado, para proteger direitos já consolidados.Princípio da supremacia do interesse públicoEssa alternativa está INCORRETA, pois o princípio da supremacia do interesse público fundamenta a prevalência do interesse coletivo sobre o privado no âmbito da administração pública. Ele não regula retroatividade nem consolidação de direitos fundamentais por emendas constitucionais.Diante dos argumentos apresentados pela banca, conclui-se que a alternativa 'Princípio da irretroatividade das leis' é a única correta, pois aplica-se diretamente ao caso da questão, conforme disposto no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que protege direitos adquiridos contra



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



							retroatividade de normas, incluindo emendas constitucionais.A questão está mantida.
--	--	--	--	--	--	--	---

3983	12	DIRCEU ALVES DE SOUZA MAGALHÃES	<p>a questão merece ser revista pois o enunciado induz o leitor/candidato a erro. no trecho do enunciado: ' qual é o principal motivo pelo qual Macieira foi influenciada pelos eventos da guerra, mesmo sem ter sido palco de batalhas?', o questionamento usa a referencia de que Macieira foi influenciada pelos eventos da guerra, entretanto, o Municipio ainda não existia, sendo portanto correto dizer que o local eram mais identificado á epoca por ser região de caçador-SC, ou ainda, o correto seria usar o termo: 'pelo qual a região que se tornaria Macieira'. não há sequer registros no referido livro que cite tal fato relacionado ao nome de Macieira, assim como não há registro no site do municipio que use as referencias citadas, atribuindo ao nome de Macieira, senão a região que daria lugar, futuramente, ao que hoje conhecemos como o Município de Macieira. Fontes: https://macieira.sc.gov.br/pagina-11636/ https://acervo.uniarp.edu.br/wp-content/uploads/livros/sangue-suaor-e-lagrimas-no-chao-contestado.pdf</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Gerais	32	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:A resposta correta é:'A proximidade com o território de conflito e a circulação de jagunços que fugiam da guerra.'De acordo com Nilson Tomé, no livro 'Sangue, suor e lágrima no chão do Contestado', embora Macieira não tenha sido palco de batalhas durante a Guerra do Contestado, sua proximidade com o território de conflito exerceu grande influência. A região foi impactada pela circulação de jagunços que fugiam dos confrontos, causando mudanças sociais e econômicas. Esses deslocamentos geraram instabilidade, influenciaram as dinâmicas locais e marcaram a memória histórica do município.Análise das outras alternativas:'A presença de tropas militares que usavam a cidade como base': Não há registros históricos de que Macieira tenha sido utilizada como base militar durante o conflito.'A construção de uma linha férrea que passava pela cidade': Embora a construção de ferrovias tenha sido um elemento importante no contexto do Contestado, Macieira não estava diretamente envolvida no trajeto das ferrovias que motivaram o conflito.'A criação de um hospital de campanha na região': Não há evidências de que um hospital de campanha tenha sido estabelecido em Macieira durante a guerra.'O recrutamento de moradores locais para lutar no conflito': Apesar de possíveis envolvimento indiretos, o recrutamento de moradores de Macieira não é apontado como o principal motivo da influência do conflito na cidade.Fonte:TOMÉ, Nilson. Sangue, suor e lágrima no chão do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.Diante dos</p>
------	----	---------------------------------	--	------------	----------------------	----	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



							argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
--	--	--	--	--	--	--	---

3998	441	DRIELI ROIER PEREIRA	<p>QUESTÃO 01: Durante a elaboração de uma nova emenda constitucional, um assessor jurídico é chamado para avaliar a legalidade de sua aplicação. O assessor verifica que a emenda versa sobre direitos fundamentais e foi aprovada conforme o rito previsto pela Constituição. No entanto, uma dúvida surge sobre a possibilidade de retroatividade dessa norma em relação a direitos adquiridos. Qual princípio constitucional impede que uma emenda constitucional retire direitos já consolidados?</p> <p>(A) Princípio da anterioridade tributária.</p> <p>(B) Princípio da proporcionalidade.</p> <p>(C) Princípio da vedação ao retrocesso.</p> <p>(D) Princípio da irretroatividade das leis.</p> <p>(E) Princípio da supremacia do interesse público.</p> <p>QUESTÃO CORRETA APONTADA PELO GABARITO PRELIMINAR: (D) Princípio da irretroatividade das leis.</p> <p>RAZÕES DO RECURSO: Considerando o enunciado da questão, cumpre destacar que a resposta correta NÃO SE REFERE À ALTERNATIVA APONTADA PELA BANCA</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>1 Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca, conclui-se: A questão apresentada trata de um tema central no Direito Constitucional: a relação entre emendas constitucionais e a proteção de direitos fundamentais, especialmente em contextos de retroatividade e consolidação de direitos. O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa 'Princípio da irretroatividade das leis', que será detalhadamente analisada com embasamento legal, confrontando os argumentos apresentados pelo candidato. O enunciado da questão aponta para uma EMENDA CONSTITUCIONAL que trata de DIREITOS FUNDAMENTAIS e levanta dúvida sobre a possibilidade de retroatividade dessa norma em relação a DIREITOS JÁ CONSOLIDADOS. A análise dos princípios aplicáveis é essencial para determinar a alternativa correta. Princípio da anterioridade tributária Essa alternativa está INCORRETA, pois o princípio da anterioridade tributária é exclusivo ao Direito Tributário e estabelece que tributos criados ou majorados por lei só podem ser exigidos no exercício financeiro seguinte à publicação da norma, salvo exceções constitucionais. Não tem aplicação em questões relativas a emendas constitucionais sobre direitos fundamentais. Princípio da proporcionalidade Essa alternativa está INCORRETA, pois o princípio da proporcionalidade orienta a atuação do Poder Público, exigindo que seus atos sejam adequados, necessários e proporcionais. Ele não impede a supressão de direitos fundamentais por emenda constitucional, sendo um critério de análise da razoabilidade dos atos normativos, mas não um princípio diretamente aplicável ao caso</p>
------	-----	----------------------	--	------------	------------------------------------	--

COMO CORRETA, uma vez que o princípio constitucional da irretroatividade estabelece que as leis, regras e regulamentos, em geral, não podem ser aplicados a fatos ocorridos antes da sua entrada em vigor, sendo comumente aplicado no Direito Tributário, assim como no Direito Penal.

Assim, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece o princípio da irretroatividade da lei nos seguintes artigos:

- Artigo 5º, inciso XXXVI: 'a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada'
- Artigo 5º, inciso XL: 'a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu'

Entretanto, o princípio da vedação ao retrocesso social busca proteger a sociedade e os grupos vitimizados contra a superveniência de lei que pretenda atingir, negativamente, o direito fundamental já conquistado, em sede material legislativa.

Tal princípio alude a ideia de que o Estado, após ter implementado um direito fundamental, não pode retroceder, ou seja, não pode praticar algum ato que vulnere um direito fundamental que seja passível de fruição.

concreto da questão. Princípio da vedação ao retrocesso Essa alternativa está INCORRETA. Embora o princípio da vedação ao retrocesso proteja os direitos fundamentais sociais, impedindo que sejam desconstituídos sem justificativa relevante, ele não é diretamente aplicável a toda e qualquer norma que trate de direitos fundamentais, como no caso de direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos. Esse princípio é predominantemente doutrinário, com reconhecimento em jurisprudência como a ADI 2.096/DF, mas sua aplicação depende de contextos específicos que vão além do escopo geral da questão. Princípio da irretroatividade das leis Essa alternativa está CORRETA. O princípio da irretroatividade das leis, consagrado no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, impede que uma norma, inclusive emendas constitucionais, tenha efeitos retroativos que prejudiquem direitos adquiridos, atos jurídicos perfeitos e coisa julgada. Esse princípio é aplicável às emendas constitucionais, como no caso apresentado, para proteger direitos já consolidados. Princípio da supremacia do interesse público Essa alternativa está INCORRETA, pois o princípio da supremacia do interesse público fundamenta a prevalência do interesse coletivo sobre o privado no âmbito da administração pública. Ele não regula retroatividade nem consolidação de direitos fundamentais por emendas constitucionais. Diante dos argumentos apresentados pela banca, conclui-se que a alternativa 'Princípio da irretroatividade das leis' é a única correta, pois aplica-se diretamente ao caso da questão, conforme disposto no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que protege direitos adquiridos contra

Logo, o princípio da vedação ao retrocesso é um princípio jurídico que impede que os poderes públicos reduzir ou extinguir direitos fundamentais sem justificativa, seja por leis, regras e regulamentos ou até mesmo emendas.

Outrossim, há de se considerar, ainda, que, no dizer de Ingo Wolfgang Sarlet: “Além da impossibilidade de se suprimir cláusulas pétreas, a proibição de se mitigar os direitos sociais assegurados pelo Constituinte originário também decorre do Princípio da Vedação do Retrocesso Social, o qual, “a garantia de intangibilidade desse núcleo ou conteúdo essencial dos direitos sociais, além de assegurar a identidade do Estado brasileiro e a prevalência dos princípios que fundamentam o regime democrático, especialmente o referido princípio da dignidade da pessoa humana, resguarda também a Carta Constitucional dos “casuísmos da política e do absolutismo das maiorias parlamentares” (O Estado Social de Direito, A proibição de Retrocesso e a Garantia Fundamental da Propriedade, Revista AJURIS 73).

Por fim, cumpre destacar que, conforme prevê o enunciado da questão, na forma em que foi escrito, o Princípio que impede que

retroatividade de normas, incluindo emendas constitucionais.A questão está mantida.

uma emenda constitucional retire direitos já consolidados corresponde ao Princípio da Vedação ao Retrocesso e não ao Princípio da Irretroatividade de leis, de modo que a ALTERAÇÃO DO GABARITO, passando a constar como CORRETA A ALTERNATIVA (C) é a medida que deve ser imposta pela Banca examinadora.

Somente no caso de a questão perguntar expressamente qual princípio constitucional que impediria que as leis obtivessem efeitos retroativos é que a resposta correta seria o Princípio da Irretroatividade das Leis.

Como a banca questionou acerca do princípio que impede a supressão de direitos já consolidados, seja por emenda ou qualquer outro ato normativo primário, trata-se, evidentemente, do Princípio da Vedação ao Retrocesso.

Por conseguinte, caso não seja o entendimento de alteração de gabarito, requer, alternativamente, a ANULAÇÃO DA QUESTÃO 01.

3999	441	DRIELI ROIER PEREIRA	<p>QUESTÃO 14: Em um contrato de prestação de serviços, foi acordado que, em caso de descumprimento de qualquer das partes, a multa contratual seria de 20% do valor total do contrato. Ocorre que uma das partes descumpriu o contrato e, ao ser cobrada judicialmente, argumentou que a multa é abusiva. O assessor jurídico foi consultado para opinar sobre a legalidade da cláusula penal. Qual é o entendimento correto?</p> <p>(A) A multa é ilegal, pois não pode ultrapassar 10% do valor do contrato.</p> <p>(B) A multa é válida, desde que acordada entre as partes.</p> <p>(C) A multa é abusiva e deve ser revista judicialmente.</p> <p>(D) A multa é inválida, pois deve ser proporcional ao prejuízo.</p> <p>(E) A multa é legal, desde que não exceda 50% do valor do contrato.</p> <p>QUESTÃO CORRETA APONTADA PELO GABARITO PRELIMINAR: (B) A multa é válida, desde que acordada entre as partes.</p> <p>RAZÕES DO RECURSO: Considerando o enunciado da questão, cumpre destacar que</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>14 O enunciado aborda a cláusula penal em contratos, com destaque para a legalidade de uma multa pactuada em 20% do valor total em caso de descumprimento. O Código Civil, em seus artigos 408 a 416, regula essa matéria, permitindo a estipulação de cláusulas penais pelas partes contratantes, desde que respeitados limites legais e princípios fundamentais. A autonomia da vontade é o princípio que rege as relações contratuais, permitindo às partes estabelecer cláusulas específicas, como a penalidade em caso de descumprimento. No entanto, a legislação também prevê mecanismos de controle para evitar abusos, como a possibilidade de revisão judicial quando a multa for manifestamente excessiva, conforme o artigo 413 do Código Civil. Análise das alternativas: A multa estipulada pelas partes é válida, desde que respeite a autonomia contratual e não seja considerada excessiva ou desproporcional. O Código Civil admite a redução judicial da multa apenas em situações específicas, como cumprimento parcial da obrigação ou manifesta abusividade. Contudo, o enunciado não apresenta elementos que comprovem ou indiquem abusividade, mas apenas uma argumentação unilateral da parte descumpridora. Não existe norma que limite a cláusula penal a um percentual fixo, como 10% ou 50% do valor do contrato. O percentual pactuado deve ser avaliado à luz do caso concreto e da proporcionalidade, sendo que a validade da cláusula penal acordada entre as partes prevalece até eventual decisão judicial em sentido contrário. Conclusão: A cláusula penal estipulada em 20% do valor do contrato é válida, pois foi acordada entre as partes, e sua revisão ou redução depende de análise judicial específica. Não há elementos no enunciado que</p>
------	-----	----------------------------	--	------------	------------------------------------	---

a resposta correta NÃO SE REFERE À ALTERNATIVA APONTADA PELA BANCA COMO CORRETA, uma vez que o Código Civil não determina expressamente qual é o limite da Cláusula Penal nos Contratos de Prestação de Serviços, cujo contrato está especificado nos artigos 593 a 609 do Código Civil

Por sua vez, a cláusula penal está prevista nos artigos 408 a 416 do Código Civil, aduzindo que o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal e que a penalidade deve ser reduzida eqüitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

No entanto, o Decreto Nº 22.626/33, denominada Lei da Usura, que dispõe sobre juros nos contratos e dá outras providências, estabelece no artigo 9º, expressamente, que “NÃO É VALIDA A CLAUSULA PENAL SUPERIOR Á IMPORTÂNCIA DE 10% DO VALOR DA DIVIDA”.

Em que pese o Princípio da Autonomia da vontade representa a liberdade de contratar, emitindo regras que devem ser observadas entre as partes, tal princípio NÃO pode prevalecer sobre norma expressa em

levem à presunção de abusividade ou desproporção. A resposta está correta e alinhada com os princípios e normas aplicáveis. A questão está mantida.

vigência, o qual seja, o Decreto Nº 22.626/33.

Assim, o limite para a cláusula penal em um contrato de prestação de serviços deve ser limitado a 10% do valor total do contrato, de modo que cláusulas penais superiores a esse valor são consideradas abusivas, caracterizando enriquecimento ilícito, podendo ser nulas.

Logo, no caso de o contrato de prestação de serviços ter como multa um valor superior a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, pode-se considerar tal cláusula nula de pleno direito.

Por fim, o Código de Direito do Consumidor também prevê em seu artigo 51 que serão nulas de pleno direito as cláusulas contratuais referentes à prestação de serviços, ou fornecimento de produtos, que sejam consideradas abusivas, e assim coloquem o cliente / consumidor em uma desvantagem exagerada.

No caso, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) define que a multa compensatória se torna abusiva quando é superior a 10% do valor restante para encerramento do contrato.

Por fim, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento sobre o limite da Cláusula Penal, conforme o RECURSO ESPECIAL: REsp 1447247 SP 2013/0099452-0:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POSTULANDO O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO AUTORAL COM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DA CLÁUSULA PENAL AVENÇADA. REDUÇÃO DE OFÍCIO DA MULTA CONTRATUAL PELA CORTE ESTADUAL. 1. Em que pese ser a cláusula penal elemento oriundo de convenção entre os contratantes, sua fixação não fica ao total e ilimitado alvedrio destes, porquanto o atual Código Civil, diferentemente do diploma revogado, introduziu normas de ordem pública, imperativas e cogentes, que possuem o escopo de preservar o equilíbrio econômico financeiro da avença, afastando o excesso configurador de enriquecimento sem causa de qualquer uma das partes. 2. Entre tais normas, destaca-se o disposto no artigo 413 do Código Civil de 2002, segundo o qual a cláusula penal deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for

manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio. 3. Sob a égide do Código Civil de 2002 , a redução da cláusula penal pelo magistrado deixou, portanto, de traduzir uma faculdade restrita às hipóteses de cumprimento parcial da obrigação (artigo 924 do Código Civil de 1916) e passou a consubstanciar um poder/dever de coibir os excessos e os abusos que venham a colocar o devedor em situação de inferioridade desarrazoada. 4. Superou-se, assim, o princípio da imutabilidade absoluta da pena estabelecida livremente entre as partes, que, à luz do código revogado, somente era mitigado em caso de inexecução parcial da obrigação. 5. O controle judicial da cláusula penal abusiva exsurtiu, portanto, como norma de ordem pública, objetivando a concretização do princípio da equidade - mediante a preservação da equivalência material do pacto - e a imposição do paradigma da eticidade aos negócios jurídicos. 6. Nessa perspectiva, uma vez constatado o caráter manifestamente excessivo da pena contratada, deverá o magistrado, independentemente de requerimento do devedor, proceder à sua redução, a fim de fazer o ajuste necessário para que se alcance um montante razoável, o qual, malgrado seu conteúdo sancionatório, não poderá resultar em vedado enriquecimento sem causa. 7. Por sua vez, na

hipótese de cumprimento parcial da obrigação, deverá o juiz, de ofício e à luz do princípio da equidade, verificar se o caso reclamará ou não a redução da cláusula penal fixada. 8. Assim, figurando a redução da cláusula penal como norma de ordem pública, cognoscível de ofício pelo magistrado, ante sua relevância social decorrente dos escopos de preservação do equilíbrio material dos contratos e de repressão ao enriquecimento sem causa, não há falar em inobservância ao princípio da adstrição (o chamado vício de julgamento extra petita), em preclusão consumativa ou em desrespeito aos limites devolutivos da apelação.

Portanto, cumpre destacar que, conforme prevê o enunciado da questão, na forma em que foi escrito, a pactuação da multa de 20% em decorrência da Cláusula Penal no Contrato de Prestação de serviços é INVÁLIDA, pois não pode ultrapassar 10% do valor do contrato.

Em que pese seja relevante a observância do princípio da Autonomia da Vontade nos Contratos, este não deve prevalecer quando há lei expressa vigente, entendimento doutrinário e jurisprudencial das Cortes Superiores, no caso, o Superior Tribunal de Justiça.

Assim, requer, diante dos motivos expostos, a ALTERAÇÃO DO GABARITO, passando a constar como CORRETA A ALTERNATIVA (A), devendo a medida ser imposta, de ofício, pela Banca examinadora.

Por conseguinte, caso não seja o entendimento de alteração de gabarito, requer, alternativamente, a ANULAÇÃO DA QUESTÃO 14.

4000	441	DRIELI ROIER PEREIRA	<p>QUESTÃO 22: Questão 22 Leia as afirmações abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):</p> <p><input type="checkbox"/>As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.</p> <p><input type="checkbox"/>O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato.</p> <p><input type="checkbox"/>Médica e básico são proparoxítonas.</p> <p><input type="checkbox"/>Além e olhar são oxítonas.</p> <p><input type="checkbox"/>Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola.</p> <p>A sequência que preenche os parênteses corretamente é:</p> <p>(A) F, F, V, V, V.</p> <p>(B) V, V, V, F, F.</p> <p>(C) V, F, V, V, F.</p> <p>(D) V, V, V, V, V.</p> <p>(E) F, V, V, F, V</p> <p>QUESTÃO CORRETA APONTADA PELO</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	<p>22 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:Análise das alternativas:(F) As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.O verbo ler não segue a regra do verbos que são acentuados para diferenciar singular do plural, como é o caso do verbo ter.ter = ele tem/eles têm.ler = Ele lê/ eles leem.(F) O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato.O vocábulo saúde é acentuado pela regra: acentuam-se o I e o U quando forem tônicos, estiverem formando hiato com com a última vogal da sílaba anterior e estiverem sozinhos ou seguidos de s na sua própria sílaba. Já o vocábulo razoável é acentuada pela regra das paroxítonas terminadas em I(_V_) Médica e básico são proparoxítonas.todas proparoxítonas são acentuadas.(V) Além e olhar são oxítonas.Oxítonas são palavras cuja sílaba tônica é a última.a-lémo-lharPortanto, as duas são oxítonas.(_V_)Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola. As duas palavras não possuem hífen.autoescola (de acordo como o Novo Acordo Ortográfico, não se usa hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com vogal diferente)Assim, prevalece o gabarito: F, F, V, V, V.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO</p>
------	-----	----------------------------	--	------------	-------------------	--

GABARITO PRELIMINAR: (A) F, F, V, V, V.

RAZÕES DO RECURSO: Considerando o enunciado da questão, cumpre destacar que a resposta correta NÃO SE REFERE À ALTERNATIVA APONTADA PELA BANCA COMO CORRETA, conforme:

1) A forma verbal “TÊM” realmente encontra-se acentuada, por referir-se a terceira pessoa do plural (Eles têm). No entanto, o verbo “LÊ” é um verbo irregular que se refere terceira pessoa do singular (Ele lê), de modo que a frase é incorreta, ou seja, falsa (F).

2) Hiato é um encontro vocálico que ocorre quando duas vogais estão juntas em uma palavra, mas estão em sílabas diferentes. Com efeito, as palavras razoável e saúde são separadas da seguinte forma: “ra-zo-á-vel” e “sa-ú-de”. Logo, considerando a separação silábica das palavras razoável e saúde, nota-se que realmente há a separação de duas vogais, em duas sílabas diferentes. Em que pese ambas também sejam classificadas como paroxítonas, referem-se igualmente a duas palavras classificadas como hiato. Logo, a frase pode ser considerada verdadeira, caso a banca tenha entendimento que ambas as palavras referem-se a hiatos, pois há a

separação de duas vogais, em sílabas diferentes, assim como a banca examinadora pode compreender que o acento de ambas as palavras ocorre em virtude da regra das paroxítonas, caracterizando uma assertiva com dois entendimentos (V) ou (F), conforme entendimento da Banca e das regras de Ortografias vigentes.

3) As palavras “médica” e “básico”, de fato são proparoxítonas, uma vez que a separação silábica ocorre da seguinte forma: “Mé-di-ca” e “bá-si-co”. Logo, a assertiva é verdadeira (V).

4) Em relação as palavras “além” e “olhar”, cumpre destacar que a palavra além é uma oxítona terminada com m, por isso deve ser acentuada. Assim, a palavra “além” possui a tônica na última sílaba. Entretanto, a palavra “olhar”, possui como sílaba a penúltima sílaba, (o), visto que a sílaba tônica é a sílaba que é pronunciada com mais força, ou seja, é a sílaba que possui maior intensidade. Comprovadamente a palavra “olhar” possui como sílaba tônica a penúltima sílaba (o-lhar), pois ô possui o fonema fechado, equiparado ao som emitido por palavras que

possuem acento circunflexo no “ô” – ô fechado. Assim, a palavra 'olhar' é paroxítona, pois a sílaba tônica é a penúltima, de modo que a assertiva é falsa (F).

5) A palavra “psicoativa”, assim como a palavra “autoescola” não são hifenizadas, visto que o hífen é usado quando o prefixo e o segundo elemento da palavra se juntam com a mesma vogal. Por exemplo, 'anti-ibérico', 'auto-organização', 'micro-ondas'. Já não se usa hífen quando os elementos se unem com vogais diferentes, como é o caso de 'autoescola'. Em relação ao prefixo “psico”, em princípio, obriga ao hífen só quando o segundo elemento começa por h, como nas palavras psico-história, psico-historiador, psico-histórico, não sendo, obviamente, o caso da palavra psicoativas, de modo que a assertiva é verdadeira (V).

Logo, a ordem das assertivas é a seguinte:

1) F

2) F ou V

3) V

4) F

5) V

Assim, requer, diante dos motivos expostos, a ALTERAÇÃO DO GABARITO, passando a constar como CORRETA A ALTERNATIVA (E), caso o entendimento da Banca ser que o vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato ser correto e que a palavra olhar NÃO É OXITONA.

Por conseguinte, caso não seja o entendimento de alteração de gabarito, requer, alternativamente, a ANULAÇÃO DA QUESTÃO 22, visto que a palavra olhar NÃO É OXITONA.

4020	441	DRIELI ROIER PEREIRA	<p>QUESTÃO 28: Chico Bento está montando um jardim retangular que terá um comprimento de 12 metros e uma largura de 5 metros. O jardim será cercado por um caminho uniforme de 1 metro de largura. Qual será a área total ocupada pelo jardim e pelo caminho?</p> <p>(A) 60 m²</p> <p>(B) 98 m²</p> <p>(C) 80 m²</p> <p>(D) 100 m²</p> <p>(E) 88 m²</p> <p>QUESTÃO CORRETA APONTADA PELO GABARITO PRELIMINAR: (B) 98 m²</p> <p>RAZÕES DO RECURSO: Considerando o enunciado da questão, cumpre destacar que a resposta correta NÃO SE REFERE À ALTERNATIVA APONTADA PELA BANCA COMO CORRETA, conforme:</p> <p>O retângulo é um caso particular de quadrilátero, fazendo parte do grupo daqueles que possuem todos os ângulos internos retos. Para calcular a área do retângulo, basta calcular o produto entre a</p>	INDEFERIDO	Matemática/Raciocínio Lógico	28	<p>RECURSO INDEFERIDO Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A questão está clara e bem formulada, possui única resposta correta 98 m², apresentando todos os dados necessários para a resolução. Sem ambiguidades, o enunciado pede explicitamente a área total ocupada pelo jardim e pelo caminho, sem deixar dúvidas sobre o que deve ser calculado e todas as dimensões relevantes (do jardim e do caminho) são fornecidas, o que permite ao candidato resolver a questão com precisão. A resolução da questão está baseada na compreensão das propriedades de áreas de figuras geométricas, conforme estudado em Geometria Básica. Para calcular a área total ocupada pelo jardim e pelo caminho, é necessário primeiro determinar as dimensões totais do espaço, incluindo o caminho. - Passo 1: Calcular as dimensões totais Comprimento do jardim: 12 m Largura do jardim: 5 m Como o caminho tem 1 metro de largura em todos os lados do jardim, faz-se necessário adicionar 2 metros a cada dimensão (1 metro de cada lado): Comprimento total = 12 m + (2 x 1) = 14 metros Largura total = 5 m + (2 x 1) = 7 metros - Passo 2: Calcular a área total Área total = Comprimento total x Largura total = 14 x 7 = 98 m² Resposta correta: área total ocupada pelo jardim e pelo caminho 98 m² Bibliografia: DOLCE, Osvaldo; OLIVEIRA, David G. A. Geometria: um curso de nível superior. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas. PARECER DO PROFESSOR Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	----------------------------	---	------------	------------------------------	----	--

sua base e a sua altura, ou seja, a área é dada pela fórmula $A=b \cdot h$;

Assim, o cálculo para descobrir a área do retângulo deve ser realizado através da multiplicação de suas extremidades, ou seja, 12,00 (comprimento) X 5,00 (largura), totalizando 60,00 m².

Em que pese o enunciado informe que o jardim seria cercado por um caminho uniforme de 1,00 metro de largura, subentende-se que sobre a largura e comprimento inicial do retângulo, deveria ser acrescentado apenas 1,00 metro de largura em cada lado do retângulo, ou seja, ao lado que possuía 5,00 metros, acrescentaria um 1,00 metro, totalizando 6,00 metros e ao lado que possuía 12,00 metros, também acrescentaria 1,00 metro, totalizando 13,00 metros.

Logo, o cálculo correto para calcular a área exata do jardim retangular acrescido do caminho, deve ser realizado da seguinte forma: $A=b \cdot h$, ou seja, 13,00 metros X 6,00 metros, totalizando 78,00 m²

Para o gabarito apontar como questão correta a alternativa (B), qual seja, 98 m², a banca examinadora deveria indicar expressamente no enunciado que o caminho

uniforme deveria ter 1,00 metro de largura de um lado e 1,00 metro de largura do outro lado, de modo que somando-se os respectivos 2,00 metros, chegaria ao resultado de 98m², pois 14,00 metros X 7,00 metros, corresponde a 98m².

Todavia, da forma que o enunciado foi escrito, obviamente o cálculo da área deve ser realizado pela fórmula $A=b \cdot h$, ou seja, 13,00 metros X 6,00 metros, totalizando 78,00 m², não tendo o candidato, apenas com a informação descrita no enunciado, chances de realizar o referido cálculo e respectivamente acertar a respectiva questão, sem “chutar”.

Assim, diante do enunciado ser incompleto, subjetivo e vago, requer a ANULAÇÃO DA QUESTÃO 28, visto que não possui resposta correta.

3948	1 FELIPE KIESKI	<p>A questão faz jus à anulação por apresentar todas as cinco alternativas como corretas.</p> <p>O enunciado da referida questão pergunta qual é o elemento obrigatório que deve constar no Estudo Técnico Preliminar da Lei 14.133/21.</p> <p>Todas as alternativas apresentadas correspondem aos incisos do §1º do art. 18 da lei supracitada, sendo respectivamente:</p> <p>A = inciso IV.</p> <p>B = inciso III.</p> <p>C = inciso V.</p> <p>D = inciso II.</p> <p>E = inciso IX.</p> <p>Diante dos fatos apresentados, nota-se que todas as alternativas da questão são elementos obrigatórios do ETP e correspondem (ipsis litteris) aos incisos da lei 14.133/21. Por fim, a medida que se espera é a anulação da questão.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	6 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: O § 2º do Artigo 18 da Lei nº 14.133/21, define os elementos obrigatórios mínimos que devem ser incluídos no estudo técnico preliminar. De acordo com essa seção da lei, o estudo técnico preliminar deve incluir, no mínimo, os elementos especificados nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º. A alternativa que destaca que 'Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala', que é especificamente mencionado no inciso IV como um dos elementos obrigatórios. Portanto, esta é a resposta correta, pois alinha diretamente com a exigência legal de inclusão obrigatória no estudo técnico preliminar. As outras alternativas, apesar de serem elementos listados no estudo técnico preliminar, não estão incluídas entre os requisitos mínimos obrigatórios especificados no § 2º, e por isso não são consideradas corretas para esta questão específica: Alternativa que menciona os 'Requisitos da contratação', que, embora importante, são parte do § 1º, mas não listados como obrigatórios nos incisos especificados pelo § 2º para inclusão mínima obrigatória. Alternativa que aborda 'Levantamento de mercado', que, enquanto necessário, também não está listado entre os requisitos mínimos obrigatórios do § 2º. Alternativa que fala sobre a 'Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual', que é mencionada no inciso II do § 1º e não é obrigatória conforme o § 2º. Alternativa que inclui o 'Demonstrativo dos resultados
------	-----------------	---	------------	------------------------------------	---

Desejo-lhes uma excelente e abençoada semana e um abraço fraterno.

Att. Felipe Kieski

pretendidos em termos de economicidade', que está listado no inciso IX do § 1º e, novamente, não é parte dos requisitos mínimos obrigatórios do § 2º. Dessa forma, apenas a alternativa (Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) corresponde diretamente a um dos requisitos explícitos e obrigatórios que devem ser incluídos no estudo técnico preliminar segundo a Lei nº 14.133/21. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

3995	173	FLAVIO ANTONIO PESSOA SANTOS JUNIOR	<p>A questão comporta duas respostas, ou seja, a penalidade que não pode ser aplicada, no caso da lei de improbidade administrativa, o servidor incorreu na Lei nº 8.429/92 em seu art. 9º, IV, quando usou bem móvel para fins pessoais e a sanção cujo teor está inserida em seu art. 12, I, da mesma lei - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.</p> <p>Na letra D, está errado, pois não é perda dos direitos por 8 anos e sim, suspensão dos direitos por até 14 anos.</p> <p>Já na letra A, prisão em regime fechado.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>2 Após análise detalhada da questão, do enunciado e das alegações apresentadas pelos candidatos nos recursos, conclui-se que a alternativa considerada correta pelo gabarito preliminar, 'Prisão em regime fechado', é de fato a única resposta correta, conforme explicado a seguir: O enunciado indaga qual penalidade NÃO pode ser aplicada no caso apresentado, o que requer a análise das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), em consonância com os princípios constitucionais e legais aplicáveis. Análise das alternativas: Prisão em regime fechado A Lei de Improbidade Administrativa não prevê pena de prisão, seja em regime fechado ou qualquer outro, como sanção aplicável aos atos de improbidade administrativa. As penalidades previstas na lei são exclusivamente de natureza civil, administrativa ou política (art. 12 da Lei nº 8.429/92), como a suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, ressarcimento ao erário, multa civil e proibição de contratar com o Poder Público. Assim, essa alternativa é correta como resposta à pergunta sobre a penalidade que NÃO pode ser aplicada. Perda da função pública Essa penalidade está expressamente prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/92, aplicável aos atos de improbidade administrativa, dependendo da gravidade e natureza da conduta (art. 9º, 10 e 11). No caso apresentado, o uso de veículo oficial para fins pessoais pode configurar improbidade administrativa, especialmente se comprovado dolo ou má-fé, o que justificaria a aplicação dessa penalidade. Portanto, essa alternativa está INCORRETA como resposta à pergunta. Ressarcimento ao erário O ressarcimento ao erário é aplicável quando há comprovação de dano</p>
------	-----	-------------------------------------	--	------------	------------------------------------	---

						<p>patrimonial ao ente público. No caso em análise, o enunciado não especifica prejuízo ao erário, mas também não o descarta, e a Lei nº 8.429/92 permite o ressarcimento sempre que houver dano (art. 12, caput). Embora o ressarcimento não seja automático, ele continua previsto na lei e sua aplicabilidade depende da demonstração do dano no caso concreto. Assim, essa penalidade é potencialmente aplicável no contexto descrito, o que torna essa alternativa INCORRETA como resposta à pergunta. Perda dos direitos políticos por até 8 anos Essa alternativa apresenta um erro material. A Lei nº 8.429/92 não prevê a 'perda' dos direitos políticos, mas sim sua suspensão, e os prazos variam conforme o tipo de ato de improbidade (art. 12): Até 14 anos para atos que importem enriquecimento ilícito (art. 9º). Até 12 anos para atos que causem dano ao erário (art. 10). Até 4 anos para atos que atentem contra os princípios da administração pública (art. 11). Como o texto da alternativa se refere à 'perda' e menciona o prazo de '8 anos', que não corresponde aos prazos previstos na lei, ela está INCORRETA. Essa imprecisão jurídica reforça a inadequação da alternativa como resposta. Imposição de multa civil A multa civil é uma das penalidades previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/92 e pode ser aplicada cumulativamente às demais sanções, dependendo da gravidade da conduta. No caso descrito, o uso de veículo oficial para fins pessoais pode ensejar a aplicação dessa sanção. Assim, essa alternativa está INCORRETA como resposta à pergunta. Análise dos argumentos apresentados nos recursos: Sobre a alegação de que a alternativa 'Perda dos direitos políticos por até 8 anos' também seria correta: Essa alegação não procede, pois há</p>
--	--	--	--	--	--	--

						<p>erro técnico na alternativa. A Lei de Improbidade Administrativa prevê a suspensão, e não a perda, dos direitos políticos, com prazos de até 14 ou 12 anos, conforme o tipo de improbidade. O uso do termo 'perda' invalida a alternativa como juridicamente correta. Sobre a alegação de que a alternativa 'Ressarcimento ao erário' também seria correta: Embora o enunciado não mencione expressamente dano patrimonial, o ressarcimento ao erário é uma penalidade aplicável em atos de improbidade, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 8.429/92. A inexistência de dano, no caso concreto, seria matéria de defesa, mas a penalidade permanece prevista na lei, tornando a alternativa incorreta como resposta à pergunta. Sobre a alegação de que a questão comporta mais de uma resposta correta: O enunciado é claro ao indagar qual penalidade NÃO pode ser aplicada, e apenas uma alternativa é juridicamente incompatível com a Lei de Improbidade Administrativa: a prisão em regime fechado. As demais alternativas, ainda que questionáveis em detalhes, não apresentam incompatibilidade legal direta. Conclusão: Diante dos argumentos apresentados pela banca, a alternativa 'Prisão em regime fechado' permanece como a única correta, pois essa penalidade não está prevista na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). As demais alternativas correspondem a penalidades aplicáveis, direta ou indiretamente, ao caso descrito, ainda que dependam de análise do caso concreto. A questão está mantida.</p>
--	--	--	--	--	--	---

3996	173	FLAVIO ANTONIO PESSOA SANTOS JUNIOR	<p>Segundo a Lei de Licitações 14.133, os fundamentos para anulação de um contrato estão elencados nos arts. 71 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:</p> <p>I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;</p> <p>II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;</p> <p>§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.</p> <p>Tem-se o ponto do inciso II, qual seja, revogar a licitação.</p> <p>Art. 147 da mesma lei, onde: “Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	6 Após análise detalhada do enunciado, das alternativas e das disposições legais aplicáveis, conclui-se que a alternativa apontada pelo gabarito preliminar como correta, 'Vício de legalidade no procedimento licitatório', está tecnicamente correta e deve ser mantida como resposta à questão. Segue a fundamentação: Análise do Enunciado e Contexto Legal: A questão descreve um caso em que uma empresa concorrente em uma licitação alegou que a vencedora apresentou documentos falsificados para atender aos requisitos do edital. Caso a fraude documental seja comprovada, o contrato firmado pode ser anulado com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). De acordo com o art. 147 da Lei nº 14.133/2021, a anulação de um contrato pode ser determinada quando constatada irregularidade no procedimento licitatório, desde que não seja possível o saneamento dessa irregularidade. Além disso, a fraude na licitação ou na habilitação de uma empresa vencedora constitui um vício insanável, pois viola diretamente os princípios da legalidade, moralidade e isonomia, que regem o processo licitatório. O fundamento legal para a anulação é, portanto, o vício de legalidade no procedimento licitatório, que ocorre quando o procedimento licitatório foi conduzido de maneira contrária às normas legais e aos princípios aplicáveis. Análise das Alternativas: Ausência de interesse público: Essa alternativa está INCORRETA. O interesse público é o princípio que rege todos os atos administrativos, mas sua ausência não é o fundamento direto para anular um contrato baseado em fraude documental. A continuidade ou não do contrato depende da avaliação de legalidade e interesse público, mas a
------	-----	-------------------------------------	---	------------	------------------------------------	---

suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos: [...] Parágrafo único. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

No caso, não gera ausência de interesse do poder público, o processo licitatório continua e com a solução da irregularidade, ou seja, o vício.

No art. 171 - Na fiscalização de controle será observado o seguinte:

§ 1º Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito da irregularidade que tenha dado causa à suspensão no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contado da data do recebimento das

questão específica trata de fraude, o que caracteriza um vício insanável no procedimento licitatório. Descumprimento de prazos contratuais: Essa alternativa está INCORRETA. O descumprimento de prazos contratuais pode ensejar a rescisão contratual, mas não é aplicável ao contexto apresentado, que trata da fase de habilitação e contratação irregular por fraude documental. Superveniência de fato novo: Essa alternativa está INCORRETA. A superveniência de fato novo é fundamento para a revogação do procedimento licitatório, conforme o art. 71, §1º, da Lei nº 14.133/2021, mas não para sua anulação. Revogação e anulação possuem fundamentos e consequências distintas: a anulação é determinada por vícios de legalidade, enquanto a revogação ocorre por razões de conveniência ou oportunidade. Vício de legalidade no procedimento licitatório: Essa alternativa está CORRETA. A apresentação de documentos falsificados durante a habilitação ou execução do contrato é uma irregularidade insanável que compromete a validade do procedimento licitatório. Conforme o art. 147 da Lei nº 14.133/2021, quando constatada a irregularidade, o contrato deve ser anulado, pois a legalidade é um princípio fundamental do direito administrativo e sua violação invalida o ato jurídico. Inexecução parcial do contrato: Essa alternativa está INCORRETA. A inexecução parcial do contrato ocorre durante a fase de execução e se refere ao descumprimento de obrigações contratuais, podendo ensejar a rescisão contratual. No entanto, a questão trata de um vício na fase de habilitação e contratação, não de descumprimento contratual posterior. Resposta aos Argumentos do Recurso: Sobre a aplicação do art. 71 da

informações a que se refere o § 2º deste artigo, prorrogável por igual período uma única vez, e definirá objetivamente:

I - as causas da ordem de suspensão;

II - o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado pela suspensão da licitação, no caso de objetos essenciais ou de contratação por emergência.

§ 2º Ao ser intimado da ordem de suspensão do processo licitatório, o órgão ou entidade deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, admitida a prorrogação:

I - informar as medidas adotadas para cumprimento da decisão;

II - prestar todas as informações cabíveis;

III - proceder à apuração de responsabilidade, se for o caso.

§ 3º A decisão que examinar o mérito da medida cautelar a que se refere o § 1º deste artigo deverá definir as medidas necessárias e adequadas, em face das alternativas possíveis, para o saneamento do processo licitatório, ou determinar a sua anulação.

Lei nº 14.133/2021:O recurso menciona que a anulação pode ocorrer por conveniência e oportunidade, com base na superveniência de fato novo. Contudo, essa é uma hipótese de revogação, e não de anulação. A questão trata de vícios de legalidade, não de conveniência administrativa, o que afasta a aplicação do inciso II do art. 71.Sobre o art. 147 da Lei nº 14.133/2021:O recurso corretamente cita o art. 147, que estabelece que a anulação do contrato deve observar o interesse público e considerar aspectos como a impossibilidade de saneamento da irregularidade. Contudo, no caso de fraude documental, a irregularidade é insanável e exige a nulidade do contrato, conforme a própria lei e jurisprudência.Sobre a inexistência de fundamento para anulação no caso específico:A apresentação de documentos falsificados constitui um vício insanável de legalidade, invalidando todo o procedimento licitatório subsequente. O art. 9º da Lei nº 14.133/2021 proíbe condutas fraudulentas em licitações, e o art. 71, §1º, exige que irregularidades insanáveis sejam declaradas nulas.Conclusão:Diante dos fundamentos legais e das análises apresentadas, conclui-se que a alternativa 'Vício de legalidade no procedimento licitatório' é a única correta, pois está diretamente relacionada ao fundamento legal para a anulação do contrato no caso de fraude documental. As demais alternativas não se aplicam ao caso concreto descrito.A questão está mantida.

			<p>Não existe resposta para a pergunta da questão, ou seja, o fundamento legal para a anulação do contrato de acordo com o artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode encerrar a licitação em duas ocasiões: por conveniência ou por oportunidade, desde que o motivo determinante para a revogação do processo licitatório seja resultado de fato superveniente devidamente comprovado.</p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

3997	173	FLAVIO ANTONI O PESSOA SANTOS JUNIOR	<p>Acerca do conflito na região do Contestado, de acordo com o livro do historiador Nilson Thomé “Sangue, suor e lágrimas no chão contestado”, o gabarito preliminar confirmou a letra “E”, onde o município de Macieira foi influenciado pelos eventos da guerra.</p> <p>Acontece que os jagunços, foram a transformação dos sertanejos que haviam tornados fanáticos, ocorrida em 1914, pág. 91 do livro. Esses mesmos jagunços como diz na questão não fugiram da guerra.</p> <p>Trecho “A facção de jagunços liderada por Chiquinho Alonso, formando um piquete de quase 300 voluntários, na primeira semana de setembro elaborou um plano de ataque à Estação de Calmon, para interromper o tráfego de trens e para destruir a serraria da Lumber, planejando ainda o arrasamento de todos os povoados e estações às margens dos trilhos, incluindo as de São João e Nova Galícia, até a entrada triunfal em União da Vitória”.</p> <p>Pág. 95 – “O comando da Linha Oeste, a cargo do Coronel Eduardo Sócrates, organizou a defesa de União da Vitória, e</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Gerais	32 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:A resposta correta é:'A proximidade com o território de conflito e a circulação de jagunços que fugiam da guerra.'De acordo com Nilson Tomé, no livro 'Sangue, suor e lágrima no chão do Contestado', embora Macieira não tenha sido palco de batalhas durante a Guerra do Contestado, sua proximidade com o território de conflito exerceu grande influência. A região foi impactada pela circulação de jagunços que fugiam dos confrontos, causando mudanças sociais e econômicas. Esses deslocamentos geraram instabilidade, influenciaram as dinâmicas locais e marcaram a memória histórica do município.Análise das outras alternativas:'A presença de tropas militares que usavam a cidade como base': Não há registros históricos de que Macieira tenha sido utilizada como base militar durante o conflito.'A construção de uma linha férrea que passava pela cidade': Embora a construção de ferrovias tenha sido um elemento importante no contexto do Contestado, Macieira não estava diretamente envolvida no trajeto das ferrovias que motivaram o conflito.'A criação de um hospital de campanha na região': Não há evidências de que um hospital de campanha tenha sido estabelecido em Macieira durante a guerra.'O recrutamento de moradores locais para lutar no conflito': Apesar de possíveis envolvimento indiretos, o recrutamento de moradores de Macieira não é apontado como o principal motivo da influência do conflito na cidade.Fonte:TOMÉ, Nilson. Sangue, suor e lágrima no chão do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.Diante dos
------	-----	--------------------------------------	---	------------	----------------------	--

ocupou onze estações da estrada de ferro: Nova Galícia (pequena guarda do 14º de Infantaria), São João (51º Batalhão de Caçadores), Calmon (5º Regimento), Rio Caçador (uma companhia do 14º Batalhão), Rio das Antas, Rio das Pedras, Rio Bonito, Erval, Rio Capinzal, Rio do Peixe e Rio Uruguai (57º Batalhão de Caçadores e um destacamento do 8º Regimento, desdobrados nestas últimas sete estações); mais tarde, o 16º Batalhão de Infantaria reforçou a guarda da Estação de Rio Caçador, onde foi estabelecido um depósito de remuniamento e abastecimento. A principal missão desta coluna era proteger a estrada de ferro e impedir que possíveis fugitivos rompessem o cerco, para adentrarem nas terras administradas pelo Paraná, na outra margem do Rio do Peixe”.

Os soldados usavam as cidades como base.

Outra situação a ser ponderado é que em consulta ao sitio da Prefeitura de Macieira <https://macieira.sc.gov.br/pagina-11636/> na aba Município e depois em Histórico de Macieira, não esta explicando sobre “a proximidade com o território de conflito e a

argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



		<p>circulação de jagunços que fugiam da guerra”, o que conta a historia é a seguinte situação “O local era caminho de tropas que conduziam porcos dos campos de Palmas a Videira, sendo Macieira local de descanso desses tropeiros. No local de descanso foi construído um paiol, que abrigava os tropeiros e as tropas.”</p>				
--	--	--	--	--	--	--

3964	141	GUSTAVO DE MEDEIROS RIBEIRO	<p>A Lei nº 14.133/21, em seu art. 18, trata do estudo técnico preliminar, exigindo que este contenha, entre outros elementos, a análise da viabilidade técnica e econômica da contratação e a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.</p> <p>O levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, está previsto como parte obrigatória do estudo técnico preliminar, conforme explicitado pela Lei. A alternativa (C) menciona corretamente este levantamento de mercado e a justificativa técnica e econômica da escolha da solução, o que está em conformidade com o que é exigido pela Lei.</p> <p>A alternativa (A), por sua vez, faz referência às estimativas das quantidades para a contratação, mas não menciona a obrigatoriedade do levantamento de mercado ou da justificativa técnica e econômica da escolha da solução. Embora as estimativas das quantidades sejam relevantes, elas são apenas um dos elementos do estudo técnico preliminar, mas não atendem a todos os requisitos legais que</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>6 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: O § 2º do Artigo 18 da Lei nº 14.133/21, define os elementos obrigatórios mínimos que devem ser incluídos no estudo técnico preliminar. De acordo com essa seção da lei, o estudo técnico preliminar deve incluir, no mínimo, os elementos especificados nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º. A alternativa que destaca que 'Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala', que é especificamente mencionado no inciso IV como um dos elementos obrigatórios. Portanto, esta é a resposta correta, pois alinha diretamente com a exigência legal de inclusão obrigatória no estudo técnico preliminar. As outras alternativas, apesar de serem elementos listados no estudo técnico preliminar, não estão incluídas entre os requisitos mínimos obrigatórios especificados no § 2º, e por isso não são consideradas corretas para esta questão específica: Alternativa que menciona os 'Requisitos da contratação', que, embora importante, são parte do § 1º, mas não listados como obrigatórios nos incisos especificados pelo § 2º para inclusão mínima obrigatória. Alternativa que aborda 'Levantamento de mercado', que, enquanto necessário, também não está listado entre os requisitos mínimos obrigatórios do § 2º. Alternativa que fala sobre a 'Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual', que é mencionada no inciso II do § 1º e não é obrigatória conforme o § 2º. Alternativa que inclui o 'Demonstrativo dos resultados</p>
------	-----	-----------------------------	--	------------	------------------------------------	--

a Lei nº 14.133/21 exige, especialmente no que tange à análise de mercado.

Referência Legal:

Art. 18 da Lei nº 14.133/21:

§ 1º – O estudo técnico preliminar deve evidenciar: 'I - o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação', incluindo, entre outras coisas, o levantamento de mercado e a justificativa técnica e econômica.

Pedido:

Diante do exposto, solicito a reavaliação da questão nº 06, com a devida correção da alternativa correta para (C), pois está em plena consonância com o disposto na Lei nº 14.133/21, especialmente no que se refere ao levantamento de mercado e à justificativa técnica e econômica da escolha da solução.

pretendidos em termos de economicidade', que está listado no inciso IX do § 1º e, novamente, não é parte dos requisitos mínimos obrigatórios do § 2º. Dessa forma, apenas a alternativa (Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) corresponde diretamente a um dos requisitos explícitos e obrigatórios que devem ser incluídos no estudo técnico preliminar segundo a Lei nº 14.133/21. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

3977	221	HUGO DIAS LESO	<p>De acordo com o artigo publicado em 2024 na revista Nature: Lu, X., Xie, Q., Pan, X. et al. Type 2 diabetes mellitus in adults: pathogenesis, prevention and therapy. Sig Transduct Target Ther 9, 262 (2024). https://doi.org/10.1038/s41392-024-01951-9, a afirmação de que 'o diabetes tipo 2 (DM2) pode se desenvolver em indivíduos com função normal da insulina, porém com um defeito severo na secreção, levando à necessidade de controle hiperglicêmico com insulina' está incorreta.</p> <p>O artigo revela que os principais mecanismos para o desenvolvimento do DM2 são a resistência insulínica e a disfunção das células beta pancreáticas. No caso da resistência insulínica (RI), os metabólitos resultantes de supernutrição, como glicose e ácidos graxos não esterificados, interferem na ativação do receptor de insulina e nas vias IRS-1/PI3K/Akt2. Isso resulta em inflamação crônica no tecido adiposo e deposição de lipídeos nos músculos e fígado, levando a alterações fisiológicas. Consequentemente, as células beta trabalham em sobrecarga para compensar temporariamente os níveis elevados de glicose no sangue. Com a progressão da doença, essas células beta não conseguem mais produzir insulina suficiente</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	4 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:baseando-se na análise das alternativas fornecidas na questão e na descrição padrão dos diferentes tipos de diabetes, é apropriado anular a questão por não apresentar uma alternativa corretamente formulada que esteja em consonância com o conhecimento médico estabelecido sobre o diabetes. As alternativas fornecidas contêm imprecisões significativas ou descrições que não correspondem exatamente aos tipos de diabetes especificados.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.
------	-----	----------------	---	-----------------	------------------------------------	--

para compensar os altos níveis de glicose, induzindo ao DM2.

Ou seja, o defeito de secreção apenas ocorre após o mecanismo de estresse oxidativo do receptor de insulina. Esse fato impossibilita que o DM2 se desenvolva em indivíduos com função normal da insulina, mas com um defeito severo na secreção. O defeito severo na secreção das células beta é decorrente de falha no mecanismo de insulina e estresse oxidativo, aumento da RI, oxidação do receptor de insulina nas células e outras falhas do mecanismo de insulina.

Outro mecanismo possível explicado é a disfunção das células beta, causada por alta secreção de insulina devido à redução da função de insulina e apoptose celular provocada pela inflamação das células beta.

Portanto, não existe alternativa correta para a questão.

3979	221	HUGO DIAS LESO	<p>Todas as assertivas estão corretas, não havendo gabarito para a questão. As assertivas I e II são precisas. Vejamos o motivo pelo qual a assertiva III também está correta:</p> <p>III - O mepolizumab, um anticorpo monoclonal anti-IL-5, é clinicamente eficaz em diminuir a eosinofilia local na asma.</p> <p>Segundo o artigo científico 'Mepolizumab como opção terapêutica coadjuvante no tratamento da asma: Uma revisão de literatura', o mepolizumab é um anticorpo monoclonal anti-IL-5 com grande potencial para controlar os sintomas (cl clinicamente eficaz) e reduzir a mortalidade na asma, uma vez que inibe a IL-5, responsável pelas principais alterações da doença. A curto prazo, o medicamento não afeta a função pulmonar. Entretanto, a longo prazo, a droga diminui os eosinófilos do lavado broncoalveolar (local principal da asma) e o remodelamento das vias aéreas, melhora o volume expiratório forçado no primeiro segundo e reduz as exacerbações asmáticas.</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	10	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:Proposição I: Afirmar que a eosinofilia local e periférica é o 'único marcador' na NARES é incorreto. Na realidade, outras características inflamatórias podem estar presentes em NARES, o que torna a proposição factualmente errada.Proposição II: A proposição que o ECP é elevado após provocação nasal na asma, embora possa ter suporte em certos estudos, não é universalmente aceita na comunidade médica como uma característica geral da asma. Isso torna a proposição imprecisa e potencialmente enganosa.Proposição III: Apesar de o mepolizumab ser eficaz na redução da eosinofilia em casos específicos de asma eosinofílica, a generalização de sua eficácia para 'diminuir a eosinofilia local na asma' pode ser considerada uma super simplificação, uma vez que a resposta ao tratamento pode variar significativamente entre os pacientes.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.</p>
------	-----	----------------	---	-----------------	------------------------------------	----	---

			<p>A revisão de literatura, publicada em 2017, reforça que o mepolizumab, sendo um anticorpo monoclonal anti-IL-5, é eficaz na redução dos sintomas. Portanto, as assertivas I, II e III estão corretas, não havendo gabarito para a questão.</p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

3980	221	HUGO DIAS LESO	<p>Todas as assertivas estão corretas, não havendo gabarito para a questão. As assertivas I e II são precisas. Vejamos o motivo pelo qual a assertiva III também está correta:</p> <p>III - O mepolizumab, um anticorpo monoclonal anti-IL-5, é clinicamente eficaz em diminuir a eosinofilia local na asma.</p> <p>Segundo o artigo científico 'Mepolizumab como opção terapêutica coadjuvante no tratamento da asma: Uma revisão de literatura', o mepolizumab é um anticorpo monoclonal anti-IL-5 com grande potencial para controlar os sintomas (cl clinicamente eficaz) e reduzir a mortalidade na asma, uma vez que inibe a IL-5, responsável pelas principais alterações da doença. A curto prazo, o medicamento não afeta a função pulmonar. Entretanto, a longo prazo, a droga diminui os eosinófilos do lavado broncoalveolar (local principal da asma) e o remodelamento das vias aéreas, melhora o volume expiratório forçado no primeiro segundo e reduz as exacerbações asmáticas.</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	10	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:Proposição I: Afirmar que a eosinofilia local e periférica é o 'único marcador' na NARES é incorreto. Na realidade, outras características inflamatórias podem estar presentes em NARES, o que torna a proposição factualmente errada.Proposição II: A proposição que o ECP é elevado após provocação nasal na asma, embora possa ter suporte em certos estudos, não é universalmente aceita na comunidade médica como uma característica geral da asma. Isso torna a proposição imprecisa e potencialmente enganosa.Proposição III: Apesar de o mepolizumab ser eficaz na redução da eosinofilia em casos específicos de asma eosinofílica, a generalização de sua eficácia para 'diminuir a eosinofilia local na asma' pode ser considerada uma super simplificação, uma vez que a resposta ao tratamento pode variar significativamente entre os pacientes.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.</p>
------	-----	----------------	---	-----------------	------------------------------------	----	---

A revisão de literatura, publicada em 2017, reforça que o mepolizumab, sendo um anticorpo monoclonal anti-IL-5, é eficaz na redução dos sintomas. Portanto, as assertivas I, II e III estão corretas, não havendo gabarito para a questão.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/319501009_Mepolizumab_um_novo_tratamento_para_a_asma

<https://revistas.uniformg.edu.br/conexao-ciencia/article/download/509/648>

3981	221	HUGO DIAS LESO	<p>De acordo com o artigo publicado em 2024 na revista Nature: Lu, X., Xie, Q., Pan, X. et al. Type 2 diabetes mellitus in adults: pathogenesis, prevention and therapy. Sig Transduct Target Ther 9, 262 (2024). https://doi.org/10.1038/s41392-024-01951-9, a afirmação de que 'o diabetes tipo 2 (DM2) pode se desenvolver em indivíduos com função normal da insulina, porém com um defeito severo na secreção, levando à necessidade de controle hiperglicêmico com insulina' está incorreta. O artigo revela que os principais mecanismos para o desenvolvimento do DM2 são a resistência insulínica e a disfunção das células beta pancreáticas. No caso da resistência insulínica (RI), os metabólitos resultantes de supernutrição, como glicose e ácidos graxos não esterificados, interferem na ativação do receptor de insulina e nas vias IRS-1/PI3K/Akt2. Isso resulta em inflamação crônica no tecido adiposo e deposição de lipídeos nos músculos e fígado, levando a alterações fisiológicas. Consequentemente, as células beta trabalham em sobrecarga para compensar temporariamente os níveis elevados de glicose no sangue. Com a progressão da doença, essas células beta não conseguem mais produzir insulina suficiente para compensar os altos níveis de glicose, induzindo ao DM2. Ou seja, o defeito de secreção apenas ocorre após o mecanismo de</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	4 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:baseando-se na análise das alternativas fornecidas na questão e na descrição padrão dos diferentes tipos de diabetes, é apropriado anular a questão por não apresentar uma alternativa corretamente formulada que esteja em consonância com o conhecimento médico estabelecido sobre o diabetes. As alternativas fornecidas contêm imprecisões significativas ou descrições que não correspondem exatamente aos tipos de diabetes especificados.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.
------	-----	----------------	--	-----------------	------------------------------------	--

estresse oxidativo do receptor de insulina. Esse fato impossibilita que o DM2 se desenvolva em indivíduos com função normal da insulina, mas com um defeito severo na secreção. O defeito severo na secreção das células beta é decorrente de falha no mecanismo de insulina e estresse oxidativo, aumento da RI, oxidação do receptor de insulina nas células e outras falhas do mecanismo de insulina. Outro mecanismo possível explicado é a disfunção das células beta, causada por alta secreção de insulina devido à redução da função de insulina e apoptose celular provocada pela inflamação das células beta. Portanto, não existe alternativa correta para a questão.

A função normal da insulina somente poderia ocorrer caso não houvesse falha em seu receptor celular.

3982	221	HUGO DIAS LESO	<p>A questão não possui gabarito. As assertivas A, B, D e E estão incorretas, conforme elucidado pela banca. Todavia, o item C: 'paciente com psoríase apresenta tendência a uma piora das lesões no inverno e melhora no verão devido ao efeito positivo da exposição solar' está incorreto.</p> <p>O problema está na afirmação de que o sol tem um efeito positivo na psoríase, o que não é totalmente verdadeiro. A realidade é que a exposição à luz UVA e UVB pode proporcionar ação anti-inflamatória e antiproliferativa, diminuindo o efeito da psoríase na pele. No entanto, a alta exposição pode desencadear novas lesões, como o chamado 'Fenômeno de Koebner' – que é o surgimento de feridas por traumas, como machucados, queimaduras ou agressões à pele em geral, muito comum em pacientes com doenças inflamatórias como a psoríase.</p> <p>Ou seja, o sol pode ter efeitos positivos ou negativos dependendo do tempo de exposição, que está intimamente relacionado aos hábitos de vida do paciente. Se o paciente tiver um emprego que tenha alta exposição solar, o inverno pode resultar em</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>11 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos:O recurso apresentado argumenta contra a eficácia benéfica da exposição solar na psoríase, sugerindo que a luz solar pode desencadear novas lesões através do Fenômeno de Koebner. No entanto, é importante esclarecer que o Fenômeno de Koebner resulta tipicamente de lesões físicas diretas e não da exposição solar per se. A literatura médica amplamente aceita e as diretrizes clínicas confirmam que a exposição moderada à luz solar tem um efeito terapêutico significativo na psoríase devido às propriedades anti-inflamatórias da radiação UVB. A alternativa, que afirma que a psoríase tende a melhorar no verão devido ao efeito positivo da exposição solar, está correta e alinhada com a compreensão dermatológica convencional. Portanto, o recurso não apresenta uma base suficiente para contestar o gabarito oficial e deve ser indeferido, mantendo a validade da resposta originalmente indicada.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	----------------	---	------------	------------------------------------	--

melhora, reduzindo os danos solares na pele e a incidência do fenômeno de Koebner.

Apenas a exposição moderada gera efeito positivo, o tempo da exposição é essencial para evidenciar efeito positivo ou negativo do sol.

Fontes bibliográficas:

DE CASTRO, Graziella Souza Gomes et al. A IMPORTÂNCIA DO ULTRAVIOLETA NO VITILIGO E NA PSORÍASE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. Life Style, v. 7, n. 1, p. 69-76, 2020.

DA SILVA GIMENES, Letícia; GARCIA, Sirlene Carvalho Soares; MATOS, Hidelberto. Psoríase: a influência do clima na melhora do quadro clínico nos pacientes atendidos no município de Gurupi–TO. Centro, v. 77403, p. 090, 2018.

3984	221	HUGO DIAS LESO	<p>De acordo com o artigo publicado em 2024 na revista Nature: Lu, X., Xie, Q., Pan, X. et al. Type 2 diabetes mellitus in adults: pathogenesis, prevention and therapy. Sig Transduct Target Ther 9, 262 (2024). https://doi.org/10.1038/s41392-024-01951-9, a afirmação de que 'o diabetes tipo 2 (DM2) pode se desenvolver em indivíduos com função normal da insulina, porém com um defeito severo na secreção, levando à necessidade de controle hiperglicêmico com insulina' está incorreta. O artigo revela que os principais mecanismos para o desenvolvimento do DM2 são a resistência insulínica e a disfunção das células beta pancreáticas. No caso da resistência insulínica (RI), os metabólitos resultantes de supernutrição, como glicose e ácidos graxos não esterificados, interferem na ativação do receptor de insulina e nas vias IRS-1/PI3K/Akt2. Isso resulta em inflamação crônica no tecido adiposo e deposição de lipídeos nos músculos e fígado, levando a alterações fisiológicas. Consequentemente, as células beta trabalham em sobrecarga para compensar temporariamente os níveis elevados de glicose no sangue. Com a progressão da doença, essas células beta não conseguem mais produzir insulina suficiente para compensar os altos níveis de glicose, induzindo ao DM2. Ou seja, o defeito de secreção apenas ocorre após o mecanismo de</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>4 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:baseando-se na análise das alternativas fornecidas na questão e na descrição padrão dos diferentes tipos de diabetes, é apropriado anular a questão por não apresentar uma alternativa corretamente formulada que esteja em consonância com o conhecimento médico estabelecido sobre o diabetes. As alternativas fornecidas contêm imprecisões significativas ou descrições que não correspondem exatamente aos tipos de diabetes especificados.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.</p>
------	-----	----------------	--	-----------------	------------------------------------	---

estresse oxidativo do receptor de insulina. Esse fato impossibilita que o DM2 se desenvolva em indivíduos com função normal da insulina, mas com um defeito severo na secreção. O defeito severo na secreção das células beta é decorrente de falha no mecanismo de insulina e estresse oxidativo, aumento da RI, oxidação do receptor de insulina nas células e outras falhas do mecanismo de insulina. Outro mecanismo possível explicado é a disfunção das células beta, causada por alta secreção de insulina devido à redução da função de insulina e apoptose celular provocada pela inflamação das células beta. Portanto, não existe alternativa correta para a questão.

O certo seria: O DM2 pode se desenvolver em indivíduo com resistência insulínica, porém com defeito severo na secreção, levando à necessidade de controle hiperglicêmico com insulina

3985	221	HUGO DIAS LESO	<p>melhore o texto De acordo com a diretriz clínica de saúde suplementar da AMB, as manifestações clínicas do hipotireoidismo abrangem uma ampla gama de sinais e sintomas (Tabela 1), que podem se apresentar isoladamente ou em diversas combinações e intensidades. Um sinal clínico de importante valor diagnóstico no hipotireoidismo é a alteração do reflexo de Aquiles. Os sintomas relatados por indivíduos idosos, faixa etária de maior incidência, devem ser cuidadosamente avaliados. Mulheres em idade fértil que apresentam sintomas de distúrbio menstrual e infertilidade devem ser investigadas bioquimicamente para hipotireoidismo, assim como todos os pacientes com hipercolesterolemia. Portanto, a assertiva I está correta. Ela utiliza exatamente as mesmas palavras e termos da diretriz. Diretriz pode ser acessada pelo link: https://amb.org.br/files/ans/hipotireoidismo-diagnostico.pdf Gabarito deve ser modificado para a letra B Segue artigo referência para esta afirmação, utilizado pela diretriz da Associação Médica Brasileira: Zulewski H, Muller B, Exer P, Miserez AR, Staub JJ. Estimation of tissue hypothyroidism by a new clinical score: evaluation of patients with various grades of hypothyroidism and controls. J Clin Endocrinol Metab 1997;82:771-6</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>17 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: O recurso apresentado pelo candidato para a questão de hipotireoidismo inicia-se de maneira inapropriada com a frase 'melhore o texto', o que não é uma forma convencional ou formal de solicitar a revisão de um gabarito em um contexto acadêmico ou profissional. Além disso, o recurso parece confundir a apresentação de uma diretriz clínica com a formulação de uma questão de múltipla escolha, o que compromete a clareza e a eficácia do argumento apresentado. O recurso não fornece uma fundamentação objetiva e direta que questione especificamente a correção das alternativas propostas, limitando-se a afirmar que a assertiva utiliza 'exatamente as mesmas palavras e termos da diretriz', sem contudo abordar a veracidade ou aplicabilidade dessas informações no contexto da questão. É essencial que um recurso apresente argumentos claros e específicos que demonstrem como o conteúdo da questão ou as alternativas são incorretos ou inadequados, o que não foi adequadamente realizado aqui. Dessa forma, considerando a falta de uma objeção substancial e a inadequação na forma de apresentação do recurso, a banca deve indeferir o recurso. Recomenda-se manter o gabarito original como correto, a menos que outras evidências ou argumentações mais substanciais e formalmente apresentadas sejam trazidas à consideração da banca. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	----------------	--	------------	------------------------------------	--

Aqui está uma versão aprimorada do texto:

De acordo com a diretriz clínica de saúde suplementar da AMB, as manifestações clínicas do hipotireoidismo abrangem uma ampla gama de sinais e sintomas (Tabela 1), que podem se apresentar isoladamente ou em diversas combinações e intensidades. Um sinal clínico de importante valor diagnóstico no hipotireoidismo é a alteração do reflexo de Aquiles.

Os sintomas relatados por indivíduos idosos, a faixa etária com maior incidência de hipotireoidismo, devem ser cuidadosamente avaliados. Mulheres em idade fértil que apresentam sintomas de distúrbios menstruais e infertilidade devem ser investigadas bioquimicamente para hipotireoidismo, assim como todos os pacientes com hipercolesterolemia.

Portanto, a assertiva I está correta. Ela utiliza exatamente as mesmas palavras e termos da diretriz.

A diretriz pode ser acessada pelo link:
<https://amb.org.br/files/ans/hipotireoidismo-diagnostico.pdf>

O gabarito deve ser modificado para a letra B.
Segue o artigo de referência para esta afirmação, utilizado pela diretriz da Associação Médica Brasileira:

Zulewski H, Muller B, Exer P, Miserez AR, Staub JJ. Estimation of tissue hypothyroidism by a new clinical score: evaluation of patients with various grades of hypothyroidism and controls. J Clin Endocrinol Metab 1997;82:771-6.

3986	221	HUGO DIAS LESO	<p>De acordo com a diretriz clínica de saúde suplementar da AMB, as manifestações clínicas do hipotireoidismo abrangem uma ampla gama de sinais e sintomas (Tabela 1), que podem se apresentar isoladamente ou em diversas combinações e intensidades. Um sinal clínico de importante valor diagnóstico no hipotireoidismo é a alteração do reflexo de Aquiles.</p> <p>Os sintomas relatados por indivíduos idosos, a faixa etária com maior incidência de hipotireoidismo, devem ser cuidadosamente avaliados. Mulheres em idade fértil que apresentam sintomas de distúrbios menstruais e infertilidade devem ser investigadas bioquimicamente para hipotireoidismo, assim como todos os pacientes com hipercolesterolemia.</p> <p>Portanto, a assertiva I está correta. Ela utiliza exatamente as mesmas palavras e termos da diretriz.</p> <p>A diretriz pode ser acessada pelo link: https://amb.org.br/files/ans/hipotireoidismo-</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	17	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos:O recurso apresentado busca argumentar a favor da correção do gabarito para outra alternativa, com base em uma interpretação das diretrizes da AMB sobre o hipotireoidismo. No entanto, o recurso não apresenta uma contestação específica ou um questionamento claro sobre as demais proposições da questão, além de assumir que o uso de terminologia semelhante à das diretrizes valida automaticamente a proposição.Avaliando os detalhes fornecidos, o recurso não especifica exatamente quais aspectos das outras alternativas (se existirem) estão incorretos ou por que especificamente o gabarito deve ser alterado, além de indicar que a assertiva I está correta. Para que um recurso seja considerado, é essencial que detalhe explicitamente quais erros foram cometidos na formulação das outras alternativas e como tais erros afetam a validade da resposta indicada.Além disso, simplesmente afirmar que as diretrizes são utilizadas para embasar a correção de uma alternativa sem discutir a relevância e aplicação dessas diretrizes no contexto específico da pergunta não é suficiente para justificar uma mudança no gabarito. A adequação de uma resposta em uma questão de múltipla escolha depende não apenas do uso correto de terminologia, mas também da precisão e integridade da informação em relação ao que está sendo perguntado.Com base nesses pontos, recomendamos indeferir este recurso. A solicitação não cumpre os requisitos para uma reavaliação substantiva do gabarito, pois não desafia adequadamente a correção das outras alternativas nem justifica suficientemente a necessidade</p>
------	-----	----------------	---	------------	------------------------------------	----	---

diagnostico.pdf

O gabarito deve ser modificado para a letra B. Segue o artigo de referência para esta afirmação, utilizado pela diretriz da Associação Médica Brasileira:

Zulewski H, Muller B, Exer P, Miserez AR, Staub JJ. Estimation of tissue hypothyroidism by a new clinical score: evaluation of patients with various grades of hypothyroidism and controls. J Clin Endocrinol Metab 1997;82:771-6.

de alterar a resposta correta já estabelecida pela banca examinadora. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

3987	221	HUGO DIAS LESO	<p>Provavelmente houve um equívoco na liberação do gabarito desta questão, visto que a alternativa C: 'Indivíduos homozigotos para hemoglobina S (SS) têm maior resistência à malária do que heterozigotos (AS)' é a correta.</p> <p>Essa situação é evidenciada na seguinte referência: a interseção entre a doença falciforme e a malária é um exemplo clássico de coevolução. A presença do alelo HbS confere um efeito protetor em ambientes endêmicos de malária. Em heterozigotos (carreadores do traço falciforme), a proteção é moderada, enquanto os homozigotos, que sofrem a forma completa da doença, apresentam uma resistência significativa à malária.</p> <p>Esse fato é corroborado pelas seguintes literaturas:</p> <p>SANTOS, Thalita Grazielly et al. Origem da Relação entre Malária e Anemia Falciforme. ID on line. Revista de psicologia, v. 16, n. 61, p. 128-140, 2022.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	18	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos:O recurso apresentado solicita uma revisão do gabarito oficial, alegando que indivíduos homozigotos para hemoglobina S (SS) têm maior resistência à malária do que heterozigotos (AS). No entanto, essa interpretação contradiz as evidências científicas bem estabelecidas e o entendimento geral sobre a relação entre traço falciforme e malária. A literatura médica e estudos epidemiológicos demonstram que os indivíduos heterozigotos (AS) têm uma vantagem seletiva significativa em relação à malária, pois apresentam uma resistência moderada sem sofrer as complicações severas da doença falciforme, que afetam os homozigotos (SS). Esses últimos podem apresentar certa resistência à malária, mas a condição é acompanhada de manifestações clínicas graves de anemia falciforme, que podem reduzir a qualidade de vida e a longevidade. Assim, o gabarito oficial que indica que os heterozigotos (AS) têm vantagem seletiva em áreas endêmicas de malária é baseado em uma compreensão robusta da interação entre a genética e a exposição ao patógeno. Portanto, o recurso não apresenta fundamentação suficiente para alterar o gabarito da questão, que permanece correto ao enfatizar a vantagem seletiva dos heterozigotos em contextos endêmicos.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	----------------	---	------------	------------------------------------	----	---

HOKAMA, Newton et al. Interferência da malária na fisiologia e na fisiopatologia do eritrócito: parte 2: fisiopatologia da malária, da anemia falciforme e suas inter-relações. J. bras. med, p. 40-48, 2002.

Naoum, Flávio Augusto. Doenças que alteram os exames hematológicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

A alternativa D, dada como correta, é:
'Indivíduos heterozigotos para hemoglobina S (AS) apresentam vantagem seletiva contra a malária em áreas endêmicas, mas não em áreas não endêmicas.' Contudo, a vantagem protetiva em relação à malária para indivíduos com anemia falciforme ou traço falciforme ocorre independentemente da área ser endêmica ou não, por estar intimamente relacionada com a alteração da hemoglobina.

Portanto, o gabarito correto é a letra C.

3988	221	HUGO DIAS LESO	<p>Existem diversos tipos de malware que atuam independentemente do sistema JavaScript estar desativado ou ativado, pois utilizam vulnerabilidades de sistemas distintos que alteram a função de desativação do JavaScript no leitor de PDF, sem mencionar os leitores de PDF legados. Simplificando a vulnerabilidade:</p> <p>Criar um adware simples com uma vulnerabilidade já existente divulgada na CVE, por um software desatualizado, pirata ou que ainda não foi corrigido (updates nem sempre são imediatos).</p> <p>Executar a vulnerabilidade via carregamento do adware, antes de iniciar o download do arquivo PDF.</p> <p>Habilitar a função JavaScript com um código fileless (existem inúmeras formas de fazer isso, dependendo da criatividade e especificidade do atacante) para diminuir a identificação por antivírus. Dessa forma, mesmo com a função JavaScript 'desabilitada' pelo usuário, o leitor de PDF poderá carregar</p>	INDEFERIDO	Informática Básica	40 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A resposta correta é: 'Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF.' A resposta correta para a questão é 'Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF', pois esta é uma das práticas mais eficazes para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF. A execução de JavaScript é frequentemente explorada como vetor de ataque em documentos PDF. Desativá-lo nas configurações do leitor é uma medida simples e amplamente acessível, reduzindo significativamente os riscos, especialmente ao lidar com arquivos de fontes desconhecidas. Embora a alternativa 'Abrir os arquivos PDF em um ambiente isolado ou sandbox' (Alternativa A) seja tecnicamente válida e altamente eficaz, ela não é a mais prática ou amplamente acessível para o público geral. Sandboxing exige maior conhecimento técnico, pode demandar configurações específicas e não está disponível em leitores de PDF comuns. A desativação de JavaScript, por outro lado, é suficiente para a maioria dos usuários em cenários cotidianos e é uma solução mais prática. As alegações de que sandboxing seria mais adequado têm mérito, principalmente em ambientes corporativos ou em análises de segurança especializadas. A sandbox, como recurso, oferece um ambiente isolado para a abertura de arquivos suspeitos, protegendo o dispositivo e a rede de possíveis ataques. No entanto, sua implementação não é trivial para a maioria dos usuários, e recursos como o Modo Protegido do Adobe Reader, que utilizam sandboxing
------	-----	----------------	--	------------	--------------------	--

JavaScripts.

A vulnerabilidade será executada normalmente. Isso pode ocorrer quando outros softwares apresentam vulnerabilidades que alteram outras funções do sistema operacional.

Existem inúmeras outras formas de atingir o mesmo objetivo, habilitando a execução de código malicioso por um leitor de PDF. Alguns sistemas utilizam atualizadores de software automáticos que, por serem frequentemente de empresas não confiáveis do ponto de vista de segurança da informação, podem acabar baixando um malware como atualização de um leitor de PDF. Esse malware pode habilitar o JavaScript, independentemente do que está marcado nas configurações do software.

Uma forma de mitigar isso seria utilizar o comando `winget upgrade --all` via PowerShell. No entanto, isso não impede que o servidor do provedor do software seja invadido ou que exista falha na verificação do hash do

internamente, não substituem a necessidade de desativar JavaScript como uma camada adicional de proteção. A preocupação com a necessidade de JavaScript para funcionalidades como assinaturas digitais é relevante em casos específicos. Contudo, a questão trata de documentos de fontes desconhecidas, onde tais funcionalidades não se aplicam. Para esses casos, recomenda-se limitar o uso de JavaScript a documentos de fontes confiáveis, mantendo a segurança sem comprometer funcionalidades importantes. Sobre as vulnerabilidades que podem explorar JavaScript mesmo quando desativado, é verdade que ataques sofisticados podem contornar configurações de segurança. Entretanto, desativar o JavaScript ainda elimina a maioria dos vetores de ataque comuns. Soluções como sandboxing são complementares, mas a desativação do JavaScript permanece uma prática eficaz e recomendada para a maioria dos usuários. Embora sandboxing seja uma solução robusta, sua aplicação é mais limitada a contextos corporativos e análises avançadas, o que impede que seja considerada a medida mais eficaz e acessível para todos os usuários. A desativação do JavaScript é amplamente recomendada por padrões de segurança, como os estabelecidos pelo NIST (National Institute of Standards and Technology), e atende às necessidades da maioria dos cenários de risco. Portanto, a desativação do JavaScript nas configurações do leitor de PDF é a solução mais prática, acessível e eficaz para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF de fontes desconhecidas. Diante disso, o recurso não assiste ao recorrente. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

arquivo novo, mesmo que o PowerShell sempre verifique o hash, devido a uma vulnerabilidade no próprio PowerShell.

Portanto, considerando as melhores práticas de segurança da informação, especialmente ao lidar com documentos de fontes desconhecidas, a medida mais eficaz para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF ao visualizá-los em um leitor de PDF não é simplesmente desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF. Embora isso diminua o risco, não o elimina, conforme discutido acima.

Outras vulnerabilidades, como a descrita na CVE-2024-4367 - Arbitrary JavaScript Execution in PDF.js da Mozilla, podem permitir a execução de código malicioso mesmo com o JavaScript desabilitado no Adobe PDF Reader.

A opção mais eficaz é abrir os arquivos PDF em um ambiente isolado ou sandbox. Ao abrir um PDF em sandbox, como o Windows

Sandbox, mesmo que haja alguma vulnerabilidade na execução de código remoto, esta vulnerabilidade apenas destruirá a máquina virtual, que pode ser facilmente substituída. Adicionalmente, a sandbox infectada pode ser usada para realizar engenharia reversa ou ser enviada para redes de sandbox na nuvem, como a Kaspersky Secure Network. Portanto, a utilização de sandbox é a solução mais resolutive para abrir PDFs de fontes desconhecidas.

Referências:

<https://github.com/mozilla/pdf.js/issues/18123>

<https://learn.microsoft.com/pt-br/windows/security/application-security/application-isolation/windows-sandbox/windows-sandbox-overview>

<https://stackoverflow.com/questions/72109635/problem-downloading-a-pdf-file-through-browser-using-javascript>

<https://github.com/0xCyberY/CVE-T4PDF>

3966	166	JEAN FELIPE CONSTANTINI DE CASTRO	<p>Venho, por meio deste recurso, solicitar a revisão da correção da questão supracitada, pois a alternativa (B) 'Clima semitemperado', embora comumente associada ao clima subtropical, não descreve de forma precisa o clima predominante em Macieira/SC, o correto seria Clima Temperado, uma vez que o termo semitemperado não é reconhecido oficialmente na classificação climática.</p> <p>Clima Temperado (Subtropical): Macieira, localizada no estado de Santa Catarina, apresenta um clima temperado ou subtropical.</p> <p>Distinção entre Clima Semitemperado e Temperado: Embora o termo 'semitemperado' seja usado como uma subcategoria do clima temperado, é crucial destacar que o clima predominante em Macieira é, de fato, um clima temperado, com características típicas da zona de transição entre o tropical e o temperado.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, solicito a anulação da questão com base nessa definição.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Gerais	<p>33 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A resposta correta é: 'Clima semitemperado.' A cidade de Macieira, em Santa Catarina, está localizada em uma região com características de clima semitemperado ou subtropical úmido, típico das áreas de transição entre zonas temperadas e tropicais. Esse clima apresenta variações de temperatura ao longo do ano, com invernos relativamente frios e verões quentes e úmidos, além de chuvas bem distribuídas durante o ano. Essas condições influenciam diretamente atividades como a agricultura e o cotidiano da população local. Análise das outras alternativas: 'Clima semiárido': Este clima é caracterizado por altas temperaturas, baixa umidade e chuvas escassas, sendo predominante em regiões do Nordeste brasileiro, o que não corresponde à realidade climática de Macieira/SC. 'Clima equatorial': O clima equatorial apresenta altas temperaturas e alta umidade o ano todo, com chuvas abundantes. É típico da região Norte do Brasil, sendo incompatível com o clima da região Sul. 'Clima mediterrâneo': Esse clima é caracterizado por invernos chuvosos e verões secos, predominante em regiões do Mediterrâneo. Não ocorre no Brasil, e muito menos em Santa Catarina. 'Clima tropical': Embora Santa Catarina esteja próxima de zonas tropicais, a região da cidade de Macieira apresenta características distintas do clima tropical, como invernos mais rigorosos e temperaturas médias mais amenas. Portanto, o clima semitemperado é o mais adequado para descrever as condições climáticas predominantes em Macieira/SC. Fonte: https://macieira.sc.gov.br/pagina-6062/Diante dos</p>
------	-----	-----------------------------------	---	------------	----------------------	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



							argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
--	--	--	--	--	--	--	---

4001	340	JHENNYFER GONCALVES	<p>Faltou clareza na questão, pois a lei 14.133 se aplica a concessão e permissão, porém de forma subsidiária.</p> <p>Por esse motivo, a questão demonstrou uma amplitude maior do que realmente se aplica.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	2	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 14.133/21, vamos analisar as afirmações apresentadas: 1. 'A Lei nº 14.133/21 não se aplica aos contratos de locação.' o Falsa. A lei especifica que se aplica à locação, conforme o inciso III, que menciona a aplicabilidade da lei para locação. 2. 'A Lei nº 14.133/21 se aplica aos contratos de concessão e permissão de uso de bens públicos.' o Verdadeira. O inciso IV claramente indica que a lei se aplica à concessão e permissão de uso de bens públicos. 3. 'A Lei nº 14.133/21 não se aplica aos contratos que tenham por objeto operações de crédito, interno ou externo.' o Verdadeira. A lei se concentra em contratos administrativos para alienação, compra, locação, concessão, prestação de serviços, obras e tecnologia, sem menção a operações de crédito, o que é geralmente regulado por legislação específica. Dado o exposto, a alternativa correta é: F ? V ? V. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	---------------------	---	------------	------------------------------------	---	---

4029	340	JHENNYFER GONCALVES	A alternativa (E) afirma que as políticas de RH 'padronizam comportamentos' e garantem um 'tratamento igualitário'. No entanto, essa padronização não é absoluta. As políticas de RH visam fornecer diretrizes gerais, mas é importante considerar particularidades individuais e organizacionais. Um termo mais apropriado seria 'orientar comportamentos'.	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	20	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: Dentro do contexto das políticas de Recursos Humanos, 'padronizar comportamentos' se refere efetivamente ao estabelecimento de normas claras e consistentes que todos na organização devem seguir, promovendo a igualdade e reduzindo a subjetividade no tratamento dos colaboradores. Essa padronização não elimina a capacidade de adaptação às particularidades individuais; ela estabelece um quadro de referência comum dentro do qual essas adaptações podem ser gerenciadas de maneira justa e transparente. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
------	-----	---------------------	--	------------	------------------------------------	----	---

4026	120	JOSÉ FELIPE COMPER NAZARIO	<p>Ilustríssimo Senhor Examinador:</p> <p>Por meio deste recurso, solicito a revisão da questão nº 24 da prova objetiva de Assessor jurídico, do Concurso</p> <p>Público – Edital nº 01/2024 do município de Macieira/SC, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:</p> <p>A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C) Exceção de Pré-Executividade” da questão 04. Essa questão aborda a penhora de um bem essencial às atividades de uma empresa.</p> <p>No entanto, com a devida vênia, acredito que houve um equívoco. Uma vez que a escolha, da alternativa “C” não parece ser a mais adequada do ponto de vista processual. Além disso, pelo Código de Processo Civil não há nenhuma alternativa da questão que seja adequada. Portanto a questão deve ser anulada. Conforme será visto a seguir:</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	4	Após análise detalhada do enunciado, das alternativas e das argumentações apresentadas pelos candidatos, conclui-se que a alternativa apontada pelo gabarito preliminar como correta, 'Exceção de Pré-Executividade', é a resposta adequada, conforme explicado a seguir. A questão aborda a situação de uma empresa devedora que, no âmbito de uma execução fiscal, questiona a validade da penhora de bens, alegando que o bem é indispensável para suas atividades. A questão exige identificar o meio processual apropriado para proteger os direitos da empresa nessa situação. Análise da alternativa 'Exceção de Pré-Executividade': A Exceção de Pré-Executividade é um instrumento processual reconhecido na jurisprudência (Súmula 393 do STJ) como cabível na fase de execução, permitindo ao devedor discutir questões de ordem pública sem a necessidade de garantia do juízo ou embargos à execução. Embora seja uma criação jurisprudencial, é amplamente aceita e aplicada na prática jurídica, especialmente para tratar de matérias como: Ilegitimidade passiva. Nulidade do título executivo. Prescrição ou decadência. Impenhorabilidade de bens, desde que não exija dilação probatória. No caso apresentado, a empresa alega a impenhorabilidade do bem por ser indispensável às suas atividades. Essa questão pode ser discutida na Exceção de Pré-Executividade se houver prova documental suficiente no momento da apresentação, como certidões, documentos fiscais ou registros que demonstrem a indispensabilidade. Assim, a alternativa está correta, pois é um instrumento jurídico cabível na hipótese descrita, dependendo do caso concreto. Análise das demais alternativas: Mandado de Segurança: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o
------	-----	-------------------------------------	--	------------	------------------------------------	---	--

Enunciado da Questão:

04

“Durante uma execução fiscal, uma empresa devedora teve bens penhorados para garantir o pagamento do débito. Contudo, a empresa questiona judicialmente a validade da penhora, alegando que o bem penhorado é indispensável para suas atividades. Nesse caso, o assessor jurídico deve recomendar qual ação para proteger os direitos da empresa?

- (A) Mandado de Segurança.
- (B) Habeas Corpus.
- (C) Exceção de Pré-Executividade.
- (D) Ação Rescisória.
- (E) Agravo de Instrumento”

Fundamentação

Mandado de Segurança possa ser utilizado para proteger direito líquido e certo contra ato de autoridade pública (art. 5º, LXIX, da CF e Lei 12.016/2009), ele não é o meio processual adequado no contexto descrito, pois a empresa já está no curso de um processo executivo, onde há meios próprios para discutir a penhora (como Exceção de Pré-Executividade ou Embargos à Execução). O Mandado de Segurança não substitui recursos ou ações cabíveis dentro do processo. Habeas Corpus: Essa alternativa está INCORRETA. O Habeas Corpus é um remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção contra coação ilegal (art. 5º, LXVIII, da CF). Não tem aplicação em situações envolvendo penhoras ou execução fiscal. Ação Rescisória: Essa alternativa está INCORRETA. A Ação Rescisória é cabível para desconstituir sentenças de mérito transitadas em julgado (art. 966 do CPC). No caso apresentado, não há decisão transitada em julgado, mas sim uma discussão sobre a penhora no curso de uma execução fiscal. Agravo de Instrumento: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o Agravo de Instrumento seja um recurso cabível contra decisões interlocutórias que versem sobre a penhora (art. 1.015, CPC), ele não é aplicável na hipótese descrita, pois o enunciado não menciona uma decisão judicial que mantenha ou rejeite a penhora, mas sim o questionamento inicial da empresa. O Agravo de Instrumento é utilizado quando já há uma decisão judicial, o que não é o caso apresentado. Análise dos argumentos dos recursos: 'A impenhorabilidade exige dilação probatória, o que inviabilizaria a Exceção de Pré-Executividade': A aplicabilidade da Exceção de Pré-Executividade depende da existência de elementos

Observa-se que a alternativa “C”, “Exceção de Pré-Executividade”, está errada pois esse instrumento não comporta dilação probatória.

A 'Exceção de Pré-Executividade' é um instrumento que permite ao executado apresentar questões sobre a execução sem a necessidade de garantia, mas seu uso se restringe a matérias que não exigem dilação probatória, como questões de ordem pública (por exemplo, nulidade do título executivo ou ausência de pressupostos processuais). No entanto, a situação descrita na questão envolve a indispensabilidade de um bem para as atividades empresariais, o que necessariamente demanda produção de provas para demonstrar que tal bem é essencial para o funcionamento da empresa.

Assim, a alternativa mais apropriada seria a 'Impugnação à Penhora', prevista no artigo 917 do Código de Processo Civil (CPC), especialmente no §1º do referido artigo. A 'Impugnação à Penhora' é o meio específico para contestar a penhora de um bem que o devedor alega ser indispensável para suas atividades. Ela permite a produção de provas

probatórios suficientes no momento da arguição. Se a indispensabilidade do bem puder ser demonstrada por documentos juntados de plano, o instrumento é cabível. O enunciado da questão não exclui a possibilidade de prova documental prévia, o que torna a Exceção de Pré-Executividade um meio válido no contexto descrito. O Agravo de Instrumento seria a alternativa correta: O Agravo de Instrumento é cabível contra decisões interlocutórias, mas o enunciado não descreve a existência de decisão judicial específica sobre a penhora, apenas menciona o questionamento inicial da empresa, o que inviabiliza o uso do Agravo de Instrumento. A questão apresenta ambiguidade ou falta de clareza no enunciado: O enunciado é suficientemente claro ao indicar o cenário de execução fiscal e o questionamento da empresa sobre a penhora. Ele pede a ação ou meio processual apropriado, e a Exceção de Pré-Executividade se enquadra como o instrumento mais adequado no caso descrito. Conclusão: Diante dos argumentos apresentados pela banca, conclui-se que a alternativa 'Exceção de Pré-Executividade' é a única correta, pois está de acordo com a jurisprudência consolidada (Súmula 393 do STJ) e é aplicável na hipótese descrita no enunciado, desde que haja elementos probatórios suficientes para sustentar a alegação de impenhorabilidade. A questão está mantida.

que comprovem essa indispensabilidade, o que é crucial neste contexto. Para além disso seria possível se opor a execução por meio de embargos a execução como previsto no Art. 914 do CPC, no qual é possível a dilação probatória, apesar de nesse caso ser necessário a garantia do juízo. Já a exceção de pré-executividade não seria suficiente para discutir a natureza e a importância do bem penhorado, pois isso envolve questões de fato que precisam ser demonstradas por meio de provas, algo que vai além da análise de questões meramente jurídicas.

Adicionalmente, o enunciado da questão não oferece informações suficientes sobre o tipo de bem penhorado ou o momento processual exato em que a penhora foi contestada, gerando ambiguidade sobre qual seria o recurso processual adequado. Essa falta de clareza pode levar o candidato a um erro na escolha da alternativa correta, prejudicando a objetividade da avaliação.

Necessário destacar que a questão possui a seguinte redação 'a empresa questiona judicialmente a validade da penhora, alegando que o bem penhorado é

indispensável para suas atividades.' ou seja a questão exprime que a empresa alega e em nenhum momento descreve que comprova ou que é desnecessária a dilação probatória. De modo que a questão induz que seria necessária dilação probatória visto que o ônus da prova é de quem alega logo não seria possível a exceção de pré-executividade.

Portanto, o impugnante requer a anulação da questão eis que não existe resposta correta com base no enunciado, visto que a Exceção de Pré-Executividade não contempla o caso específico narrado onde seria necessária dilação probatória. Ainda a ambiguidade e a falta de clareza do enunciado, que não proporciona as informações necessárias para uma resposta precisa e fundamentada embasam a anulação.

Ante o exposto, requer-se:

a) A anulação da questão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



			Nestes termos, pede e espera deferimento.				
--	--	--	---	--	--	--	--

4028	120	JOSÉ FELIPE COMPER NAZARIO	<p>Ilustríssimo Senhor Examinador:</p> <p>Por meio deste recurso, solicito a revisão da questão nº 24 da prova objetiva de Assessor jurídico, do Concurso Público – Edital nº 01/2024 do município de Macieira/SC, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:</p> <p>A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “A” da questão 11.</p> <p>No entanto, com a devida vênia, acredito que houve um equívoco. A alternativa “A” não está correta, pois não especifica tratar-se da anterioridade “tributária”, portanto a alternativa correta seria a “E”.</p> <p>senão vejamos:</p> <p>Enunciado da Questão:</p> <p>11</p> <p>“ Uma empresa consultou seu assessor jurídico sobre a aplicabilidade de uma nova norma tributária que estabelece uma alíquota diferenciada para determinado</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	11 Após análise detalhada da questão, do gabarito preliminar e das alegações apresentadas nos recursos, a banca conclui que a alternativa apontada como correta, 'Princípio da anterioridade', deve ser mantida. O enunciado e as opções disponíveis estão alinhados com os fundamentos legais e doutrinários aplicáveis. Seguem as justificativas para cada ponto questionado. Fundamentação Legal e Contextualização O enunciado aborda a aplicabilidade de uma nova norma tributária que estabelece uma alíquota diferenciada para um imposto e requer que o assessor jurídico considere o momento em que essa norma poderá começar a produzir efeitos. Nesse contexto, o princípio da anterioridade é o fundamento jurídico que regula a não aplicação imediata de normas tributárias, garantindo um intervalo de espera antes de sua eficácia, conforme o art. 150, III, 'b' e 'c', da Constituição Federal. A anterioridade, na esfera tributária, desdobra-se em: Anterioridade anual ('b'): proíbe a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro de sua criação ou aumento. Anterioridade nonagesimal ('c'): exige a espera de 90 dias após a publicação da lei, independentemente do exercício financeiro. Embora existam exceções previstas no §1º do art. 150 (como II, IE, IOF, entre outros), estas não desqualificam o princípio da anterioridade como a regra geral aplicável, conforme explicitado no enunciado. A questão trata da norma em si e não aborda tributos específicos que possam ser exceções. Análise das Alternativas: Princípio da anterioridade: Esta alternativa está CORRETA. A anterioridade, em suas formas anual e nonagesimal, é a regra constitucional que impede a aplicação imediata de normas tributárias. O princípio visa garantir segurança
------	-----	-------------------------------------	---	------------	------------------------------------	--

imposto. O assessor deve considerar o momento a partir do qual essa nova norma poderá ser aplicada. Qual o princípio que determina a regra da não aplicação imediata da norma tributária, impondo uma espera para sua eficácia?

(A) Princípio da anterioridade.

(B) Princípio da legalidade.

(C) Princípio da progressividade.

(D) Princípio da capacidade contributiva.

(E) Princípio da anualidade.”

Fundamentação

Observa-se que a alternativa “A”, “Princípio da anterioridade”, está incompleta, pois não a especificação de que está se referindo ao princípio tributário, portanto, uma análise mais detalhada do enunciado revela ambiguidades significativas, o que justifica a necessidade de reavaliação da resposta correta e, possivelmente, a anulação da questão.

A questão formulada menciona a aplicação

jurídica e previsibilidade para os contribuintes, alinhando-se diretamente ao que é solicitado no enunciado. Embora a alternativa não especifique 'anterioridade tributária', o contexto da questão, claramente inserido no Direito Tributário, torna a interpretação inequívoca. Princípio da legalidade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da legalidade (art. 150, I, da CF) exige que a criação ou majoração de tributos seja feita por lei. Embora essencial, ele não regula o intervalo temporal para a aplicação de novas normas tributárias, sendo, portanto, inadequado ao contexto apresentado. Princípio da progressividade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da progressividade refere-se à proporcionalidade na tributação, com alíquotas crescentes conforme a capacidade contributiva do sujeito passivo (ex.: IPTU e IR). Ele não se aplica à questão, que trata da eficácia temporal de normas tributárias. Princípio da capacidade contributiva: Essa alternativa está INCORRETA. A capacidade contributiva, prevista no art. 145, §1º, da CF, orienta a tributação de acordo com a possibilidade econômica do contribuinte, mas não regula a aplicação temporal de normas tributárias. Princípio da anualidade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da anualidade foi substituído pela anterioridade tributária na Constituição de 1988. Embora tenha relevância histórica, ele não possui aplicação prática no ordenamento jurídico atual, sendo uma interpretação doutrinária superada. Conclusão A alternativa 'Princípio da anterioridade' é a única resposta correta. O enunciado é claro e direto, e a regra do princípio da anterioridade se aplica como fundamento principal para a questão proposta. As demais alternativas, ainda que pertinentes a

de uma norma tributária, referindo-se à 'não aplicação imediata da norma' “ impondo uma espera para sua eficácia'. No entanto, em nenhum momento especifica que trata diretamente do Princípio da Anterioridade Tributária, conforme previsto no art. 150, III, 'b', da Constituição Federal. Essa falta de especificação deixa margem para dúvidas quanto ao enquadramento preciso da questão.

O termo 'anterioridade', utilizado de forma genérica, pode induzir o candidato ao erro, levando-o a associar a questão não apenas ao Princípio da Anterioridade Tributária, mas também a outros princípios históricos ou complementares do direito tributário. O Princípio da Anualidade, que, embora não expresso no texto constitucional atual, permanece como um fundamento histórico e doutrinário, subsiste no contexto do subprincípio da anterioridade anual. Essa conexão histórica e doutrinária entre os dois princípios torna o enunciado da questão ambíguo e inadequado para fins de uma avaliação objetiva.

O Princípio da Anualidade foi um dos pilares do direito tributário brasileiro. Embora o termo 'anualidade' tenha sido formalmente substituído pela 'anterioridade tributária' na Constituição vigente, sua essência permanece

outros aspectos do Direito Tributário, não respondem à pergunta formulada. A questão está mantida.

incorporada tacitamente no sistema atual. A ideia de que a cobrança de tributos somente pode ocorrer no exercício financeiro seguinte à publicação da norma deriva diretamente da lógica do princípio da anualidade.

Nesse sentido, a alternativa 'E) Princípio da Anualidade' reflete, de forma indireta, a limitação temporal à aplicação de normas tributárias, especialmente no contexto do sistema constitucional vigente. Autores renomados como Hugo de Brito Machado e Aliomar Baleeiro reforçam que o princípio da anterioridade anual, conforme estabelecido na atual Constituição, é consubstanciado no antigo conceito de anualidade, resguardando valores fundamentais como a previsibilidade e a segurança jurídica para o contribuinte. Dessa forma, não se pode descartar a alternativa 'E' como uma resposta possível para a questão, uma vez que ela também está relacionada à ideia de um período de espera para a aplicação da norma tributária.

A ambiguidade é um problema central nesta questão. O enunciado menciona apenas a 'não aplicação imediata' e a 'espera para eficácia' da norma tributária, sem delimitar claramente os conceitos aplicáveis. Essa falta de precisão resulta em um enunciado insuficiente, especialmente em um contexto em que o Princípio da Anualidade persiste

tacitamente no ordenamento jurídico e é reconhecido como parte da evolução do direito tributário brasileiro.

A ausência de delimitação clara entre os conceitos de 'anterioridade tributária' e 'anualidade' compromete a objetividade da questão, permitindo interpretações razoáveis que poderiam levar à escolha da alternativa 'E' como correta. Como a questão é formulada de maneira vaga, ela não oferece uma base sólida para eliminar outras interpretações legítimas, o que prejudica o candidato e compromete a qualidade da avaliação.

Ainda a redação da resposta que a banca selecionou como correta está incompleta vez que o nome do princípio é 'princípio da anterioridade tributária' e não apenas 'princípio da anterioridade' como descrito na alternativa 'A' o que leva a crer, por ser uma prova objetiva, que não se trata do mesmo princípio, mesmo porque a “anterioridade” dentro do direito brasileiro pode se ligar a outras normas, como a penal quanto a irretroatividade das leis, bem como em normas civis e outras, diante do fato de que em regra exigisse a anterioridade da lei para sua aplicação. Isto conjuntamente ao fato de haver uma alternativa reconhecida pela doutrina como tacitamente válida no

ordenamento jurídico brasileiro, entre as demais questões, induz o candidato a descartar a alternativa 'A' prejudicando a avaliação dos conhecimentos do candidato.

Diante das ambiguidades identificadas e da falta de clareza na formulação do enunciado, o impugnante requer a anulação da questão 11, uma vez que a ausência de delimitação precisa entre os princípios envolvidos gera múltiplas interpretações possíveis.
Alternativamente, sugere-se que seja aceita a alternativa 'E) Princípio da Anualidade' como correta, dado que a formulação do enunciado não distingue de forma suficiente entre os dois princípios, e ambos refletem, de certa maneira, a mesma limitação temporal na aplicação de normas tributárias.

Essa solicitação se fundamenta na doutrina e na interpretação histórica do direito tributário brasileiro, onde o Princípio da Anualidade permanece como um componente relevante do sistema de proteção ao contribuinte, mesmo após a Constituição de 1988 ter formalizado o Princípio da Anterioridade Tributária. Dessa forma, a alternativa 'E' deve ser vista como uma resposta válida, e a questão deve ser reconsiderada pela banca examinadora para evitar prejuízos aos candidatos.

Ante o exposto, requer-se:

- a) A alteração do gabarito preliminar, devendo ser considerada como correta a alternativa “E” da questão 11;
- b) A alteração do gabarito preliminar, devendo ser considerada como correta as duas alternativas “A” e “E” da questão 11;
- c) Subsidiariamente, a anulação da questão 11 vista que a ambiguidade da questão.

4030	120	JOSÉ FELIPE COMPER NAZARIO	<p>Ilustríssimo Senhor Examinador:</p> <p>Por meio deste recurso, solicito a revisão da questão nº 02 da prova objetiva de Assessor jurídico, do Concurso</p> <p>Público – Edital nº 01/2024 do município de Macieira/SC, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:</p> <p>A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “A” da questão 02.</p> <p>No entanto, com a devida vênia, acredito que houve um equívoco. A alternativa “A” não é a única correta, pois o ressarcimento ao erário só é cabível em caso de dano patrimonial ao erário, portanto a alternativa “C” também está correta.</p> <p>senão vejamos:</p> <p>Enunciado da Questão:</p> <p>02</p> <p>“Um servidor público foi acusado de improbidade administrativa ao usar um veículo oficial para fins pessoais durante o</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	2 Após análise detalhada da questão, do enunciado e das alegações apresentadas pelos candidatos nos recursos, conclui-se que a alternativa considerada correta pelo gabarito preliminar, 'Prisão em regime fechado', é de fato a única resposta correta, conforme explicado a seguir: O enunciado indaga qual penalidade NÃO pode ser aplicada no caso apresentado, o que requer a análise das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), em consonância com os princípios constitucionais e legais aplicáveis. Análise das alternativas: Prisão em regime fechado A Lei de Improbidade Administrativa não prevê pena de prisão, seja em regime fechado ou qualquer outro, como sanção aplicável aos atos de improbidade administrativa. As penalidades previstas na lei são exclusivamente de natureza civil, administrativa ou política (art. 12 da Lei nº 8.429/92), como a suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, ressarcimento ao erário, multa civil e proibição de contratar com o Poder Público. Assim, essa alternativa é correta como resposta à pergunta sobre a penalidade que NÃO pode ser aplicada. Perda da função pública Essa penalidade está expressamente prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/92, aplicável aos atos de improbidade administrativa, dependendo da gravidade e natureza da conduta (art. 9º, 10 e 11). No caso apresentado, o uso de veículo oficial para fins pessoais pode configurar improbidade administrativa, especialmente se comprovado dolo ou má-fé, o que justificaria a aplicação dessa penalidade. Portanto, essa alternativa está INCORRETA como resposta à pergunta. Ressarcimento ao erário O ressarcimento ao erário é aplicável quando há comprovação de dano
------	-----	-------------------------------------	--	------------	------------------------------------	--

expediente. Diante disso, a Administração Pública decidiu instaurar um processo administrativo para apurar a conduta. O assessor jurídico da instituição foi consultado sobre a aplicação das penalidades previstas pela Lei de Improbidade Administrativa. Qual penalidade NÃO pode ser aplicada neste caso?

(A) Prisão em regime fechado.

(B) Perda da função pública.

(C) Ressarcimento ao erário.

(D) Perda dos direitos políticos por até 8 anos.

(E) Imposição de multa civil.”

Fundamentação

Observa-se que a questão 02 questiona qual penalidade NÃO pode ser aplicada no caso mencionado. A resposta preliminar ao gabarito foi a alternativa “A”, “Prisão em regime fechado.”. Entretanto, a alternativa “C”, “Ressarcimento ao erário.”, no caso em apreço, também se encontra correta. Como explicado a seguir:

patrimonial ao ente público. No caso em análise, o enunciado não especifica prejuízo ao erário, mas também não o descarta, e a Lei nº 8.429/92 permite o ressarcimento sempre que houver dano (art. 12, caput). Embora o ressarcimento não seja automático, ele continua previsto na lei e sua aplicabilidade depende da demonstração do dano no caso concreto. Assim, essa penalidade é potencialmente aplicável no contexto descrito, o que torna essa alternativa INCORRETA como resposta à pergunta. Perda dos direitos políticos por até 8 anos Essa alternativa apresenta um erro material. A Lei nº 8.429/92 não prevê a 'perda' dos direitos políticos, mas sim sua suspensão, e os prazos variam conforme o tipo de ato de improbidade (art. 12): Até 14 anos para atos que importem enriquecimento ilícito (art. 9º). Até 12 anos para atos que causem dano ao erário (art. 10). Até 4 anos para atos que atentem contra os princípios da administração pública (art. 11). Como o texto da alternativa se refere à 'perda' e menciona o prazo de '8 anos', que não corresponde aos prazos previstos na lei, ela está INCORRETA. Essa imprecisão jurídica reforça a inadequação da alternativa como resposta. Imposição de multa civil A multa civil é uma das penalidades previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/92 e pode ser aplicada cumulativamente às demais sanções, dependendo da gravidade da conduta. No caso descrito, o uso de veículo oficial para fins pessoais pode ensejar a aplicação dessa sanção. Assim, essa alternativa está INCORRETA como resposta à pergunta. Análise dos argumentos apresentados nos recursos: Sobre a alegação de que a alternativa 'Perda dos direitos políticos por até 8 anos' também seria correta: Essa alegação não procede, pois há

O uso de veículo oficial para fins particulares, embora seja uma conduta repreensível, não implica automaticamente em um dano patrimonial ao erário. O ressarcimento pressupõe a existência de prejuízo quantificável ao patrimônio público.

No caso em análise, o enunciado não fornece qualquer indicação de que prejuízo ocorreu, sendo impossível exigir ressarcimento sem comprovação clara e objetiva do dano. Assim, a aplicação da penalidade de ressarcimento ao erário, considerando o caso sob análise, é inviável, considerando a ausência de elementos que demonstrem prejuízo patrimonial no caso descrito.

Portanto, é importante considerar que a alternativa 'C) Ressarcimento ao erário' pode ser vista como correta, por NÃO poder ser aplicado ao caso sob análise. A exclusão da alternativa "C", como correta, compromete a integridade da questão, pois, permite o candidato a escolha justificada da alternativa diante da ausência de prova objetiva de dano financeiro.

Além disso, a questão 02 traz como elemento central a indagação sobre a não aplicação das penalidades e não sobre qual a existência das penalidades na lei. É importante ressaltar que

erro técnico na alternativa. A Lei de Improbidade Administrativa prevê a suspensão, e não a perda, dos direitos políticos, com prazos de até 14 ou 12 anos, conforme o tipo de improbidade. O uso do termo 'perda' invalida a alternativa como juridicamente correta. Sobre a alegação de que a alternativa 'Ressarcimento ao erário' também seria correta: Embora o enunciado não mencione expressamente dano patrimonial, o ressarcimento ao erário é uma penalidade aplicável em atos de improbidade, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 8.429/92. A inexistência de dano, no caso concreto, seria matéria de defesa, mas a penalidade permanece prevista na lei, tornando a alternativa incorreta como resposta à pergunta. Sobre a alegação de que a questão comporta mais de uma resposta correta: O enunciado é claro ao indagar qual penalidade NÃO pode ser aplicada, e apenas uma alternativa é juridicamente incompatível com a Lei de Improbidade Administrativa: a prisão em regime fechado. As demais alternativas, ainda que questionáveis em detalhes, não apresentam incompatibilidade legal direta. Conclusão: Diante dos argumentos apresentados pela banca, a alternativa 'Prisão em regime fechado' permanece como a única correta, pois essa penalidade não está prevista na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). As demais alternativas correspondem a penalidades aplicáveis, direta ou indiretamente, ao caso descrito, ainda que dependam de análise do caso concreto. A questão está mantida.

a penalidade administrativa não exclui a possibilidade de encaminhamento do caso à esfera criminal, conforme prevê o art. 37§ 4.º da Constituição Federal, conforme segue: I:

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Portanto, a análise da questão deve considerar não apenas as penalidades administrativas, mas também a ausência de elementos no enunciado que justifiquem o ressarcimento ao erário, sendo indispensável o reconhecimento das ambiguidades da questão.

Ante o exposto, requer-se:

- a) A alteração do gabarito preliminar, devendo ser considerada como correta as duas alternativas “A” e “C” da questão 02;

- b) Subsidiariamente, a anulação da questão 02 tendo em vista a ambiguidade da questão.

- c) Alternativamente, a alteração do gabarito



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



considerando a alternativa “C” da questão como correta.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

4031	120	JOSÉ FELIPE COMPER NAZARIO	<p>Ilustríssimo Senhor Examinador: Por meio deste recurso, solicito a revisão da questão nº 04 da prova objetiva de Assessor jurídico, do Concurso Público – Edital nº 01/2024 do município de Macieira/SC, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos: A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C) Exceção de Pré-Executividade” da questão 04. Essa questão aborda a penhora de um bem essencial às atividades de uma empresa. No entanto, com a devida vênia, acredito que houve um equívoco. Uma vez que a escolha, da alternativa “C” não parece ser a mais adequada do ponto de vista processual. Além disso, pelo Código de Processo Civil não há nenhuma alternativa da questão que seja adequada. Portanto a questão deve ser anulada. Conforme será visto a seguir: Enunciado da Questão: 04 “Durante uma execução fiscal, uma empresa devedora teve bens penhorados para garantir o pagamento do débito. Contudo, a empresa questiona judicialmente a validade da penhora, alegando que o bem penhorado é indispensável para suas atividades. Nesse caso, o assessor jurídico deve recomendar qual ação para proteger os direitos da empresa? (A) Mandado de Segurança. (B) Habeas Corpus. (C) Exceção de Pré-Executividade. (D) Ação Rescisória. (E) Agravo de Instrumento” Fundamentação Observa-se</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	4 Após análise detalhada do enunciado, das alternativas e das argumentações apresentadas pelos candidatos, conclui-se que a alternativa apontada pelo gabarito preliminar como correta, 'Exceção de Pré-Executividade', é a resposta adequada, conforme explicado a seguir. A questão aborda a situação de uma empresa devedora que, no âmbito de uma execução fiscal, questiona a validade da penhora de bens, alegando que o bem é indispensável para suas atividades. A questão exige identificar o meio processual apropriado para proteger os direitos da empresa nessa situação. Análise da alternativa 'Exceção de Pré-Executividade': A Exceção de Pré-Executividade é um instrumento processual reconhecido na jurisprudência (Súmula 393 do STJ) como cabível na fase de execução, permitindo ao devedor discutir questões de ordem pública sem a necessidade de garantia do juízo ou embargos à execução. Embora seja uma criação jurisprudencial, é amplamente aceita e aplicada na prática jurídica, especialmente para tratar de matérias como: Ilegitimidade passiva. Nulidade do título executivo. Prescrição ou decadência. Impenhorabilidade de bens, desde que não exija dilação probatória. No caso apresentado, a empresa alega a impenhorabilidade do bem por ser indispensável às suas atividades. Essa questão pode ser discutida na Exceção de Pré-Executividade se houver prova documental suficiente no momento da apresentação, como certidões, documentos fiscais ou registros que demonstrem a indispensabilidade. Assim, a alternativa está correta, pois é um instrumento jurídico cabível na hipótese descrita, dependendo do caso concreto. Análise das demais alternativas: Mandado de Segurança: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o
------	-----	-------------------------------------	---	------------	--	--

que a alternativa “C”, “Exceção de Pré-Executividade”, está errada pois esse instrumento não comporta dilação probatória. A 'Exceção de Pré-Executividade' é um instrumento que permite ao executado apresentar questões sobre a execução sem a necessidade de garantia, mas seu uso se restringe a matérias que não exigem dilação probatória, como questões de ordem pública (por exemplo, nulidade do título executivo ou ausência de pressupostos processuais). No entanto, a situação descrita na questão envolve a indispensabilidade de um bem para as atividades empresariais, o que necessariamente demanda produção de provas para demonstrar que tal bem é essencial para o funcionamento da empresa. Assim, a alternativa mais apropriada seria a 'Impugnação à Penhora', prevista no artigo 917 do Código de Processo Civil (CPC), especialmente no §1º do referido artigo. A 'Impugnação à Penhora' é o meio específico para contestar a penhora de um bem que o devedor alega ser indispensável para suas atividades. Ela permite a produção de provas que comprovem essa indispensabilidade, o que é crucial neste contexto. Para além disso seria possível se opor a execução por meio de embargos a execução como previsto no Art. 914 do CPC, no qual é possível a dilação probatória, apesar de nesse caso ser necessário a garantia do juízo. Já a exceção

Mandado de Segurança possa ser utilizado para proteger direito líquido e certo contra ato de autoridade pública (art. 5º, LXIX, da CF e Lei 12.016/2009), ele não é o meio processual adequado no contexto descrito, pois a empresa já está no curso de um processo executivo, onde há meios próprios para discutir a penhora (como Exceção de Pré-Executividade ou Embargos à Execução). O Mandado de Segurança não substitui recursos ou ações cabíveis dentro do processo. Habeas Corpus: Essa alternativa está INCORRETA. O Habeas Corpus é um remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção contra coação ilegal (art. 5º, LXVIII, da CF). Não tem aplicação em situações envolvendo penhoras ou execução fiscal. Ação Rescisória: Essa alternativa está INCORRETA. A Ação Rescisória é cabível para desconstituir sentenças de mérito transitadas em julgado (art. 966 do CPC). No caso apresentado, não há decisão transitada em julgado, mas sim uma discussão sobre a penhora no curso de uma execução fiscal. Agravo de Instrumento: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o Agravo de Instrumento seja um recurso cabível contra decisões interlocutórias que versem sobre a penhora (art. 1.015, CPC), ele não é aplicável na hipótese descrita, pois o enunciado não menciona uma decisão judicial que mantenha ou rejeite a penhora, mas sim o questionamento inicial da empresa. O Agravo de Instrumento é utilizado quando já há uma decisão judicial, o que não é o caso apresentado. Análise dos argumentos dos recursos: 'A impenhorabilidade exige dilação probatória, o que inviabilizaria a Exceção de Pré-Executividade': A aplicabilidade da Exceção de Pré-Executividade depende da existência de elementos

de pré-executividade não seria suficiente para discutir a natureza e a importância do bem penhorado, pois isso envolve questões de fato que precisam ser demonstradas por meio de provas, algo que vai além da análise de questões meramente jurídicas. Adicionalmente, o enunciado da questão não oferece informações suficientes sobre o tipo de bem penhorado ou o momento processual exato em que a penhora foi contestada, gerando ambiguidade sobre qual seria o recurso processual adequado. Essa falta de clareza pode levar o candidato a um erro na escolha da alternativa correta, prejudicando a objetividade da avaliação. Necessário destacar que a questão possui a seguinte redação 'a empresa questiona judicialmente a validade da penhora, alegando que o bem penhorado é indispensável para suas atividades.' ou seja a questão exprime que a empresa alega e em nenhum momento descreve que comprova ou que é desnecessária a dilação probatória. De modo que a questão induz que seria necessária dilação probatória visto que o ônus da prova é de quem alega logo não seria possível a exceção de pré-executividade. Portanto, o impugnante requer a anulação da questão eis que não existe resposta correta com base no enunciado, visto que a Exceção de Pré-Executividade não contempla o caso específico narrado onde seria necessária

probatórios suficientes no momento da arguição. Se a indispensabilidade do bem puder ser demonstrada por documentos juntados de plano, o instrumento é cabível. O enunciado da questão não exclui a possibilidade de prova documental prévia, o que torna a Exceção de Pré-Executividade um meio válido no contexto descrito.'O Agravo de Instrumento seria a alternativa correta':O Agravo de Instrumento é cabível contra decisões interlocutórias, mas o enunciado não descreve a existência de decisão judicial específica sobre a penhora, apenas menciona o questionamento inicial da empresa, o que inviabiliza o uso do Agravo de Instrumento.'A questão apresenta ambiguidade ou falta de clareza no enunciado':O enunciado é suficientemente claro ao indicar o cenário de execução fiscal e o questionamento da empresa sobre a penhora. Ele pede a ação ou meio processual apropriado, e a Exceção de Pré-Executividade se enquadra como o instrumento mais adequado no caso descrito.Conclusão:Diante dos argumentos apresentados pela banca, conclui-se que a alternativa 'Exceção de Pré-Executividade' é a única correta, pois está de acordo com a jurisprudência consolidada (Súmula 393 do STJ) e é aplicável na hipótese descrita no enunciado, desde que haja elementos probatórios suficientes para sustentar a alegação de impenhorabilidade.A questão está mantida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



		<p>dilação probatória. Ainda a ambiguidade e a falta de clareza do enunciado, que não proporciona as informações necessárias para uma resposta precisa e fundamentada embasam a anulação. Ante o exposto, requer-se: a) A anulação da questão. Nestes termos, pede e espera deferimento.</p>				
--	--	--	--	--	--	--

4034	120	JOSÉ FELIPE COMPER NAZARIO	<p>Ilustríssimo Senhor Examinador: Por meio deste recurso, solicito a revisão da questão nº 11 da prova objetiva de Assessor jurídico, do Concurso Público – Edital nº 01/2024 do município de Macieira/SC, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos: A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “A” da questão 11. No entanto, com a devida vênia, acredito que houve um equívoco. A alternativa “A” não está correta, pois não especifica tratar-se da anterioridade “tributária”, portanto a alternativa correta seria a “E”. senão vejamos: Enunciado da Questão: 11 “ Uma empresa consultou seu assessor jurídico sobre a aplicabilidade de uma nova norma tributária que estabelece uma alíquota diferenciada para determinado imposto. O assessor deve considerar o momento a partir do qual essa nova norma poderá ser aplicada. Qual o princípio que determina a regra da não aplicação imediata da norma tributária, impondo uma espera para sua eficácia? (A) Princípio da anterioridade. (B) Princípio da legalidade. (C) Princípio da progressividade. (D) Princípio da capacidade contributiva. (E) Princípio da anualidade.” Fundamentação Observa-se que a alternativa “A”, “Princípio da anterioridade”, está incompleta, pois não a especificação de que está se referindo ao princípio tributário, portanto, uma análise</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	11 Após análise detalhada da questão, do gabarito preliminar e das alegações apresentadas nos recursos, a banca conclui que a alternativa apontada como correta, 'Princípio da anterioridade', deve ser mantida. O enunciado e as opções disponíveis estão alinhados com os fundamentos legais e doutrinários aplicáveis. Seguem as justificativas para cada ponto questionado. Fundamentação Legal e Contextualização O enunciado aborda a aplicabilidade de uma nova norma tributária que estabelece uma alíquota diferenciada para um imposto e requer que o assessor jurídico considere o momento em que essa norma poderá começar a produzir efeitos. Nesse contexto, o princípio da anterioridade é o fundamento jurídico que regula a não aplicação imediata de normas tributárias, garantindo um intervalo de espera antes de sua eficácia, conforme o art. 150, III, 'b' e 'c', da Constituição Federal. A anterioridade, na esfera tributária, desdobra-se em: Anterioridade anual ('b'): proíbe a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro de sua criação ou aumento. Anterioridade nonagesimal ('c'): exige a espera de 90 dias após a publicação da lei, independentemente do exercício financeiro. Embora existam exceções previstas no §1º do art. 150 (como II, IE, IOF, entre outros), estas não desqualificam o princípio da anterioridade como a regra geral aplicável, conforme explicitado no enunciado. A questão trata da norma em si e não aborda tributos específicos que possam ser exceções. Análise das Alternativas: Princípio da anterioridade: Esta alternativa está CORRETA. A anterioridade, em suas formas anual e nonagesimal, é a regra constitucional que impede a aplicação imediata de normas tributárias. O princípio visa garantir segurança
------	-----	-------------------------------------	---	------------	------------------------------------	--

mais detalhada do enunciado revela ambiguidades significativas, o que justifica a necessidade de reavaliação da resposta correta e, possivelmente, a anulação da questão. A questão formulada menciona a aplicação de uma norma tributária, referindo-se à 'não aplicação imediata da norma' "impondo uma espera para sua eficácia". No entanto, em nenhum momento especifica que trata diretamente do Princípio da Anterioridade Tributária, conforme previsto no art. 150, III, 'b', da Constituição Federal. Essa falta de especificação deixa margem para dúvidas quanto ao enquadramento preciso da questão. O termo 'anterioridade', utilizado de forma genérica, pode induzir o candidato ao erro, levando-o a associar a questão não apenas ao Princípio da Anterioridade Tributária, mas também a outros princípios históricos ou complementares do direito tributário. O Princípio da Anualidade, que, embora não expresso no texto constitucional atual, permanece como um fundamento histórico e doutrinário, subsiste no contexto do subprincípio da anterioridade anual. Essa conexão histórica e doutrinária entre os dois princípios torna o enunciado da questão ambíguo e inadequado para fins de uma avaliação objetiva. O Princípio da Anualidade foi um dos pilares do direito tributário brasileiro. Embora o termo 'anualidade' tenha

jurídica e previsibilidade para os contribuintes, alinhando-se diretamente ao que é solicitado no enunciado. Embora a alternativa não especifique 'anterioridade tributária', o contexto da questão, claramente inserido no Direito Tributário, torna a interpretação inequívoca. Princípio da legalidade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da legalidade (art. 150, I, da CF) exige que a criação ou majoração de tributos seja feita por lei. Embora essencial, ele não regula o intervalo temporal para a aplicação de novas normas tributárias, sendo, portanto, inadequado ao contexto apresentado. Princípio da progressividade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da progressividade refere-se à proporcionalidade na tributação, com alíquotas crescentes conforme a capacidade contributiva do sujeito passivo (ex.: IPTU e IR). Ele não se aplica à questão, que trata da eficácia temporal de normas tributárias. Princípio da capacidade contributiva: Essa alternativa está INCORRETA. A capacidade contributiva, prevista no art. 145, §1º, da CF, orienta a tributação de acordo com a possibilidade econômica do contribuinte, mas não regula a aplicação temporal de normas tributárias. Princípio da anualidade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da anualidade foi substituído pela anterioridade tributária na Constituição de 1988. Embora tenha relevância histórica, ele não possui aplicação prática no ordenamento jurídico atual, sendo uma interpretação doutrinária superada. Conclusão A alternativa 'Princípio da anterioridade' é a única resposta correta. O enunciado é claro e direto, e a regra do princípio da anterioridade se aplica como fundamento principal para a questão proposta. As demais alternativas, ainda que pertinentes a

sido formalmente substituído pela 'anterioridade tributária' na Constituição vigente, sua essência permanece incorporada tacitamente no sistema atual. A ideia de que a cobrança de tributos somente pode ocorrer no exercício financeiro seguinte à publicação da norma deriva diretamente da lógica do princípio da anualidade. Nesse sentido, a alternativa 'E) Princípio da Anualidade' reflete, de forma indireta, a limitação temporal à aplicação de normas tributárias, especialmente no contexto do sistema constitucional vigente. Autores renomados como Hugo de Brito Machado e Aliomar Baleeiro reforçam que o princípio da anterioridade anual, conforme estabelecido na atual Constituição, é consubstanciado no antigo conceito de anualidade, resguardando valores fundamentais como a previsibilidade e a segurança jurídica para o contribuinte. Dessa forma, não se pode descartar a alternativa 'E' como uma resposta possível para a questão, uma vez que ela também está relacionada à ideia de um período de espera para a aplicação da norma tributária. A ambiguidade é um problema central nesta questão. O enunciado menciona apenas a 'não aplicação imediata' e a 'espera para eficácia' da norma tributária, sem delimitar claramente os conceitos aplicáveis. Essa falta de precisão resulta em um enunciado insuficiente, especialmente em um contexto

outros aspectos do Direito Tributário, não respondem à pergunta formulada. A questão está mantida.

		<p>em que o Princípio da Anualidade persiste tacitamente no ordenamento jurídico e é reconhecido como parte da evolução do direito tributário brasileiro. A ausência de delimitação clara entre os conceitos de 'anterioridade tributária' e 'anualidade' compromete a objetividade da questão, permitindo interpretações razoáveis que poderiam levar à escolha da alternativa 'E' como correta. Como a questão é formulada de maneira vaga, ela não oferece uma base sólida para eliminar outras interpretações legítimas, o que prejudica o candidato e compromete a qualidade da avaliação. Ainda a redação da resposta que a banca selecionou como correta está incompleta vez que o nome do princípio é 'princípio da anterioridade tributária' e não apenas 'princípio da anterioridade' como descrito na alternativa 'A' o que leva a crer, por ser uma prova objetiva, que não se trata do mesmo princípio, mesmo porque a “anterioridade” dentro do direito brasileiro pode se ligar a outras normas, como a penal quanto a irretroatividade das leis, bem como em normas civis e outras, diante do fato de que em regra exige-se a anterioridade da lei para sua aplicação. Isto conjuntamente ao fato de haver uma alternativa reconhecida pela doutrina como tacitamente válida no ordenamento jurídico brasileiro, entre as demais questões, induz o candidato a</p>				
--	--	--	--	--	--	--

descartar a alternativa 'A' prejudicando a avaliação dos conhecimentos do candidato. Diante das ambiguidades identificadas e da falta de clareza na formulação do enunciado, o impugnante requer a anulação da questão 11, uma vez que a ausência de delimitação precisa entre os princípios envolvidos gera múltiplas interpretações possíveis.

Alternativamente, sugere-se que seja aceita a alternativa 'E) Princípio da Anualidade' como correta, dado que a formulação do enunciado não distingue de forma suficiente entre os dois princípios, e ambos refletem, de certa maneira, a mesma limitação temporal na aplicação de normas tributárias. Essa solicitação se fundamenta na doutrina e na interpretação histórica do direito tributário brasileiro, onde o Princípio da Anualidade permanece como um componente relevante do sistema de proteção ao contribuinte, mesmo após a Constituição de 1988 ter formalizado o Princípio da Anterioridade Tributária. Dessa forma, a alternativa 'E' deve ser vista como uma resposta válida, e a questão deve ser reconsiderada pela banca examinadora para evitar prejuízos aos candidatos. Ante o exposto, requer-se: a) A alteração do gabarito preliminar, devendo ser considerada como correta a alternativa “E” da questão 11; b) A alteração do gabarito preliminar, devendo ser considerada como correta as duas alternativas “A” e “E” da

			<p>questão 11; c) Subsidiariamente, a anulação da questão 11 tendo em vista a ambiguidade da questão. Nestes termos, pede deferimento.</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--

4012	162	LARINI GRAHL PEDROZ O	<p>Prezados organizadores do certame,</p> <p>Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 04 que indicou a alternativa (C) Exceção de Pré-Executividade, como a única resposta correta, com fundamento em jurisprudência, doutrina e dispositivos legais que demonstram a aplicabilidade de outras alternativas ao caso descrito, em especial o (A) Mandado de Segurança e o (E) Agravo de Instrumento. Argumento que a questão deve ser anulada, uma vez que apresenta mais de uma resposta correta, ferindo o princípio da objetividade na avaliação.</p> <p>Fundamentação</p> <p>Alternativa (A) Mandado de Segurança como alternativa válida (Art. 5º, LXIX, CF; Lei 12.016/2009)</p> <p>O Mandado de Segurança é remédio constitucional cabível para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que o ato atacado for de autoridade pública ou de particular no exercício de função pública. Na hipótese em tela:</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>4 Após análise detalhada do enunciado, das alternativas e das argumentações apresentadas pelos candidatos, conclui-se que a alternativa apontada pelo gabarito preliminar como correta, 'Exceção de Pré-Executividade', é a resposta adequada, conforme explicado a seguir. A questão aborda a situação de uma empresa devedora que, no âmbito de uma execução fiscal, questiona a validade da penhora de bens, alegando que o bem é indispensável para suas atividades. A questão exige identificar o meio processual apropriado para proteger os direitos da empresa nessa situação. Análise da alternativa 'Exceção de Pré-Executividade': A Exceção de Pré-Executividade é um instrumento processual reconhecido na jurisprudência (Súmula 393 do STJ) como cabível na fase de execução, permitindo ao devedor discutir questões de ordem pública sem a necessidade de garantia do juízo ou embargos à execução. Embora seja uma criação jurisprudencial, é amplamente aceita e aplicada na prática jurídica, especialmente para tratar de matérias como: Ilegitimidade passiva. Nulidade do título executivo. Prescrição ou decadência. Impenhorabilidade de bens, desde que não exija dilação probatória. No caso apresentado, a empresa alega a impenhorabilidade do bem por ser indispensável às suas atividades. Essa questão pode ser discutida na Exceção de Pré-Executividade se houver prova documental suficiente no momento da apresentação, como certidões, documentos fiscais ou registros que demonstrem a indispensabilidade. Assim, a alternativa está correta, pois é um instrumento jurídico cabível na hipótese descrita, dependendo do caso concreto. Análise das demais alternativas: Mandado de Segurança: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o</p>
------	-----	--------------------------------	--	------------	------------------------------------	---

- A penhora de bens essenciais à atividade empresarial por parte de um oficial de justiça configura ato coator passível de ser questionado por meio de mandado de segurança.

- A indispensabilidade do bem pode ser caracterizada como um direito líquido e certo da empresa, sendo necessária a comprovação documental no momento da impetração, o que se adequa à exigência da via do Mandado de Segurança.

Jurisprudência aplicável:

- STJ, RMS 26.887/SP: 'É cabível Mandado de Segurança para afastar a penhora de bens declarados impenhoráveis, desde que demonstrado de plano o direito líquido e certo do impetrante.'

- STJ, AgRg no RMS 26.419/RS: 'A penhora de bens essenciais à atividade empresarial pode ser afastada por meio de Mandado de Segurança, quando suficientemente demonstrada sua indispensabilidade.'

A adequação do Mandado de Segurança está

Mandado de Segurança possa ser utilizado para proteger direito líquido e certo contra ato de autoridade pública (art. 5º, LXIX, da CF e Lei 12.016/2009), ele não é o meio processual adequado no contexto descrito, pois a empresa já está no curso de um processo executivo, onde há meios próprios para discutir a penhora (como Exceção de Pré-Executividade ou Embargos à Execução). O Mandado de Segurança não substitui recursos ou ações cabíveis dentro do processo. Habeas Corpus: Essa alternativa está INCORRETA. O Habeas Corpus é um remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção contra coação ilegal (art. 5º, LXVIII, da CF). Não tem aplicação em situações envolvendo penhoras ou execução fiscal. Ação Rescisória: Essa alternativa está INCORRETA. A Ação Rescisória é cabível para desconstituir sentenças de mérito transitadas em julgado (art. 966 do CPC). No caso apresentado, não há decisão transitada em julgado, mas sim uma discussão sobre a penhora no curso de uma execução fiscal. Agravo de Instrumento: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o Agravo de Instrumento seja um recurso cabível contra decisões interlocutórias que versem sobre a penhora (art. 1.015, CPC), ele não é aplicável na hipótese descrita, pois o enunciado não menciona uma decisão judicial que mantenha ou rejeite a penhora, mas sim o questionamento inicial da empresa. O Agravo de Instrumento é utilizado quando já há uma decisão judicial, o que não é o caso apresentado. Análise dos argumentos dos recursos: 'A impenhorabilidade exige dilação probatória, o que inviabilizaria a Exceção de Pré-Executividade': A aplicabilidade da Exceção de Pré-Executividade depende da existência de elementos

amplamente aceita na jurisprudência, sendo, portanto, uma alternativa válida para o caso descrito a alternativa A.

Alternativa (B) Agravo de Instrumento como alternativa válida (Art. 1.015, CPC)

O Agravo de Instrumento é o recurso cabível contra decisões interlocutórias proferidas no curso do processo de execução, incluindo aquelas que envolvem atos de constrição judicial, como a penhora de bens.

Fundamentação legal:

- O art. 1.015, parágrafo único, do CPC, dispõe que é cabível o Agravo de Instrumento em situações de tutela provisória e outras decisões interlocutórias que envolvam atos que causem lesão imediata, como a penhora de bens.

- Decisões relacionadas à impenhorabilidade de bens por serem indispensáveis às atividades empresariais são recorríveis por Agravo de Instrumento.

probatórios suficientes no momento da arguição. Se a indispensabilidade do bem puder ser demonstrada por documentos juntados de plano, o instrumento é cabível. O enunciado da questão não exclui a possibilidade de prova documental prévia, o que torna a Exceção de Pré-Executividade um meio válido no contexto descrito.'O Agravo de Instrumento seria a alternativa correta':O Agravo de Instrumento é cabível contra decisões interlocutórias, mas o enunciado não descreve a existência de decisão judicial específica sobre a penhora, apenas menciona o questionamento inicial da empresa, o que inviabiliza o uso do Agravo de Instrumento.'A questão apresenta ambiguidade ou falta de clareza no enunciado':O enunciado é suficientemente claro ao indicar o cenário de execução fiscal e o questionamento da empresa sobre a penhora. Ele pede a ação ou meio processual apropriado, e a Exceção de Pré-Executividade se enquadra como o instrumento mais adequado no caso descrito.Conclusão:Diante dos argumentos apresentados pela banca, conclui-se que a alternativa 'Exceção de Pré-Executividade' é a única correta, pois está de acordo com a jurisprudência consolidada (Súmula 393 do STJ) e é aplicável na hipótese descrita no enunciado, desde que haja elementos probatórios suficientes para sustentar a alegação de impenhorabilidade.A questão está mantida.

Jurisprudência aplicável:

- STJ, REsp 1.731.572/PR: 'O agravo de instrumento é o meio cabível para impugnar decisão que rejeita a alegação de impenhorabilidade de bens em execução fiscal.'

- STJ, AgInt no AREsp 1.196.123/SP: 'É cabível Agravo de Instrumento para discutir a penhora de bens essenciais à atividade econômica.'

O Agravo de Instrumento, nesse contexto, é um meio igualmente apropriado para questionar a penhora, especialmente quando o juiz da execução já decidiu pela manutenção do ato construtivo.

Inclusive, utilizo na minha prática jurídica e sempre foi acatado como instrumento cabível.

Sobre a alternativa da Exceção de Pré-Executividade:

Embora a Exceção de Pré-Executividade seja

um instrumento processual reconhecidamente útil em execuções fiscais, sua aplicação depende de dois requisitos essenciais:

- Que se trate de matéria de ordem pública ou que dispense dilação probatória (Súmula 393 do STJ).

- Que os elementos probatórios para afastar a penhora sejam apresentados de plano.

No caso descrito, a alegação de indispensabilidade do bem geralmente exige comprovação por meio de elementos que podem não estar evidentes no momento inicial, como relatórios periciais ou demonstrações contábeis, o que pode inviabilizar o uso da Exceção de Pré-Executividade. Assim, embora válida em certas hipóteses, não é a única solução adequada.

CONCLUSÃO

A questão apresenta múltiplas alternativas

plausíveis, a depender das circunstâncias processuais e da natureza do ato questionado. O enunciado não fornece informações suficientes para limitar a resposta a uma única medida, gerando confusão e prejudicando a avaliação objetiva.

O princípio da objetividade em concursos públicos exige que o gabarito esteja em consonância inequívoca com o ordenamento jurídico e a jurisprudência consolidada, conforme doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello e jurisprudência do STF.

Requerimento:

Diante do exposto, solicito:

1. A anulação da questão, considerando a existência de mais de uma resposta correta.
2. Caso não seja possível a anulação, que se reconheçam como válidas as respostas Mandado de Segurança, Agravo de Instrumento, e Exceção de Pré-Executividade, dado que todas possuem suporte jurídico e jurisprudencial.

Atenciosamente,

Dra Larini Grahl Pedrozo

Referências:

1. Código de Processo Civil (CPC/2015).

- Artigos 535 a 538: Regulação da ação rescisória.

- Artigo 897: Agravo de instrumento.

- Artigo 803: Exceção de pré-executividade.

2. Carreira Alvim, José Augusto. Curso de Direito Processual Civil. Editora Forense, 2022.

- Análise sobre a admissibilidade e cabimento da exceção de pré-executividade.

3. Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 63ª edição. Editora Forense, 2022.

- Fundamentação sobre ações cabíveis na execução fiscal, incluindo mandado de segurança e agravo de instrumento.

4. STJ – Jurisprudência sobre execução fiscal e exceção de pré-executividade.

- Recursos especiais repetitivos REsp 1.102.431/SP e REsp 1.104.900/SP.

5. Constituição Federal de 1988.

- Art. 5º, inciso LXIX: Mandado de segurança como garantia contra atos abusivos.

4018	162	LARINI GRAHL PEDROZ O	<p>Recurso contra o gabarito da questão 07 – Solicitação de anulação</p> <p>Prezados organizadores do certame,</p> <p>Venho interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 07, que indicou a alternativa (C) Princípio da Autonomia da Vontade como a única correta. Argumento que outros princípios contratuais também são aplicáveis ao caso, tornando a questão passível de múltiplas respostas corretas, conforme fundamentação a seguir:</p> <p>Fundamentação:</p> <p>(D) Princípio da Boa-Fé Objetiva (Letra D): O Princípio da Boa-Fé Objetiva é basilar no direito contratual brasileiro, conforme disposto no art. 422 do Código Civil, que exige que as partes ajam com lealdade e respeito mútuo em todas as fases do contrato. No caso em questão:</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>7 Após análise detalhada da questão, das alternativas e dos argumentos apresentados, a banca conclui que a alternativa apontada como correta no gabarito preliminar, 'Princípio da Autonomia da Vontade', é a única resposta adequada ao caso descrito. Essa conclusão está fundamentada nos dispositivos do Código Civil e na doutrina e jurisprudência aplicáveis. Seguem os esclarecimentos para cada alternativa e os fundamentos para a manutenção da resposta. Análise do Enunciado e do Gabarito: A questão versa sobre a validade de uma cláusula contratual de arrependimento, prevista em um contrato de compra e venda, à luz dos princípios contratuais. A cláusula estabelece a devolução de 20% do valor pago caso uma das partes desista do contrato. No caso descrito, João, o comprador, consulta sobre a validade dessa cláusula. O Código Civil de 2002 adota um modelo contratual equilibrado, que preserva a autonomia da vontade das partes (art. 421) como um princípio fundamental, desde que não viole a função social do contrato (art. 421-A), a boa-fé objetiva (art. 422) ou o enriquecimento sem causa (art. 884). No contexto da questão, a autonomia da vontade é o princípio que fundamenta a validade de cláusulas livremente pactuadas entre as partes, sendo o elemento central da análise contratual. Análise das Alternativas: Princípio da solidariedade: Essa alternativa está INCORRETA. O princípio da solidariedade não é aplicável ao caso. Ele diz respeito a obrigações solidárias, onde múltiplos credores ou devedores compartilham responsabilidade por uma mesma obrigação, conforme previsto no art. 264 e seguintes do Código Civil. Não há relação com a validade da cláusula de arrependimento em contratos de compra e</p>
------	-----	--------------------------------	--	------------	------------------------------------	--

- A cláusula de arrependimento, que prevê a retenção de 20% do valor pago em caso de desistência, deve ser interpretada à luz da boa-fé objetiva.

- A aplicação desproporcional da cláusula pode configurar um abuso de direito, vedado pelo art. 187 do Código Civil.

- A retenção de 20% do valor pago deve ser avaliada para evitar enriquecimento sem causa da outra parte, em linha com o dever de lealdade e equilíbrio contratual.

Jurisprudência aplicável:

- STJ, REsp 1.599.511/SE: 'A cláusula penal ou a retenção de valores em caso de desistência deve observar o princípio da boa-fé objetiva e ser proporcional ao prejuízo causado à outra parte.'

- STJ, REsp 1.498.484/DF: 'É vedado o enriquecimento sem causa, devendo a boa-fé orientar a interpretação de cláusulas contratuais, sobretudo as que estipulam penalidades.'

venda. Princípio da função social do contrato: Essa alternativa está INCORRETA. Embora a função social do contrato (art. 421 do CC) limite a liberdade contratual e busque preservar o equilíbrio econômico e social, ela não é o princípio central aplicado à análise da validade de uma cláusula livremente pactuada, como no caso apresentado. A função social seria invocada se a cláusula gerasse consequências que ultrapassassem o âmbito individual das partes, o que não é mencionado no enunciado. Princípio da autonomia da vontade: Essa alternativa está CORRETA. O princípio da autonomia da vontade é o fundamento para a validade das cláusulas contratuais, desde que pactuadas livremente entre as partes e não contrariem a lei ou a moral. A cláusula de arrependimento, no caso descrito, reflete a liberdade contratual das partes para estipular condições específicas. Conforme o art. 421 do Código Civil, a autonomia contratual é o elemento central na criação e validade das obrigações, especialmente em contratos que atendem às expectativas legítimas das partes. Princípio da boa-fé objetiva: Essa alternativa está INCORRETA no contexto principal da questão. A boa-fé objetiva, prevista no art. 422 do CC, orienta o comportamento das partes no cumprimento e na interpretação do contrato. No entanto, a questão aborda a validade da cláusula contratual, que é primariamente analisada sob a ótica da autonomia da vontade. A boa-fé poderia ser invocada para evitar abusos na execução da cláusula, mas isso não é o ponto central da questão. Princípio do enriquecimento sem causa: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o princípio do enriquecimento sem causa (art. 884 do CC) tenha relevância na interpretação contratual, ele não é o

A boa-fé objetiva é fundamental para avaliar a validade e a aplicação da cláusula de arrependimento, sendo, portanto, uma resposta igualmente adequada.

(B) Princípio da Função Social do Contrato (Letra B)

O Princípio da Função Social do Contrato, previsto no art. 421 do Código Civil, limita a autonomia da vontade ao impor que o contrato atenda não apenas aos interesses individuais das partes, mas também a valores sociais e econômicos. No caso:

- A cláusula de arrependimento que prevê a retenção de 20% pode ser questionada à luz da função social, caso imponha ônus excessivo ou desvirtue a finalidade do contrato de compra e venda.

- A desistência de João, após pagar 50% do valor, requer uma análise sobre o impacto econômico e social da aplicação literal da cláusula, especialmente se isso resultar em prejuízo desproporcional.

elemento principal para determinar a validade de uma cláusula de arrependimento. A cláusula estipula uma penalidade de 20% do valor pago, que não é necessariamente desproporcional ou indicativa de enriquecimento sem causa no caso descrito. Esse princípio poderia ser analisado em situações concretas de desequilíbrio excessivo, mas o enunciado não indica essa situação. Análise dos Argumentos do Recurso 'Existência de múltiplas respostas corretas': Esse argumento não procede. Embora outros princípios contratuais, como a boa-fé objetiva e o enriquecimento sem causa, possam complementar a análise de contratos, eles não são o elemento central para validar a cláusula de arrependimento. A questão pergunta qual princípio deve ser observado, e a autonomia da vontade é o princípio que fundamenta a existência e validade da cláusula. 'Ambiguidade ou subjetividade no enunciado': Não há ambiguidade. O enunciado é claro ao descrever um cenário em que se questiona a validade de uma cláusula contratual. A autonomia da vontade é o princípio basilar para analisar cláusulas livremente pactuadas, e a questão não exige que o candidato analise potenciais abusos ou desproporcionalidade na aplicação da cláusula. 'Aplicação de outros princípios como boa-fé ou função social': Esses princípios têm relevância geral no direito contratual, mas não são o ponto central da questão, que trata de um contrato celebrado entre as partes de forma voluntária e sem indícios de violação de princípios acessórios. Conclusão Diante dos fundamentos apresentados, a alternativa 'Princípio da autonomia da vontade' é a única correta, pois trata diretamente da liberdade contratual para estipular cláusulas como a de

Jurisprudência aplicável:

- STJ, REsp 1.630.067/DF: 'A função social do contrato impõe limites à liberdade contratual, vedando cláusulas que comprometam o equilíbrio econômico do ajuste.'

- TJSP, Apelação Cível 1003727-68.2018.8.26.0152: 'A retenção de valores em cláusulas de arrependimento deve ser proporcional e compatível com a função social do contrato.'

Assim, a função social é outro princípio que fundamenta a análise da validade da cláusula, tornando a questão passível de múltiplas interpretações.

(E) Princípio do Enriquecimento Sem Causa
(Letra E)

arrependimento. As demais alternativas abordam princípios que podem complementar a análise em outras hipóteses, mas não são centrais ao caso descrito. A questão está mantida.

O Princípio do Enriquecimento Sem Causa, embora não explicitamente mencionado no Código Civil, é amplamente reconhecido pela doutrina e jurisprudência como regra geral para evitar benefícios indevidos. No caso:

- A retenção de 20% pode ser considerada desproporcional, especialmente considerando que João já pagou 50% do valor total do imóvel.

- O princípio do enriquecimento sem causa está implícito no art. 884 do Código Civil: 'Aquele que, sem justa causa, enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o que indevidamente auferiu.'

Jurisprudência aplicável:

- STJ, REsp 1.570.728/MG: 'Cláusulas que gerem enriquecimento sem causa são nulas de pleno direito.'

- STJ, AgInt no AREsp 1.038.160/DF: 'A aplicação de cláusulas contratuais deve observar o princípio do enriquecimento sem causa, sendo vedado o benefício excessivo para uma das partes.'

Esse princípio orienta que a retenção de valores seja razoável e proporcional, sendo mais um elemento aplicável à análise do caso.

(C) Problemas com a exclusividade do Princípio da Autonomia da Vontade (Letra C)

Embora o Princípio da Autonomia da Vontade seja relevante para justificar a validade das cláusulas contratuais pactuadas, ele não é absoluto e deve ser harmonizado com outros princípios contratuais, como a boa-fé, a função social e o enriquecimento sem causa. O Código Civil de 2002 trouxe um enfoque equilibrado, restringindo a liberdade contratual quando ela:

- Viola a boa-fé objetiva (art. 422).
- Desrespeita a função social (art. 421).
- Gera enriquecimento sem causa (art. 884).

O STJ reforça a ideia de que a autonomia da vontade deve ser exercida em consonância com os limites impostos pela legislação e pela ordem pública (REsp 1.763.363/SP).

Da Ambiguidade e violação do princípio da objetividade

A questão apresenta múltiplos princípios contratuais que podem ser aplicados, dependendo do enfoque adotado na análise. A ausência de elementos mais específicos no enunciado impossibilita identificar com clareza qual princípio deve prevalecer, tornando o gabarito subjetivo e ambíguo.

A doutrina de José dos Santos Carvalho Filho e decisões do STF em casos de concursos públicos reforçam que a existência de mais de uma alternativa correta compromete a objetividade do certame, devendo a questão ser anulada para preservar a igualdade entre os candidatos.



Requerimento

Solicito a anulação da questão 07, considerando a existência de mais de uma alternativa correta, ou, subsidiariamente, a aceitação das alternativas B, D e E como corretas.

4019	162	LARINI GRAHL PEDROZ O	<p>Recurso contra o gabarito da questão 23 – Solicitação de anulação</p> <p>Prezados organizadores do certame,</p> <p>Venho interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 23, que indicou como correta a alternativa D. Apresento abaixo uma análise criteriosa, com base em normas gramaticais, manuais de referência e regras vigentes, para demonstrar que há inconsistências e ambiguidades nas afirmativas, tornando a questão passível de anulação ou revisão.</p> <p>Análise detalhada das afirmativas</p> <p>Afirmção I: 'Em as novas tecnologias na área médica, o vocábulo médica está como adjetivo.'</p> <p>Gabarito oficial: Verdadeira.</p> <p>Análise:</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	<p>23 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:A análise morfossintática refere-se à identificação das classe gramaticais e às funções que elas desempenham no contexto.I.(correta) Em as novas tecnologias na área médica, o vocábulo médica está como adjetivo.O vocábulo médica ao ser utilizado para qualificar o substantivo 'área', passa a exercer a função de adjetivo, o que é comum na língua portuguesa, quando um substantivo pode assumir função adjetiva dependendo do contexto. Portanto, gramaticalmente, nesse contexto específico, 'médica' funciona como adjetivo.II. (incorreta) Em E o que as evidências têm nos mostrado o nos é um pronome oblíquo com função de objeto direto. O nos é objeto indireto, ou seja as evidências têm mostrado a nósIII.(correta) transtorno mental = transtorno da mente, assim como nuvens plúmbeas = nuvens de chumbo. Transtorno mental = transtorno da mente.nuvens plúmbeas = nuvens de chumbo. Ambas as comparações fazem uso de locuções adjetivas ('da mente' e 'de chumbo') para substituir os adjetivos 'mental' e 'plúmbeas' A análise morfossintática está correta, pois trata de uma substituição de adjetivos por locuções adjetivas.IV. (correta) O vocábulo incapacitantes em são altamente incapacitantes é um adjetivo com função de predicativo do sujeito. O vocábulo incapacitantes é um adjetivo que caracteriza o sujeito muitos problemas de saúde mental.Assim prevalece o gabarito: I, III e IV.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	--------------------------------	--	------------	-------------------	---

- O termo 'médica' qualifica o substantivo 'área', o que o caracteriza como adjetivo no contexto da frase.

- Contudo, gramaticalmente, 'médica' é originalmente um substantivo (nome de profissão). Sua classificação como adjetivo decorre de sua função adjetiva no enunciado, o que pode gerar dúvida para o candidato.

- Celso Cunha e Lindley Cintra, no Manual de Gramática, explicam que palavras originalmente substantivas usadas como qualificadores mantêm a classificação original, sendo melhor descritas como substantivos em função adjetiva.

Conclusão: A afirmação é discutível e deveria ser reformulada para evitar ambiguidades na análise morfosintática.

Afirmação II: 'Em E o que as evidências têm nos mostrado, o nos é um pronome oblíquo com função de objeto direto.'

Gabarito oficial: Falsa.

Análise:

- O pronome 'nos' é, de fato, um pronome oblíquo.
- No contexto da frase, o verbo 'mostrar' é transitivo direto e indireto. O pronome 'nos' exerce a função de objeto indireto (indica a quem algo foi mostrado), enquanto o complemento 'o que' é o objeto direto (indica o que foi mostrado).
- O gabarito oficial está correto nesse ponto.

Conclusão: A afirmativa é corretamente considerada falsa.

Afirmção III: 'transtorno mental = transtorno da mente, assim como nuvens plúmbeas = nuvens de chumbo.'

Gabarito oficial: Verdadeira.

Análise:

1. Problema de clareza com o uso do símbolo '=':

- O uso do símbolo '=' é impreciso e gera ambiguidade sobre o que se deseja comparar ou avaliar gramaticalmente.

- Não está claro se o símbolo representa uma relação semântica (equivalência de significado), uma relação morfológica (análise de formação de palavras), ou ainda uma relação de substituição literal.

2. Inadequação dos exemplos comparados:

- A expressão 'transtorno mental' é equivalente a 'transtorno da mente', pois o adjetivo 'mental' tem relação literal com o substantivo 'mente'.

- Já a expressão 'nuvens plúmbeas' equivale a 'nuvens de chumbo' de forma metafórica, indicando associação simbólica pela cor ou peso do chumbo.

- Segundo Evanildo Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, comparações entre relações literais e metafóricas são inadequadas, pois não compartilham o

mesmo fundamento gramatical ou semântico.

Conclusão: Essa afirmativa apresenta problemas de clareza conceitual e deveria ser considerada inválida para fins de análise objetiva em um concurso.

Afirmção IV: 'O vocábulo incapacitantes em são altamente incapacitantes é um adjetivo com função de predicativo do sujeito.'

Gabarito oficial: Verdadeira.

Análise:

- O termo 'incapacitantes' é um adjetivo que qualifica o sujeito da oração implícito na frase. O verbo 'são' estabelece uma relação de predicação, e 'incapacitantes' funciona como predicativo do sujeito.

- A análise está correta.

Conclusão: A afirmativa é verdadeira, sem necessidade de revisão.

Pontos problemáticos na questão

1. Ambiguidade com o uso do símbolo '=' na Afirmação III:

- O enunciado não especifica o critério que o símbolo '=' representa.

- Essa imprecisão impede que o candidato compreenda com clareza o que se espera analisar: equivalência literal, semântica, morfológica ou contextual.

2. Inconsistência entre os exemplos de equivalência na Afirmação III:

- A comparação entre 'transtorno mental' e 'transtorno da mente' é literal, enquanto 'nuvens plúmbeas' e 'nuvens de chumbo' é metafórica.

- Essa divergência compromete a objetividade da análise e prejudica o entendimento da afirmativa.

3. Prejuízo ao princípio da clareza:

- A formulação da questão, especialmente na Afirmação III, não está de acordo com o princípio da clareza e precisão exigido para questões objetivas em concursos públicos, o que pode gerar interpretações variadas.

Fundamentação legal

De acordo com o princípio da isonomia e o direito à avaliação objetiva previstos no art. 37 da Constituição Federal, é essencial que as questões apresentadas em certames públicos sejam claras, inequívocas e isentas de ambiguidades. Além disso, o uso de critérios imprecisos, como o símbolo '=' sem explicação contextual, viola esses princípios e

prejudica a igualdade de condições entre os candidatos.

Requerimento

Diante do exposto, solicito:

1. A anulação da questão, considerando a ambiguidade no uso do símbolo '=' e a inconsistência conceitual na Afirmação III, que comprometem a objetividade da questão.
2. Subsidiariamente, que o gabarito seja revisado e aceito como correto também o entendimento da alternativa C, que reflete interpretações plausíveis com base na gramática normativa e na semântica aplicada.

3965	422	LIDIANE MARQUES DE OLIVEIRA	<p>Venho respeitosamente requerer a revisão da correção da questão supracitada, pois considero que a alternativa apresenta incoerências conceituais nas proposições analisadas, especificamente na proposição III, além de ambiguidades que podem induzir ao erro. Considerando o Decreto nº 24.622/84, que regulamenta a participação comunitária nos serviços de saúde, é necessário rever a formulação para garantir a exatidão e a conformidade com o texto legal.</p> <p>Gabarito Preliminar: Alternativa (A)</p> <p>Motivo do Recurso: Identificação de erro conceitual e falta de clareza no enunciado e nas proposições.</p> <p>Fundamentação do Recurso</p> <p>A questão apresenta incoerências conceituais nas proposições analisadas, especificamente na proposição III, além de ambiguidades que podem induzir ao erro. Considerando o Decreto nº 24.622/84, que regulamenta a participação comunitária nos serviços de saúde, é necessário rever a formulação para garantir a exatidão e a conformidade com o</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	20	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: I. Toda pessoa tem o direito e o dever de participar ativa e diretamente das atividades desenvolvidas pelos serviços de saúde.? Verdadeira. Essa afirmação é claramente apoiada pelo § 1º do artigo 9º, que afirma que toda pessoa tem o direito e o dever de participar ativa e diretamente das atividades desenvolvidas pelos serviços de saúde. II. A participação comunitária deve emergir da população, a partir da percepção crítica de seus problemas, para aprofundar o entendimento de suas causas e dificuldades e dirigir a ação para superá-los.? Verdadeira. Esta afirmação corresponde exatamente ao que é dito no § 2º do artigo 9º, indicando que a participação comunitária deve surgir da população a partir de uma percepção crítica de seus problemas. III. A autoridade de saúde transferirá à comunidade, quando organizada em Conselhos Comunitários ou outros tipos de organização, recursos, serviços e informações de forma a garantir canal de expressão para participação em todos os níveis, exceto no de administração de serviços de saúde.? Falsa. De acordo com o § 5º do artigo 9º, a autoridade de saúde deve transferir recursos, serviços e informações à comunidade organizada, incluindo a administração de serviços de saúde, não excluindo esse nível de participação. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-----------------------------	--	------------	------------------------------------	----	--

texto legal.

Análise detalhada das proposições

Proposição I:

Está incorreta. O Decreto nº 24.622/84 assegura à pessoa o direito, mas não o dever de participar das atividades desenvolvidas pelos serviços de saúde. A imposição de um dever contraria a redação original do decreto, que destaca o caráter voluntário e participativo.

Proposição II:

Está correta. O Decreto afirma que a participação comunitária deve emergir da população, com percepção crítica de seus problemas, buscando soluções efetivas e promovendo maior envolvimento.

Proposição III:

Está incorreta. O texto afirma que a autoridade de saúde deve transferir recursos

e informações à comunidade organizada, mas não há restrição quanto ao nível de participação, inclusive no de administração de serviços de saúde. Esse erro compromete a validade da proposição e sua inclusão no gabarito.

A presença de erros conceituais na proposição III e a redação equivocada da proposição I tornam a alternativa indicada no gabarito incompatível com o texto legal, gerando prejuízo aos candidatos que interpretarem corretamente o Decreto nº 24.622/84.

Dada a inconsistência conceitual e a formulação ambígua, solicita-se:

A anulação da questão por falhas na formulação e incompatibilidade com o Decreto nº 24.622/84;

3967	422	LIDIANE MARQUES DE OLIVEIRA	<p>Venho respeitosamente requerer a revisão da correção da questão supracitada, pois considero que a alternativa apontada como correta pela banca apresenta inconsistências com as informações.</p> <p>A alternativa E: 'Ao contrário dos Estados Unidos todas cidades de Nova York, São Francisco e Milwaukee, se adequam ao conceito de cidade de 15 minutos', dada como correta apresenta inconsistências na sua formulação, já que as cidades citadas pertencem ao país.</p> <p>Com base nisso, solicito que a banca reavalie a questão e a anule.</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	23	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: Análise da afirmativa INCORRETA: Ao contrário dos Estados Unidos todas cidades de Nova York, São Francisco e Milwaukee, se adequam ao conceito de cidade de 15 minutos. O texto esclarece que não são todas as áreas de Nova York, São Francisco e Milwaukee que se adequam ao conceito de cidade de 15 minutos, mas apenas algumas áreas dessas cidades. A expressão 'ao contrário dos Estados Unidos', REFORÇA a ideia de que a alternativa está incorreta, uma vez que as cidades mencionadas ? Nova York, São Francisco e Milwaukee ? pertencem aos Estados Unidos. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-----------------------------	--	------------	-------------------	----	---

3968	422	LIDIANE MARQUES DE OLIVEIRA	<p>A questão apresenta ambiguidade na formulação do enunciado, mais especificamente na expressão 'ao final do terceiro dia, quantas caixas ainda faltavam ser organizadas'. Essa redação permite interpretações divergentes, comprometendo a objetividade e a clareza essenciais para questões de concursos públicos.</p> <p>Possibilidade de dupla interpretação:</p> <p>O termo 'ainda faltavam ser organizadas' não deixa claro se:</p> <p>Inclui as caixas retiradas por defeito ou refere-se apenas ao saldo das caixas restantes no estoque organizável.</p> <p>Se interpretarmos que as caixas retiradas (30) não devem ser consideradas.</p> <p>Impacto da ambiguidade:</p> <p>A falta de clareza na redação permite</p>	INDEFERIDO	Matemática/Raciocínio Lógico	26	<p>RECURSO INDEFERIDO Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A questão, especialmente no trecho 'Ao final do terceiro dia, quantas caixas ainda faltavam ser organizadas?', não apresenta ambiguidades porque o enunciado fornece informações claras e sequenciais sobre a situação. Analisando detalhadamente e embasando teoricamente a justificativa: - Clareza do contexto temporal: A frase 'Ao final do terceiro dia' delimita precisamente o momento em que o cálculo deve ser concluído. Não há ambiguidade sobre em qual dia as caixas restantes devem ser contabilizadas. Essa estrutura segue o princípio da comunicação clara, onde a informação deve ser apresentada de forma relevante para o ouvinte ou leitor, havendo especificidade no momento ou cenário em questão. Aqui, o problema é explícito ao especificar que o ponto de análise é 'ao final do terceiro dia', ou seja, após todas as ações (organizar e retirar caixas defeituosas) ocorridas durante o dia. - Uso adequado de termos quantitativos: O trecho 'quantas caixas ainda faltavam ser organizadas' é preciso, porque: 'Ainda faltavam': Refere-se às caixas que não foram organizadas após os eventos descritos no terceiro dia, indicando que o cálculo deve levar em conta tanto o que foi organizado nos dias anteriores quanto o impacto da retirada das caixas defeituosas. 'Ser organizadas': Especifica que o foco é nas caixas restantes que precisam de organização, excluindo automaticamente as caixas defeituosas, pois elas foram retiradas e não fazem parte do montante que deve ser organizado. De acordo com as normas de construção de problemas matemáticos, a</p>
------	-----	-----------------------------	--	------------	------------------------------	----	---

interpretações diferentes e prejudica o princípio de objetividade necessário em concursos públicos. Para evitar prejuízos aos candidatos, a anulação da questão é a medida mais justa.

Diante da possibilidade de múltiplas interpretações e da ausência de especificidade no enunciado, solicita-se a anulação da questão.

Base Legal:

Nos termos do princípio da isonomia e da moralidade administrativa, previstos na Constituição Federal (art. 37), questões de concursos públicos devem ser claras, objetivas e isentas de interpretações ambíguas, para garantir igualdade de condições a todos os candidatos.

formulação de questões deve utilizar termos objetivos e não ambíguos, o que ocorre na questão.- O enunciado fornece todas as informações necessárias em sequência lógica, sem lacunas.Primeiro e segundo dias: Fornecem o número de caixas organizadas.Terceiro dia: Introduce o impacto das caixas defeituosas, deixando claro que elas foram retiradas.Pergunta final: A pergunta dirige-se às caixas restantes para organizar, indicando que o número final deve refletir tanto o que foi organizado quanto as caixas que foram retiradas.NÃO HÁ AMBIGUIDADE SOBRE O QUE DEVE SER FEITO NO CÁLCULO, POIS TODOS OS DADOS E AÇÕES (ORGANIZAR, RETIRAR) ESTÃO DESCRITOS CLARAMENTE.- Ausência de ambiguidades na semântica: A expressão 'ainda faltavam ser organizadas' deixa claro que o foco é nas caixas que não foram organizadas até aquele momento. A palavra 'ainda' reforça que é algo remanescente após todas as ações. Esse uso semântico afasta interpretações múltiplas.Segundo o autor Celso Luft, em Português: Linguagem e Comunicação (1988), a semântica na formulação de enunciados deve ser precisa e evitar múltiplas interpretações. Isso é atendido na questão.A banca conclui que o trecho 'Ao final do terceiro dia, quantas caixas ainda faltavam ser organizadas?' é objetivo, claro e sem ambiguidades. Ele orienta o leitor a considerar o estado final, após todas as ações do terceiro dia, utilizando informações previamente fornecidas e de maneira sequencial e lógica.A questão envolve a aplicação de operações básicas de adição e subtração em uma situação-problema. A soma foi utilizada para agregar as quantidades de caixas organizadas nos dois primeiros dias, e a subtração foi empregada tanto para retirar as caixas

						<p>defeituosas quanto para determinar a quantidade de caixas que ainda precisavam ser organizadas. - No primeiro dia, foram organizadas 175 caixas.- O segundo dia, foram organizadas mais 98 caixas.Então $175 + 98 = 273$ caixas organizadas até o segundo dia- No terceiro dia, 30 caixas defeituosas foram retiradas. Como essas caixas já estavam contabilizadas no total, deve-se subtrair esse valor: $273 - 30 = 243$ caixas organizadas até o terceiro dia, após a retirada das defeituosas.Por fim, calculando quantas caixas ainda faltam ser organizadas: $480 - 243 = 237$ Resposta correta 237 caixasBibliografia:DANTE, L. R. Matemática - Contexto & Aplicações. 3ª ed. São Paulo: Ática.LUFT, Celso Pedro. Português: Linguagem e Comunicação. 8. ed. São Paulo: Ática.PARECER DO PROFESSORDiante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
--	--	--	--	--	--	---

3969	422	LIDIANE MARQUES DE OLIVEIRA	<p>Venho, por meio deste recurso, solicitar a revisão da correção da questão supracitada, pois não condiz com o enunciado da questão.</p> <p>Antes de 1960, a escola Albina Mosconi, localizada no município de Macieira, em Santa Catarina, era conhecida como Grupo Escolar de Macieira. Somente após essa data, a escola passou a ser oficialmente chamada de Grupo Escolar Albina Mosconi, em homenagem à sua fundadora, Albina Mosconi, que foi uma das primeiras professoras responsáveis pela educação da comunidade local.</p> <p>Em face da divergência entre a informação apresentada na questão e os dados históricos corretos sobre a fundação da escola 'Grupo Escolar Albina Mosconi', solicito a anulação da questão.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Gerais	31	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: De acordo com o site oficial da prefeitura de Macieira 'Com o crescimento populacional houve a necessidade de ampliação das atividades locais, construiu-se a primeira escola chamada de 'Grupo Escolar Albina Mosconi' tendo como professora D. Guilhermina Cecília de Oliveira responsável pela educação local, nessa mesma época devido a grande religiosidade do povo construiu-se por meio do trabalho coletivo dos habitantes a primeira igreja, que ficava localizada onde hoje é a Praça Marechal Castelo Branco.' Fonte: https://macieira.sc.gov.br/pagina-11636/ Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-----------------------------	--	------------	----------------------	----	--

3970	422	LIDIANE MARQUES DE OLIVEIRA	<p>Venho, por meio deste recurso, solicitar a revisão da correção da questão supracitada, pois a questão apresenta a alternativa (E) como a correta, recomendando que o procedimento correto para atualizar referências cruzadas seja selecionar todo o documento com Ctrl+A e pressionar F9. No entanto, o atalho correto para selecionar todo o documento no Microsoft Word é Ctrl+T, e não Ctrl+A.</p> <p>Portanto, solicito a correção da questão para refletir o uso adequado do atalho Ctrl+T no processo de atualização das referências cruzadas, visto que Ctrl+A não é a prática recomendada para essa função. Não havendo um alternativa compatível, solicito a anulação da questão.</p>	INDEFERIDO	Informática Básica	36	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A resposta correta é: 'Selecionar todo o documento (Ctrl+A) e pressionar F9 para atualizar as referências cruzadas.' O atalho Ctrl+A é o comando padrão no Microsoft Word para selecionar todo o conteúdo de um documento, independentemente da versão ou idioma da interface. Este atalho é amplamente reconhecido e documentado como a maneira correta de realizar essa função. O argumento apresentado pelo recorrente menciona o atalho Ctrl+T como sendo o correto para essa função. No entanto, Ctrl+T no Microsoft Word é utilizado para ajustar recuos (tabulação) em parágrafos e não para selecionar todo o documento. A confusão parece derivar de configurações personalizadas ou de outros softwares onde Ctrl+T pode ter função distinta. Ao pressionar Ctrl+A e, em seguida, F9, todas as referências cruzadas e outros campos dinâmicos no documento, como tabelas de figuras e sumários automáticos, são atualizados corretamente, conforme descrito na alternativa da questão. Ademais, a questão não apresenta qualquer erro técnico ou de formatação que justifique sua anulação. A alternativa em questão reflete corretamente o procedimento técnico para realizar a atualização das referências cruzadas no Microsoft Word, conforme a prática oficial e recomendada pela Microsoft. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-----------------------------	--	------------	--------------------	----	--

3953	273	MAGNA LOPES	<p>A questão descreve o seguinte:</p> <p>'Chico Bento está montando um jardim retangular que terá um comprimento de 12 metros e uma largura de 5 metros. O jardim será cercado por um caminho uniforme de 1 metro de largura. Qual será a área total ocupada pelo jardim e pelo caminho?'</p> <p>Na referida questão, não há indicação que será um caminho externo ou algo do gênero. Assim, valor final é de 60 metros quadrados.</p> <p>Outrossim, caso seja externo (o que não indica na questão), o caminho seria de 34 metros, totalizando 94 metros quadrados, o que não há indicação nas opções.</p>	INDEFERIDO	Matemática/Raciocínio Lógico	<p>28 RECURSO INDEFERIDO Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A questão está clara e bem formulada, possui única resposta correta 98 m², apresentando todos os dados necessários para a resolução. Sem ambiguidades, o enunciado pede explicitamente a área total ocupada pelo jardim e pelo caminho, sem deixar dúvidas sobre o que deve ser calculado e todas as dimensões relevantes (do jardim e do caminho) são fornecidas, o que permite ao candidato resolver a questão com precisão. A resolução da questão está baseada na compreensão das propriedades de áreas de figuras geométricas, conforme estudado em Geometria Básica. Para calcular a área total ocupada pelo jardim e pelo caminho, é necessário primeiro determinar as dimensões totais do espaço, incluindo o caminho. - Passo 1: Calcular as dimensões totais Comprimento do jardim: 12 m Largura do jardim: 5 m Como o caminho tem 1 metro de largura em todos os lados do jardim, faz-se necessário adicionar 2 metros a cada dimensão (1 metro de cada lado): Comprimento total = 12 m + (2 x 1) = 14 metros Largura total = 5 m + (2 x 1) = 7 metros - Passo 2: Calcular a área total Área total = Comprimento total x Largura total = 14 x 7 = 98 m² Resposta correta: área total ocupada pelo jardim e pelo caminho 98 m² Bibliografia: DOLCE, Osvaldo; OLIVEIRA, David G. A. Geometria: um curso de nível superior. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas. PARECER DO PROFESSOR Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-------------	---	------------	------------------------------	--

			<p>Assim, a questão deverá mudar de gabarito para o indicativo de 'a) 60' ou a anulação da mesma.</p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

3954	437	MARIA EDUARD A ARAUJO ABATI	<p>Recurso – Questionamento questão 20 alternativa A</p> <p>Venho por meio deste solicitar a revisão da questão 20 que apresenta a alternativa A como uma opção. Essa alternativa afirma que 'Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida.'</p> <p>No entanto, essa afirmação está incorreta, pelos seguintes motivos:</p> <p>Comprometimento da eficácia terapêutica: Medicamentos de liberação prolongada possuem mecanismos específicos que garantem a liberação do fármaco de maneira controlada ao longo do tempo. Triturar ou dividir compromete essa funcionalidade, levando à liberação imediata do princípio ativo.</p> <p>Risco aumentado de efeitos adversos: Ao destruir o revestimento ou a estrutura da formulação, há uma liberação súbita do fármaco, o que pode resultar em concentrações tóxicas no organismo.</p> <p>Contrariedade às recomendações técnicas: As bulas de medicamentos com formulações de liberação prolongada frequentemente</p>	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	20 Recursos assiste parcialmente, pela mundação de gabarito, visto que: (A) Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida. Incorreta. Medicamentos de liberação prolongada (ou de liberação controlada) têm revestimentos ou fórmulas específicas que controlam a liberação do fármaco no organismo ao longo do tempo. Triturá-los ou dividi-los pode comprometer esse mecanismo, levando a picos de concentração no sangue (toxicidade) ou à ineficácia do tratamento por liberação inadequada. Referência: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Guia para Boas Práticas na Administração de Medicamentos. Fick, D. M., et al. Updating the Beers Criteria for Potentially Inappropriate Medication Use in Older Adults (2019). (B) Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional. Correta. Esse é um dos princípios fundamentais para garantir a rastreabilidade, segurança e continuidade do cuidado ao paciente. O registro detalhado permite: Prevenção de erros: Evita duplicidade ou omissão de doses. Monitoramento: Facilita a análise de efeitos adversos ou falhas terapêuticas. Aspectos legais: Garante que a administração foi feita corretamente, protegendo o profissional de saúde. Referência: Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos (ISMP). Práticas Seguras na Administração de Medicamentos (2020). Potter, P. A., Perry, A. G. Fundamentos de Enfermagem (9ª edição). (C) É fundamental confirmar o nome do paciente e a medicação prescrita, comparando a prescrição com a etiqueta do
------	-----	-----------------------------	---	-------------------	------------------------------------	---

contraindicam a trituração ou divisão, justamente para preservar sua eficácia e segurança.

Exemplos práticos incluem comprimidos de liberação entérica ou controlada, cujas propriedades farmacocinéticas dependem de sua integridade. O Conselho Federal de Farmácia (CFF) e as boas práticas de administração de medicamentos também orientam que medicamentos com essas características não devem ser manipulados de forma inadequada sem orientação técnica ou médica específica.

Por essas razões, a alternativa A apresenta uma conduta incorreta e contrária aos princípios de segurança na administração de medicamentos. Solicito, portanto, que seja revista a validade dessa alternativa como correta.

medicamento, antes da administração. Parcialmente correta, mas incompleta. Confirmar o nome do paciente e a medicação é um dos 6 Certos da administração segura: paciente certo, medicamento certo, dose certa, via certa, horário certo e documentação correta. No entanto, outros elementos igualmente importantes não foram mencionados, como a dose, a via e o horário da administração. Por isso, a alternativa não é a mais completa. Referência: World Health Organization (WHO). Medication Without Harm - WHO Global Patient Safety Challenge. (D) A avaliação dos sinais vitais do paciente antes da administração de certos medicamentos é essencial para garantir que não haja contraindicações. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora a avaliação dos sinais vitais seja crucial para medicamentos que podem causar alterações significativas, como anti-hipertensivos ou opióides, essa não é uma prática necessária para todos os medicamentos. Além disso, apenas avaliar sinais vitais não cobre todas as etapas da administração segura. Referência: Council of Europe. Creation of a Better Medication Safety Culture in Europe: Building up Safe Medication Practices. (E) A via de administração deve ser rigorosamente seguida conforme prescrito, pois mudanças podem alterar a eficácia e segurança do medicamento. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora seja essencial respeitar a via de administração prescrita, essa prática sozinha não garante a segurança da administração de medicamentos. Outros fatores como dose, horário e paciente correto também precisam ser verificados. Referência: ISMP. Errores en la Administración de Medicamentos y cómo Prevenirlos (2021). Diante disso, procede-se pela mudança de gabarito

							<p>de letra 'Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida' PARA 'Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional.</p>
--	--	--	--	--	--	--	---

3955	437	MARIA EDUARD A ARAUJO ABATI	<p>Afirmção 1: 'As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.'</p> <p>Esta afirmação está errada, pois o acento em 'têm' não serve para diferenciar a forma plural da singular, mas para indicar a tonicidade da palavra, enquanto 'lê' (sem acento) é a forma do singular.</p> <p>Afirmção 4: 'Além e olhar são oxítonas.'</p> <p>Esta afirmação também está incorreta, pois tanto 'além' quanto 'olhar' são paroxítonas.</p> <p>Portanto, a alternativa A está errada.</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	<p>22 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: Análise das alternativas: (F) As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural. O verbo ler não segue a regra dos verbos que são acentuados para diferenciar singular do plural, como é o caso do verbo ler. ler = ele tem/ eles têm. ler = Ele lê/ eles leem. (F) O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato. O vocábulo saúde é acentuado pela regra: acentuam-se o I e o U quando forem tônicos, estiverem formando hiato com a última vogal da sílaba anterior e estiverem sozinhos ou seguidos de s na sua própria sílaba. Já o vocábulo razoável é acentuado pela regra das paroxítonas terminadas em I(_V_) Médica e básico são proparoxítonas. todas proparoxítonas são acentuadas. (V) Além e olhar são oxítonas. Oxítonas são palavras cuja sílaba tônica é a última. a-lémo-lhar Portanto, as duas são oxítonas. (_V_) Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola. As duas palavras não possuem hífen. autoescola (de acordo como o Novo Acordo Ortográfico, não se usa hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com vogal diferente) Assim, prevalece o gabarito: F, F, V, V, V. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO</p>
------	-----	---	---	------------	----------------------	--

3958	140	NATHIEL Y DOS SANTOS	<p>Número da Questão: 11</p> <p>Gabarito oficial: Alternativa E</p> <p>Fundamentação:</p> <p>Venho, respeitosamente, interpor recurso quanto ao gabarito oficial divulgado pela banca, que considerou a alternativa E como correta. Com base em fundamentos científicos e literaturas médicas de referência, apresento a seguir as justificativas que apontam inconsistências nessa resposta.</p> <p>A alternativa E afirma:</p> <p>'As escamas na psoríase são finas e de difícil remoção, diferentemente das observadas em outras dermatoses.'</p> <p>Essa descrição é incorreta, pois as escamas da psoríase são classicamente descritas como espessas, prateadas e de fácil remoção, frequentemente associadas ao sinal de Auspitz (sangramento pontiforme após a curetagem). Conforme descrito nas principais</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	11	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: Após revisão de seu recurso e verificação do gabarito oficial, gostaríamos de esclarecer que a alternativa indicada pelo recorrente já foi considerada correta pela banca examinadora. Essa alternativa afirma que 'O paciente com psoríase apresenta tendência a uma piora das lesões no inverno e melhora no verão devido ao efeito positivo da exposição solar', o que está em total acordo com as descrições clínicas e científicas reconhecidas nas principais literaturas médicas de dermatologia. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	----------------------------	--	------------	------------------------------------	----	---

referências dermatológicas:

Goldsmith et al., Fitzpatrick's Dermatology in General Medicine (9ª edição):

'As escamas na psoríase são tipicamente espessas, branco-prateadas e aderidas, e sua remoção pode revelar áreas de sangramento pontiforme.'

Kansky, Dermatologia Básica (3ª edição):

'A psoríase vulgar se caracteriza pela presença de placas eritematosas cobertas por escamas espessas e brilhantes.'

BRAUN-FALCOS Dermatology (4ª edição):

'As escamas prateadas da psoríase são frequentemente bem visíveis, grossas, e sua retirada revela micro-hemorragias no sinal clássico de Auspitz.'

Com base nessas referências, fica evidente que a alternativa E está equivocada, uma vez que as escamas na psoríase não são finas nem de difícil remoção, como afirma a resposta oficial. Por outro lado, a alternativa C, que descreve a melhora da psoríase no verão devido à exposição solar, é respaldada

por evidências científicas.

Referências que justificam a alternativa C como correta:

Fitzpatrick's Dermatology in General Medicine:

'A radiação ultravioleta tem um efeito imunomodulador que frequentemente resulta em melhora das lesões de psoríase, explicando a redução de sintomas em climas mais quentes e com maior exposição ao sol.'

Katz, Clinical Dermatology:

'Pacientes com psoríase relatam melhora significativa durante o verão, atribuída à exposição solar.'

Solicitação:

Diante do exposto, solicito que a banca revise o gabarito oficial, corrigindo-o para a alternativa C, que reflete as características clínicas e evolutivas da psoríase conforme a literatura médica de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



Atenciosamente, Nathiely dos Santos

3992	249	NEI CARLOS SANTIN	<p>Na questão 4, a alternativa letra A é considerada correta, entretanto, o controle hiperglicêmico no diabetes tipo 2, ou seja, seu tratamento inicial se faz com mudanças de estilo de vida (atividades físicas regulares e hábitos alimentares), com seguimento farmacológico com hipoglicemiantes orais e, por último, se as metas de controle não forem atingidas, o uso de insulina é indicado.</p> <p>Portanto, a alternativa A estaria INCORRETA.</p> <p>Referência consultada</p> <p>'A estratégia inicial de escolha do tratamento medicamentoso para o diabetes tipo 2 é a metformina em</p> <p>monoterapia. Este medicamento pode ser associado a outros hipoglicemiantes, no caso de falha ao atingir as metas terapêuticas (sendo avaliado o estado glicêmico após 3 a 6 meses no máximo). Em pacientes com valores de HbA1c maior do que 7,5% ao diagnóstico de DM2, pode-se</p> <p>considerar iniciar o tratamento com terapia de combinação, sendo sugerido como tratamento de segunda linha as sulfonilureias, seguidas de iSGLT2 ou insulina.</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	4 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:baseando-se na análise das alternativas fornecidas na questão e na descrição padrão dos diferentes tipos de diabetes, é apropriado anular a questão por não apresentar uma alternativa corretamente formulada que esteja em consonância com o conhecimento médico estabelecido sobre o diabetes. As alternativas fornecidas contêm imprecisões significativas ou descrições que não correspondem exatamente aos tipos de diabetes especificados.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.
------	-----	-------------------------	--	--------------------	--	--

<https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/PCDTDM2.pdf>

O bom controle glicêmico no diabetes mellitus tipo 2 pode ser obtida por meio de perda de peso, melhoria dos hábitos alimentares, prática regular de atividade física e uso de drogas antidiabéticas orais (DAOs) com diferentes mecanismos de ação, tanto em monoterapia como em combinação de dois ou mais desses fármacos. Quando o uso terapêutico de DAOs não for mais eficiente em manter um controle glicêmico adequado, pela conseqüente intensificação da deficiência secretória de insulina pancreática, preconiza-se a introdução de insulina exógena diária (insulinoterapia), utilizando-se diferentes esquemas terapêuticos de insulina isolada ou em associação com as DAOs.

<https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Diretrizes->



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



		Sociedade-Brasileira-de-Diabetes-2019-2020.pdf					
--	--	--	--	--	--	--	--

3993	249	NEI CARLOS SANTIN	Na questão 5, o enunciado dá o comando para responder sobre o MAPA (medida ambulatorial da pressão arterial) e não tem nada orientando ou pedindo para verificar entre as alternativas o que é verdadeiro ou falso sobre o diagnóstico de hipertensão arterial sem ser relacionado ao MAPA. Dessa forma, a segunda alternativa para marcação de V ou V estaria FALSA, pois se refere ao diagnóstico de HAS e não ao uso do método MAPA para o monitoramento da PA. A falta da complementação no comando do enunciado induz o candidato ao erro.	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	5	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a correção do gabarito preliminar, visto que: A afirmação 2 corretamente descreve as práticas recomendadas para a medição da pressão arterial em consultório, conforme descritas nos documentos do Ministério da Saúde, mas são específicas para a medição em consultório e não se aplicam diretamente à MAPA, que é um método diferente de avaliação da pressão arterial, ou seja, se aplica às medidas de pressão arterial realizadas em consultório, não especificamente à MAPA, como requer o enunciado da questão. Assim, diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO para a correção do gabarito para a opção V, F, F.
------	-----	-------------------------	---	----------------------	--	---	--

3994	249	NEI CARLOS SANTIN	Na questão 10, o item II das alternativas contém uma sigla cuja descrição não aparece em nenhuma das frases da questão, nem no enunciado e nem nas alternativas. A sigla ECP, diferente da FeNO, não tem sua descrição por extenso, o que não é tecnicamente permitido. Como exemplo, em uma prova dissertativa, se o candidato usar apenas siglas sem que, pelo menos na primeira vez que a utilize no texto, não seja detalhada por extenso, há perda de pontos e/ou desclassificação. Neste caso, comprometeu o entendimento dos conceitos e da alternativa.	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	10	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:Proposição I: Afirmar que a eosinofilia local e periférica é o 'único marcador' na NARES é incorreto. Na realidade, outras características inflamatórias podem estar presentes em NARES, o que torna a proposição factualmente errada.Proposição II: A proposição que o ECP é elevado após provocação nasal na asma, embora possa ter suporte em certos estudos, não é universalmente aceita na comunidade médica como uma característica geral da asma. Isso torna a proposição imprecisa e potencialmente enganosa.Proposição III: Apesar de o mepolizumab ser eficaz na redução da eosinofilia em casos específicos de asma eosinofílica, a generalização de sua eficácia para 'diminuir a eosinofilia local na asma' pode ser considerada uma super simplificação, uma vez que a resposta ao tratamento pode variar significativamente entre os pacientes.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.
------	-----	-------------------------	---	--------------------	--	----	--

4009	388	PÂMELA CAROLIN E MATIUSC H	<p>Pergunta contraditória e formulada de forma incorreta e pois a pergunta fala sobre profilaxia pós exposição</p> <p>A mesma e sobre pacientes que foram expostos em situações de risco como sita o ministério de Saúde é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como:</p> <p>Violência sexual;</p> <p>Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha);</p> <p>Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico).</p> <p>Sendo que o enunciado deveria estar escrito sobre aO que é a PrEP?</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	10	<p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que, a PEP é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como: Violência sexual. Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha). Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico). A PEP é uma tecnologia inserida no conjunto de estratégias da Prevenção Combinada, cujo principal objetivo é ampliar as formas de intervenção para atender às necessidades e possibilidades de cada pessoa e evitar novas infecções pelo HIV, hepatites virais e outras IST. Como funciona a PEP para o HIV? Como profilaxia para o risco de infecção pelo HIV, a PEP consiste no uso de medicamentos antirretrovirais para reduzir o risco de infecção em situações de exposição ao vírus. Trata-se de uma urgência médica, que deve ser iniciada o mais rápido possível - preferencialmente nas primeiras duas horas após a exposição e no máximo em até 72 horas. A duração da PEP é de 28 dias e a pessoa deve ser acompanhada pela equipe de saúde. Para ter acesso aos medicamentos é necessário que o paciente passe por uma consulta médica em um serviço de pronto atendimento para que o médico avalie se há necessidade ou não de iniciar a PEP. Se constatada a necessidade, o médico deverá preencher o Formulário de Solicitação de Medicamentos - Profilaxia e os medicamentos serão dispensados nos próprios hospitais e UPAS que fazem parte da rede SES DF para um período de 28 dias. Recomenda-se avaliar todo paciente</p>
------	-----	--	--	------------	------------------------------------	----	---

Uma das formas de se prevenir do HIV é a PrEP, a Profilaxia Pré-Exposição. Ela consiste na tomada de comprimidos antes da relação sexual, que permitem ao organismo estar preparado para enfrentar um possível contato com o HIV. A pessoa em PrEP realiza acompanhamento regular de saúde, com testagem para o HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Que se enquadraria na resposta do gabarito letra B

Sendo assim nenhuma das respostas se enquadram na pergunta pois PEP E UTILIZADA APENAS EM POS EXPOSIÇÃO E NAO EM SITUAÇÕES E NÃO ANTES DE QUALQUER SITUAÇÃO EMQUE EXISTA RISCO DE CONTÁGIO.

Questão deve ser anulada.

Referências: <https://www.gov.br/aids/>

pt-br

Departamento de HIV, Aids, Tuberculose,

com exposição sexual de risco ao HIV para um eventual episódio de infecção aguda pelos vírus das hepatites A, B e C.No caso de Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico), o trabalhador acidentado deverá ser atendido imediatamente no seu local de trabalho, em conformidade com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição (PEP) de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais (BRASIL, 2018) e em cumprimento à Norma Regulamentadora nº 7 (BRASIL,1978). Neste caso, o trabalhador poderá retirar em uma das unidades abaixo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



		Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis					
--	--	---	--	--	--	--	--

4010	388	PÂMELA CAROLIN E MATIUSC H	<p>Pergunta contraditória e formulada de forma incorreta e pois a pergunta fala sobre profilaxia pós exposição</p> <p>A mesma e sobre pacientes que foram expostos em situações de risco como cita o ministério de Saúde é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como:</p> <p>Violência sexual;</p> <p>Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha);</p> <p>Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico).</p> <p>Sendo que o enunciado deveria estar escrito sobre aO que é a PrEP?</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	10	<p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que, a PEP é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como: Violência sexual. Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha). Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico). A PEP é uma tecnologia inserida no conjunto de estratégias da Prevenção Combinada, cujo principal objetivo é ampliar as formas de intervenção para atender às necessidades e possibilidades de cada pessoa e evitar novas infecções pelo HIV, hepatites virais e outras IST. Como funciona a PEP para o HIV? Como profilaxia para o risco de infecção pelo HIV, a PEP consiste no uso de medicamentos antirretrovirais para reduzir o risco de infecção em situações de exposição ao vírus. Trata-se de uma urgência médica, que deve ser iniciada o mais rápido possível - preferencialmente nas primeiras duas horas após a exposição e no máximo em até 72 horas. A duração da PEP é de 28 dias e a pessoa deve ser acompanhada pela equipe de saúde. Para ter acesso aos medicamentos é necessário que o paciente passe por uma consulta médica em um serviço de pronto atendimento para que o médico avalie se há necessidade ou não de iniciar a PEP. Se constatada a necessidade, o médico deverá preencher o Formulário de Solicitação de Medicamentos - Profilaxia e os medicamentos serão dispensados nos próprios hospitais e UPAS que fazem parte da rede SES DF para um período de 28 dias. Recomenda-se avaliar todo paciente</p>
------	-----	--	--	------------	------------------------------------	----	---

Uma das formas de se prevenir do HIV é a PrEP, a Profilaxia Pré-Exposição. Ela consiste na tomada de comprimidos antes da relação sexual, que permitem ao organismo estar preparado para enfrentar um possível contato com o HIV. A pessoa em PrEP realiza acompanhamento regular de saúde, com testagem para o HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Que se enquadraria na resposta do gabarito letra B

Sendo assim nenhuma das respostas se enquadram na pergunta pois PEP E UTILIZADA APENAS EM POS EXPOSIÇÃO E NAO EM SITUAÇÕES E NÃO ANTES DE QUALQUER SITUAÇÃO EMQUE EXISTA RISCO DE CONTÁGIO.

Questão deve ser anulada.

Referências: <https://www.gov.br/aids/>

pt-br

Departamento de HIV, Aids, Tuberculose,

com exposição sexual de risco ao HIV para um eventual episódio de infecção aguda pelos vírus das hepatites A, B e C.No caso de Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico), o trabalhador acidentado deverá ser atendido imediatamente no seu local de trabalho, em conformidade com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição (PEP) de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais (BRASIL, 2018) e em cumprimento à Norma Regulamentadora nº 7 (BRASIL,1978). Neste caso, o trabalhador poderá retirar em uma das unidades abaixo



		Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis					
--	--	---	--	--	--	--	--

4011	388	PÂMELA CAROLIN E MATIUSC H	<p>Pergunta contraditória e formulada de forma incorreta e pois a pergunta fala sobre profilaxia pós exposição A mesma e sobre pacientes que foram expostos em situações de risco como cita o ministério de Saúde é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como: Violência sexual; Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha); Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico). Sendo que o enunciado deveria estar escrito sobre aO que é a PrEP? Uma das formas de se prevenir do HIV é a PrEP, a Profilaxia Pré-Exposição. Ela consiste na tomada de comprimidos antes da relação sexual, que permitem ao organismo estar preparado para enfrentar um possível contato com o HIV. A pessoa em PrEP realiza acompanhamento regular de saúde, com testagem para o HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Que se enquadraria na resposta do gabarito letra B Sendo assim nenhuma das respostas se enquadram na pergunta pois PEP E UTILIZADA APENAS EM PÓS EXPOSIÇÃO E NAO EM SITUAÇÕES EM QUE EXISTA RISCO</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	10 Recurso não assiste ao recorrente, visto que, a PEP é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como: Violência sexual. Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha). Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico). A PEP é uma tecnologia inserida no conjunto de estratégias da Prevenção Combinada, cujo principal objetivo é ampliar as formas de intervenção para atender às necessidades e possibilidades de cada pessoa e evitar novas infecções pelo HIV, hepatites virais e outras IST. Como funciona a PEP para o HIV? Como profilaxia para o risco de infecção pelo HIV, a PEP consiste no uso de medicamentos antirretrovirais para reduzir o risco de infecção em situações de exposição ao vírus. Trata-se de uma urgência médica, que deve ser iniciada o mais rápido possível - preferencialmente nas primeiras duas horas após a exposição e no máximo em até 72 horas. A duração da PEP é de 28 dias e a pessoa deve ser acompanhada pela equipe de saúde. Para ter acesso aos medicamentos é necessário que o paciente passe por uma consulta médica em um serviço de pronto atendimento para que o médico avalie se há necessidade ou não de iniciar a PEP. Se constatada a necessidade, o médico deverá preencher o Formulário de Solicitação de Medicamentos - Profilaxia e os medicamentos serão dispensados nos próprios hospitais e UPAS que fazem parte da rede SES DF para um período de 28 dias. Recomenda-se avaliar todo paciente
------	-----	--	--	------------	------------------------------------	---

DE CONTÁGIO PELO HIV ISSO É PrEP.

Questão deve ser anulada. Referências:
<https://www.gov.br/aids/pt-br>
Departamento de HIV, Aids, Tuberculose,
Hepatites Virais e Infecções Sexualmente
Transmissíveis

com exposição sexual de risco ao HIV para um eventual episódio de infecção aguda pelos vírus das hepatites A, B e C. No caso de Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico), o trabalhador acidentado deverá ser atendido imediatamente no seu local de trabalho, em conformidade com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição (PEP) de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais (BRASIL, 2018) e em cumprimento à Norma Regulamentadora nº 7 (BRASIL, 1978). Neste caso, o trabalhador poderá retirar em uma das unidades abaixo

4013	388	PÂMELA CAROLIN E MATIUSC H	<p>Pergunta com gabarito errado pois comprimidos não podem ser partidos como cita um artigo que A partição de comprimidos é uma prática controversa no meio da saúde. Mesmo assim, é amplamente difundida, principalmente em tratamentos envolvendo crianças e idosos, para ajustar doses, facilitar a ingestão do medicamento ou baratear o custo do tratamento medicamentoso. Os riscos dessa prática estão relacionados principalmente à imprecisão na dosagem das frações e a problemas de estabilidade no medicamento partido.</p> <p>Além das questões de dosagem, a exposição ambiental do conteúdo interno de comprimidos revestidos pode provocar problemas de estabilidade no medicamento. Há também a possibilidade de intoxicação decorrente do manuseio do comprimido durante o processo de partição, no caso de fármacos tóxicos (como antineoplásicos), por exemplo, e de dano ao trato gástrico com fármacos irritantes. É importante mencionar ainda o risco de danificar mecanismos de liberação modificada que sejam dependentes da integridade dos comprimidos</p> <p>Referencia:Panorama dos aspectos regulatórios que norteiam a partição de</p>	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	20 Recursos assiste parcialmente, pela mundação de gabarito, visto que: (A) Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida. Incorreta.Medicamentos de liberação prolongada (ou de liberação controlada) têm revestimentos ou fórmulas específicas que controlam a liberação do fármaco no organismo ao longo do tempo. Triturá-los ou dividi-los pode comprometer esse mecanismo, levando a picos de concentração no sangue (toxicidade) ou à ineficácia do tratamento por liberação inadequada.Referência:Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Guia para Boas Práticas na Administração de Medicamentos.Fick, D. M., et al. Updating the Beers Criteria for Potentially Inappropriate Medication Use in Older Adults (2019).(B) Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional. Correta.Esse é um dos princípios fundamentais para garantir a rastreabilidade, segurança e continuidade do cuidado ao paciente. O registro detalhado permite:Prevenção de erros: Evita duplicidade ou omissão de doses.Monitoramento: Facilita a análise de efeitos adversos ou falhas terapêuticas.Aspectos legais: Garante que a administração foi feita corretamente, protegendo o profissional de saúde.Referência:Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos (ISMP). Práticas Seguras na Administração de Medicamentos (2020).Potter, P. A., Perry, A. G. Fundamentos de Enfermagem (9ª edição).(C) É fundamental confirmar o nome do paciente e a medicação prescrita, comparando a prescrição com a etiqueta do
------	-----	--	--	----------------------	--	--

comprimidos.

Uma resolução de 2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determina que comprimidos revestidos, medicamentos com liberação controlada, cápsulas, drágeas e pílulas não podem ser partidos. A advertência deve constar na bula dos remédios. É permitida a quebra de comprimidos sulcados e não revestidos. Já as unidades redondas podem romper ou partir de forma não igualitária durante a quebra. A Anvisa recomenda cuidado na partição de comprimidos pequenos, dada a dificuldade de se localizar o meio com exatidão. Outra recomendação ao paciente é que sempre siga a orientação do farmacêutico ou médico antes de partir o remédio

Sendo assim gabarito certo é a letra B como cita um protocolo realizado pelo ministério de saúde

Onde o mesmo refere que identifica os nove acertos na administração segura de medicamentos ao paciente o qual se

medicamento, antes da administração. Parcialmente correta, mas incompleta. Confirmar o nome do paciente e a medicação é um dos 6 Certos da administração segura: paciente certo, medicamento certo, dose certa, via certa, horário certo e documentação correta. No entanto, outros elementos igualmente importantes não foram mencionados, como a dose, a via e o horário da administração. Por isso, a alternativa não é a mais completa. Referência: World Health Organization (WHO). Medication Without Harm - WHO Global Patient Safety Challenge. (D) A avaliação dos sinais vitais do paciente antes da administração de certos medicamentos é essencial para garantir que não haja contraindicações. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora a avaliação dos sinais vitais seja crucial para medicamentos que podem causar alterações significativas, como anti-hipertensivos ou opióides, essa não é uma prática necessária para todos os medicamentos. Além disso, apenas avaliar sinais vitais não cobre todas as etapas da administração segura. Referência: Council of Europe. Creation of a Better Medication Safety Culture in Europe: Building up Safe Medication Practices. (E) A via de administração deve ser rigorosamente seguida conforme prescrito, pois mudanças podem alterar a eficácia e segurança do medicamento. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora seja essencial respeitar a via de administração prescrita, essa prática sozinha não garante a segurança da administração de medicamentos. Outros fatores como dose, horário e paciente correto também precisam ser verificados. Referência: ISMP. Errores en la Administración de Medicamentos y cómo Prevenirlos (2021). Diante disso, procede-se pela mudança de gabarito

enquadra na segurança do paciente que é o tema principal do enunciado

Sendo eles, medicamento certo, via certa, paciente certo, hora certa, dose certa, forma certa, resposta certa e registro certo

Sendo assim a alternativa correta é a letra B .

Referências; Protocolo - Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos.pdf

de letra 'Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida' PARA 'Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional.

4015	388	PÂMELA CAROLIN E MATIUSC H	Por gentileza desconsiderar o recurso da questão 10 pois o gabarito está correto	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	10	Recurso não assiste ao recorrente, visto que, a PEP é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como: Violência sexual. Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha). Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico). A PEP é uma tecnologia inserida no conjunto de estratégias da Prevenção Combinada, cujo principal objetivo é ampliar as formas de intervenção para atender às necessidades e possibilidades de cada pessoa e evitar novas infecções pelo HIV, hepatites virais e outras IST. Como funciona a PEP para o HIV? Como profilaxia para o risco de infecção pelo HIV, a PEP consiste no uso de medicamentos antirretrovirais para reduzir o risco de infecção em situações de exposição ao vírus. Trata-se de uma urgência médica, que deve ser iniciada o mais rápido possível - preferencialmente nas primeiras duas horas após a exposição e no máximo em até 72 horas. A duração da PEP é de 28 dias e a pessoa deve ser acompanhada pela equipe de saúde. Para ter acesso aos medicamentos é necessário que o paciente passe por uma consulta médica em um serviço de pronto atendimento para que o médico avalie se há necessidade ou não de iniciar a PEP. Se constatada a necessidade, o médico deverá preencher o Formulário de Solicitação de Medicamentos - Profilaxia e os medicamentos serão dispensados nos próprios hospitais e UPAS que fazem parte da rede SES DF para um período de 28 dias. Recomenda-se avaliar todo paciente
------	-----	--	--	------------	------------------------------------	----	--

							<p>com exposição sexual de risco ao HIV para um eventual episódio de infecção aguda pelos vírus das hepatites A, B e C.No caso de Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico), o trabalhador acidentado deverá ser atendido imediatamente no seu local de trabalho, em conformidade com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição (PEP) de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais (BRASIL, 2018) e em cumprimento à Norma Regulamentadora nº 7 (BRASIL,1978). Neste caso, o trabalhador poderá retirar em uma das unidades abaixo</p>
--	--	--	--	--	--	--	--

3950	72	PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO	<p>A questão traz o seguinte enunciado:</p> <p>Um servidor público foi acusado de improbidade administrativa ao usar um veículo oficial para fins pessoais durante o expediente. Diante disso, a Administração Pública decidiu instaurar um processo administrativo para apurar a conduta. O assessor jurídico da instituição foi consultado sobre a aplicação das penalidades previstas pela Lei de Improbidade Administrativa. Qual penalidade NÃO pode ser aplicada neste caso?</p> <p>o Gabarito preliminar traz a letra A: Prisão em Regime fechado.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>2 Após análise detalhada da questão, do enunciado e das alegações apresentadas pelos candidatos nos recursos, conclui-se que a alternativa considerada correta pelo gabarito preliminar, 'Prisão em regime fechado', é de fato a única resposta correta, conforme explicado a seguir: O enunciado indaga qual penalidade NÃO pode ser aplicada no caso apresentado, o que requer a análise das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), em consonância com os princípios constitucionais e legais aplicáveis. Análise das alternativas: Prisão em regime fechado A Lei de Improbidade Administrativa não prevê pena de prisão, seja em regime fechado ou qualquer outro, como sanção aplicável aos atos de improbidade administrativa. As penalidades previstas na lei são exclusivamente de natureza civil, administrativa ou política (art. 12 da Lei nº 8.429/92), como a suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, ressarcimento ao erário, multa civil e proibição de contratar com o Poder Público. Assim, essa alternativa é correta como resposta à pergunta sobre a penalidade que NÃO pode ser aplicada. Perda da função pública Essa penalidade está expressamente prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/92, aplicável aos atos de improbidade administrativa, dependendo da gravidade e natureza da conduta (art. 9º, 10 e 11). No caso apresentado, o uso de veículo oficial para fins pessoais pode configurar improbidade administrativa, especialmente se comprovado dolo ou má-fé, o que justificaria a aplicação dessa penalidade. Portanto, essa alternativa está INCORRETA como resposta à pergunta. Ressarcimento ao erário O ressarcimento ao erário é aplicável quando há comprovação de dano</p>
------	----	-------------------------	---	------------	------------------------------------	---

De fato, não cabe prisão.

Mas o enunciado se refere às penalidades previstas na Lei n. 8.429/92.

e a correta seria a alternativa D) PERDA dos direitos políticos por até 8 anos.

A Lei de Improbidade Administrativa não prevê a PERDA dos direitos políticos, mas sim, a SUSPENSÃO dos direitos políticos por até 14 ou até 12 anos (artigo 12).

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:
(Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos

patrimonial ao ente público. No caso em análise, o enunciado não especifica prejuízo ao erário, mas também não o descarta, e a Lei nº 8.429/92 permite o ressarcimento sempre que houver dano (art. 12, caput). Embora o ressarcimento não seja automático, ele continua previsto na lei e sua aplicabilidade depende da demonstração do dano no caso concreto. Assim, essa penalidade é potencialmente aplicável no contexto descrito, o que torna essa alternativa INCORRETA como resposta à pergunta. Perda dos direitos políticos por até 8 anos Essa alternativa apresenta um erro material. A Lei nº 8.429/92 não prevê a 'perda' dos direitos políticos, mas sim sua suspensão, e os prazos variam conforme o tipo de ato de improbidade (art. 12): Até 14 anos para atos que importem enriquecimento ilícito (art. 9º). Até 12 anos para atos que causem dano ao erário (art. 10). Até 4 anos para atos que atentem contra os princípios da administração pública (art. 11). Como o texto da alternativa se refere à 'perda' e menciona o prazo de '8 anos', que não corresponde aos prazos previstos na lei, ela está INCORRETA. Essa imprecisão jurídica reforça a inadequação da alternativa como resposta. Imposição de multa civil A multa civil é uma das penalidades previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/92 e pode ser aplicada cumulativamente às demais sanções, dependendo da gravidade da conduta. No caso descrito, o uso de veículo oficial para fins pessoais pode ensejar a aplicação dessa sanção. Assim, essa alternativa está INCORRETA como resposta à pergunta. Análise dos argumentos apresentados nos recursos: Sobre a alegação de que a alternativa 'Perda dos direitos políticos por até 8 anos' também seria correta: Essa alegação não procede, pois há

bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - na hipótese do art. 10 desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

erro técnico na alternativa. A Lei de Improbidade Administrativa prevê a suspensão, e não a perda, dos direitos políticos, com prazos de até 14 ou 12 anos, conforme o tipo de improbidade. O uso do termo 'perda' invalida a alternativa como juridicamente correta. Sobre a alegação de que a alternativa 'Ressarcimento ao erário' também seria correta: Embora o enunciado não mencione expressamente dano patrimonial, o ressarcimento ao erário é uma penalidade aplicável em atos de improbidade, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 8.429/92. A inexistência de dano, no caso concreto, seria matéria de defesa, mas a penalidade permanece prevista na lei, tornando a alternativa incorreta como resposta à pergunta. Sobre a alegação de que a questão comporta mais de uma resposta correta: O enunciado é claro ao indagar qual penalidade NÃO pode ser aplicada, e apenas uma alternativa é juridicamente incompatível com a Lei de Improbidade Administrativa: a prisão em regime fechado. As demais alternativas, ainda que questionáveis em detalhes, não apresentam incompatibilidade legal direta. Conclusão: Diante dos argumentos apresentados pela banca, a alternativa 'Prisão em regime fechado' permanece como a única correta, pois essa penalidade não está prevista na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). As demais alternativas correspondem a penalidades aplicáveis, direta ou indiretamente, ao caso descrito, ainda que dependam de análise do caso concreto. A questão está mantida.

			<p>Trata-se de erro crasso confundir a perda dos direitos com a suspensão dos direitos políticos.</p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

			<p>Por isso, a alternativa D também é correta, e a pontuação deve ser atribuída ao candidato.</p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

3951	72	PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO	<p>A questão 4 traz a seguinte situação:</p> <p>Durante uma execução fiscal, uma empresa devedora</p> <p>teve bens penhorados para garantir o pagamento do</p> <p>débito. Contudo, a empresa questiona judicialmente a</p> <p>validade da penhora, alegando que o bem penhorado é indispensável para suas atividades. Nesse caso, o</p> <p>assessor jurídico deve recomendar qual ação para</p> <p>proteger os direitos da empresa?</p> <p>A Banca trouxe o gabarito letra C) Exceção de Pré Executividade.</p> <p>Todavia, a questão deve ser anulada.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>4 Após análise detalhada do enunciado, das alternativas e das argumentações apresentadas pelos candidatos, conclui-se que a alternativa apontada pelo gabarito preliminar como correta, 'Exceção de Pré-Executividade', é a resposta adequada, conforme explicado a seguir. A questão aborda a situação de uma empresa devedora que, no âmbito de uma execução fiscal, questiona a validade da penhora de bens, alegando que o bem é indispensável para suas atividades. A questão exige identificar o meio processual apropriado para proteger os direitos da empresa nessa situação. Análise da alternativa 'Exceção de Pré-Executividade': A Exceção de Pré-Executividade é um instrumento processual reconhecido na jurisprudência (Súmula 393 do STJ) como cabível na fase de execução, permitindo ao devedor discutir questões de ordem pública sem a necessidade de garantia do juízo ou embargos à execução. Embora seja uma criação jurisprudencial, é amplamente aceita e aplicada na prática jurídica, especialmente para tratar de matérias como: Ilegitimidade passiva. Nulidade do título executivo. Prescrição ou decadência. Impenhorabilidade de bens, desde que não exija dilação probatória. No caso apresentado, a empresa alega a impenhorabilidade do bem por ser indispensável às suas atividades. Essa questão pode ser discutida na Exceção de Pré-Executividade se houver prova documental suficiente no momento da apresentação, como certidões, documentos fiscais ou registros que demonstrem a indispensabilidade. Assim, a alternativa está correta, pois é um instrumento jurídico cabível na hipótese descrita, dependendo do caso concreto. Análise das demais alternativas: Mandado de Segurança: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o</p>
------	----	-------------------------	---	------------	------------------------------------	---

Primeiro, porque a Exceção de Pré Executividade não tem previsão na Lei 6830/80. É uma criação Jurisprudencial, e cuja matéria não consta do conteúdo programático, e por isso, não poderia ser cobrada.

Segundo, é pacífico o entendimento de que a exceção de pré executividade só é cabível para discutir questões de ordem pública, desde que não demandem dilação probatória.

E a alegação de impenhorabilidade demanda dilação probatória, não sendo conhecível de plano. Questão de fato.

Tal instituto somente é cabível nas hipóteses em que se discute algum vício de matéria de ordem pública (ilegitimidade passiva, ausência de pressuposto processual, causas suspensivas de exigibilidade ou extintivas do crédito), prescrição e decadência, desde que sejam matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória (súmula 393

Mandado de Segurança possa ser utilizado para proteger direito líquido e certo contra ato de autoridade pública (art. 5º, LXIX, da CF e Lei 12.016/2009), ele não é o meio processual adequado no contexto descrito, pois a empresa já está no curso de um processo executivo, onde há meios próprios para discutir a penhora (como Exceção de Pré-Executividade ou Embargos à Execução). O Mandado de Segurança não substitui recursos ou ações cabíveis dentro do processo. Habeas Corpus: Essa alternativa está INCORRETA. O Habeas Corpus é um remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção contra coação ilegal (art. 5º, LXVIII, da CF). Não tem aplicação em situações envolvendo penhoras ou execução fiscal. Ação Rescisória: Essa alternativa está INCORRETA. A Ação Rescisória é cabível para desconstituir sentenças de mérito transitadas em julgado (art. 966 do CPC). No caso apresentado, não há decisão transitada em julgado, mas sim uma discussão sobre a penhora no curso de uma execução fiscal. Agravo de Instrumento: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o Agravo de Instrumento seja um recurso cabível contra decisões interlocutórias que versem sobre a penhora (art. 1.015, CPC), ele não é aplicável na hipótese descrita, pois o enunciado não menciona uma decisão judicial que mantenha ou rejeite a penhora, mas sim o questionamento inicial da empresa. O Agravo de Instrumento é utilizado quando já há uma decisão judicial, o que não é o caso apresentado. Análise dos argumentos dos recursos: 'A impenhorabilidade exige dilação probatória, o que inviabilizaria a Exceção de Pré-Executividade': A aplicabilidade da Exceção de Pré-Executividade depende da existência de elementos

do STJ).

Fonte:

<https://www.migalhas.com.br/depeso/371921/excecao-de-pre-executividade-admissibilidade-prazos-e-recursos>

A resposta correta para discutir a impenhorabilidade seria os embargos à penhora ou embargos à execução, que não estão listados nas alternativas.

Por isso, também deveria ser considerada correta a alternativa 'D' AGRAVO DE INSTRUMENTO, que seria um recurso adequado, nos termos do artigo 1.015, parágrafo único do CPC:

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

(...)

probatórios suficientes no momento da arguição. Se a indispensabilidade do bem puder ser demonstrada por documentos juntados de plano, o instrumento é cabível. O enunciado da questão não exclui a possibilidade de prova documental prévia, o que torna a Exceção de Pré-Executividade um meio válido no contexto descrito. 'O Agravo de Instrumento seria a alternativa correta': O Agravo de Instrumento é cabível contra decisões interlocutórias, mas o enunciado não descreve a existência de decisão judicial específica sobre a penhora, apenas menciona o questionamento inicial da empresa, o que inviabiliza o uso do Agravo de Instrumento. 'A questão apresenta ambiguidade ou falta de clareza no enunciado': O enunciado é suficientemente claro ao indicar o cenário de execução fiscal e o questionamento da empresa sobre a penhora. Ele pede a ação ou meio processual apropriado, e a Exceção de Pré-Executividade se enquadra como o instrumento mais adequado no caso descrito. Conclusão: Diante dos argumentos apresentados pela banca, conclui-se que a alternativa 'Exceção de Pré-Executividade' é a única correta, pois está de acordo com a jurisprudência consolidada (Súmula 393 do STJ) e é aplicável na hipótese descrita no enunciado, desde que haja elementos probatórios suficientes para sustentar a alegação de impenhorabilidade. A questão está mantida.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

Por isso a questão deverá ser anulada, com a atribuição de pontos ao candidato, ou, alternativamente, também ser considerada correta a letra D.

3952	72	PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO	<p>A questão traz o seguinte teor:</p> <p>Em um contrato de prestação de serviços, foi acordado</p> <p>que, em caso de descumprimento de qualquer das</p> <p>partes, a multa contratual seria de 20% do valor total do</p> <p>contrato. Ocorre que uma das partes descumpriu o</p> <p>contrato e, ao ser cobrada judicialmente, argumentou</p> <p>que a multa é abusiva. O assessor jurídico foi consultado</p> <p>para opinar sobre a legalidade da cláusula penal. Qual é</p> <p>o entendimento correto?</p> <p>O gabarito preliminar é:</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>14</p> <p>O enunciado aborda a cláusula penal em contratos, com destaque para a legalidade de uma multa pactuada em 20% do valor total em caso de descumprimento. O Código Civil, em seus artigos 408 a 416, regula essa matéria, permitindo a estipulação de cláusulas penais pelas partes contratantes, desde que respeitados limites legais e princípios fundamentais. A autonomia da vontade é o princípio que rege as relações contratuais, permitindo às partes estabelecer cláusulas específicas, como a penalidade em caso de descumprimento. No entanto, a legislação também prevê mecanismos de controle para evitar abusos, como a possibilidade de revisão judicial quando a multa for manifestamente excessiva, conforme o artigo 413 do Código Civil. Análise das alternativas: A multa estipulada pelas partes é válida, desde que respeite a autonomia contratual e não seja considerada excessiva ou desproporcional. O Código Civil admite a redução judicial da multa apenas em situações específicas, como cumprimento parcial da obrigação ou manifesta abusividade. Contudo, o enunciado não apresenta elementos que comprovem ou indiquem abusividade, mas apenas uma argumentação unilateral da parte descumpridora. Não existe norma que limite a cláusula penal a um percentual fixo, como 10% ou 50% do valor do contrato. O percentual pactuado deve ser avaliado à luz do caso concreto e da proporcionalidade, sendo que a validade da cláusula penal acordada entre as partes prevalece até eventual decisão judicial em sentido contrário. Conclusão: A cláusula penal estipulada em 20% do valor do contrato é válida, pois foi acordada entre as partes, e sua revisão ou redução depende de análise judicial específica. Não há elementos no enunciado que</p>
------	----	-------------------------	--	------------	------------------------------------	--

(B) A multa é válida, desde que acordada entre as partes.

Todavia, a alternativa correta é a letra 'D': A multa é inválida, pois deve ser proporcional ao prejuízo.

Trata-se de discussão judicial sobre a cláusula penal, e isso deve ser alegado pelo assessor jurídico, com base no artigo do Código Civil.

Art. 413. A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

Como a cláusula penal foi estipulada sobre o

levem à presunção de abusividade ou desproporção. A resposta está correta e alinhada com os princípios e normas aplicáveis. A questão está mantida.

valor do contrato e o serviço foi prestado parcialmente, incide o art. 413 do Código Civil.

No Código Civil de 2002, em seu artigo 413, foi reforçada a orientação de que a fixação da multa não pode ficar indistintamente apenas ao alvedrio dos contratantes, impondo-se ao juiz o dever de reduzir equitativamente a multa nas hipóteses de cumprimento parcial da obrigação e/ou quando o seu valor for abusivo.

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-01/gleydson-oliveira-limites-legais-clausula-penal/>

Ainda:

O art. 413 do Código Civil possibilita a redução equitativa da cláusula penal quando a obrigação principal tiver sido cumprida em parte ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, considerando a natureza e a finalidade do negócio. 3. É excessivo o percentual de 10% (dez por

cento) sobre o valor total do contrato a título de multa penal, máxime quando a sanção supera o valor total das obrigações assumidas entre adquirente e anuente do negócio, devendo ser reduzido e limitado, para que não ocorra o enriquecimento da parte que a recebe.”

Acórdão 1623162, 07403037920198070001,
Relator: FÁTIMA RAFAEL, Terceira Turma
Cível, data de julgamento: 5/10/2022,
publicado no DJE: 18/10/2022.

Requer, assim, seja considerada correta a letra 'D', atribuindo-se a pontuação ao candidato.

4002	480	ROBERT O CARLOS DA SILVA	<p>Solicito a revisão da questão que trata do relatório contábil responsável por demonstrar a movimentação de recursos financeiros em um período orçamentário. O gabarito preliminar indica a alternativa (E) Balanço Financeiro como correta, porém, essa resposta não condiz com a descrição fornecida no enunciado.</p> <p>O Balanço Financeiro, conforme disposto na Lei nº 4.320/64, é um relatório utilizado exclusivamente no setor público para demonstrar as disponibilidades financeiras e sua movimentação, incluindo receitas orçamentárias e extraorçamentárias. Entretanto, o enunciado refere-se a 'organização' de forma genérica, sem delimitar se se trata de uma entidade pública ou privada. No contexto privado, a movimentação financeira seria tratada na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), enquanto no setor público o termo é mais bem abordado por outros instrumentos, como o Balanço Orçamentário.</p> <p>Além disso, o Balanço Patrimonial (alternativa B), embora tradicionalmente não seja utilizado para registrar movimentações</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	2	<p>O Balanço financeiro é um relatório contábil que demonstra a movimentação de recursos financeiros de uma organização durante um determinado período, incluindo receitas e despesas orçamentárias, entradas e saídas extraorçamentárias, e os saldos de caixa. Ele reflete a situação financeira da organização, mostrando as variações nos recursos financeiros disponíveis. Portanto a resposta correta é 'Balanço financeiro'.</p>
------	-----	--------------------------	--	------------	------------------------------------	---	---

financeiras em si, também pode ser entendido como uma ferramenta essencial para a análise da situação patrimonial e financeira de uma organização, funcionando como uma “fotografia” de sua situação em um momento específico, conforme mencionado no enunciado.

Dessa forma, a questão apresenta ambiguidade em seu enunciado, com descrições que não condizem precisamente com nenhuma das alternativas apresentadas, tornando válida a solicitação de:

Anulação da questão, ou;

Alteração do gabarito para alternativa B, por melhor se alinhar à ideia de 'fotografia' da situação financeira mencionada no enunciado.

4003	480	ROBERT O CARLOS DA SILVA	<p>Solicito a revisão da questão, cujo gabarito preliminar aponta a alternativa (D) como correta. Essa resposta apresenta inconsistências que justificam a anulação da questão ou a alteração do gabarito para a alternativa (B).</p> <p>Conforme descrito no enunciado, a avaliação patrimonial visa determinar o valor de bens e direitos de uma organização, com base em normas técnicas e princípios contábeis, e possui objetivos específicos. No entanto, o item 'Tratar questões societárias entre sócios' (terceiro item da lista) não pode ser considerado verdadeiro no contexto dos objetivos da avaliação patrimonial para finalidade contábil. Questões societárias, como disputas entre sócios, estão fora do escopo contábil direto e são resolvidas principalmente no âmbito jurídico, embora possam utilizar avaliações patrimoniais como suporte técnico. Portanto, marcar esse item como 'Verdadeiro' é incorreto.</p> <p>Adicionalmente, o item 'Realizar cisões, incorporações e fusões de empresas' (último item) não pode ser considerado um objetivo primário da avaliação patrimonial para fins</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>5 A avaliação patrimonial tem como um dos objetivos garantir que os bens e direitos da empresa sejam registrados corretamente, conforme as normas fiscais e contábeis, atendendo às exigências legais. (portanto verdadeiro) Sobre o item II, a avaliação patrimonial também pode ser usada em perícias contábeis, principalmente quando há necessidade de determinar o valor de ativos para resolver disputas jurídicas ou outras questões formais. (portanto verdadeiro) O terceiro item III, a avaliação patrimonial tem a finalidade de determinar o valor dos bens e direitos de uma empresa ou organização, e essa informação é relevante em diversas situações, incluindo questões societárias entre sócios. Por exemplo: Quando há a dissolução de uma sociedade ou a saída de um sócio, é necessária a avaliação patrimonial para determinar o valor da participação do sócio na empresa. Nesse caso, a avaliação patrimonial ajuda a definir o valor dos bens e direitos da empresa, de modo a garantir uma divisão justa do patrimônio entre os sócios remanescentes e o sócio que está saindo. ou quando há a entrada ou saída de sócios ou mudança na porcentagem de participação, a avaliação patrimonial é fundamental para calcular o valor das quotas ou ações, e como isso impacta a sociedade. Portanto, a avaliação patrimonial tem, sim, um papel importante em questões societárias entre sócios, como na definição de valores de participação, disputas sobre bens e acordos financeiros. e o último item, a avaliação patrimonial é essencial em processos de cisão, incorporação e fusão de empresas, pois determina o valor dos ativos e passivos envolvidos nesses processos, garantindo uma divisão justa e precisa</p>
------	-----	--------------------------	--	------------	------------------------------------	--

contábeis, mas sim uma aplicação eventual da análise patrimonial no contexto societário. Assim, atribuir 'Verdadeiro' a esse item desvirtua a lógica da avaliação patrimonial como descrita no enunciado.

Por outro lado, a alternativa (B) reflete melhor os objetivos prioritários da avaliação patrimonial, considerando o cumprimento das exigências fiscais e contábeis, bem como sua aplicação em perícias, enquanto questões societárias e reorganizações empresariais são secundárias e condicionais.

Dessa forma, solicito:

A anulação da questão, em razão da imprecisão do enunciado e da formulação das opções de resposta; ou

A alteração do gabarito para a alternativa (B), que melhor atende à descrição apresentada no contexto da avaliação patrimonial.

dos bens. portanto verdadeiro. Resposta correta sequência V; V; V; V;

4004	480	ROBERT O CARLOS DA SILVA	<p>Solicito revisão da questão, em razão de inconsistências que justificam a anulação da questão ou a alteração do gabarito para a alternativa (E).</p> <p>O item I apresenta um erro conceitual ao afirmar que a atualização monetária é aplicada para 'ajustar os valores dos componentes patrimoniais, de modo a manter a correção dos valores das transações originais'. O Princípio da Atualização Monetária não se destina a ajustar os valores das transações originais para 'manter a correção' de seus valores. Sua aplicação não altera ou 'corrige' o valor histórico das transações originais.</p> <p>Esse princípio atua para refletir, nos saldos patrimoniais e nas demonstrações financeiras, os efeitos das variações no poder aquisitivo da moeda. Assegurando que estejam atualizados de acordo com a realidade econômica do período.</p> <p>Isso não se confunde com “correção de valores de transações originais”, que devem</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	6	<p>O Princípio da Atualização Monetária busca ajustar os valores dos componentes patrimoniais para refletir a variação no poder aquisitivo da moeda, garantindo que os registros contábeis mantenham sua relevância e precisão ao longo do tempo. Portanto este item está correto. Sobre o item II, a atualização monetária é uma nova avaliação dos valores originais, levando em consideração a inflação ou outras variações econômicas que impactam o valor da moeda. Isso é feito em uma data específica para refletir a situação econômica no momento. (correto também)III. A atualização monetária geralmente é feita utilizando-se de indexadores econômicos, como índices de preços ou outros indicadores, que medem a variação do poder aquisitivo da moeda durante um período.(correto também)Portanto a resposta correta é 'Os itens I, II e III estão corretos'.</p>
------	-----	--------------------------	---	------------	------------------------------------	---	--

ser fielmente registradas.

Dessa forma, espera-se a alteração do gabarito para apontar, como correta, a alternativa (E) Apenas os itens II e III estão corretos. Subsidiariamente, caso a banca entenda que os itens apresentam ambiguidades que possam confundir o candidato, espera-se a anulação da questão.

4005	480	ROBERT O CARLOS DA SILVA	<p>Solicito revisão da questão 10, em razão de inconsistências que justificam a sua anulação.</p> <p>O enunciado da questão descreve atividades de 'registro e controle de propriedade, transferências de ativos e alterações de dados cadastrais', o que pode ser interpretado de duas formas: tanto como um processo de escrituração de ativos, que envolve o controle de bens e valores, quanto como um processo de formalização, que abrange o registro formal de transferências e alterações cadastrais.</p> <p>A alternativa (D) 'Escrituração de formalização' é uma resposta igualmente viável, pois envolve o registro de eventos formais relacionados a transferências de propriedade e alterações cadastrais, conceitos diretamente ligados à descrição apresentada no enunciado. Assim, a alternativa (D) também poderia ser considerada correta, tornando a alternativa (B) como única resposta correta uma interpretação restrita e que não contempla completamente o conteúdo da questão.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	10	A escrituração de ativos envolve o registro e controle de todos os bens e direitos pertencentes à empresa, como propriedades, equipamentos, investimentos, entre outros. Esse tipo de escrituração é responsável pelo controle de transferências de ativos, alterações nos dados cadastrais e qualquer mudança relevante que envolva os bens da organização, incluindo a aquisição, venda, depreciação, e outros aspectos relacionados. As outras alternativas se referem a tipos de escrituração com finalidades específicas, mas a escrituração de ativos é a que está diretamente associada ao controle e registro de propriedade, transferências de ativos e alterações cadastrais. Portanto a única resposta correta é a 'escrituração de ativos '
------	-----	-----------------------------------	--	------------	------------------------------------	----	---



			<p>Dessa forma, considerando a existência de duas alternativas corretas, solicita-se a anulação da questão.</p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

4006	480	ROBERT O CARLOS DA SILVA	<p>Solicito revisão do gabarito preliminar da questão, considerando que o balancete contém, sim, informações bancárias, como saldos de contas bancárias da empresa (saldos de caixa).</p> <p>Conforme Norma Brasileira de Contabilidade disponível no sítio eletrônico do CFC (https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBCT_2.pdf), “o balancete de verificação do razão é a relação de contas, com seus respectivos saldos, extraída dos registros contábeis em determinada data”. Além disso, referida NBC relaciona como elementos mínimos do balancete, entre outros, “identificação das contas e respectivos grupos” e “saldos das contas, indicando se devedores ou credores”.</p> <p>Dessa forma, considerando que o balancete deve refletir todos os saldos das contas contábeis, incluindo as relacionadas a movimentações bancárias, fica claro que os saldos de contas bancárias da empresa estão inclusos no balancete de verificação, como parte das informações contábeis essenciais.</p>	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	11	Na verdade, 'informações bancárias' são normalmente inclusas no balancete. Isso porque o saldo bancário de contas da empresa é uma conta patrimonial que deve ser registrada para que a situação financeira da empresa seja corretamente refletida no balancete. O balancete inclui os saldos de contas bancárias, que estão entre os ativos da empresa, e esses saldos precisam ser verificados periodicamente para garantir a acuracidade dos registros contábeis. Deferido. Gabarito alterado. Resposta correta V; V; F; F;
------	-----	--------------------------	--	-------------------	------------------------------------	----	--

Portanto, a alternativa (A) 'V, V, F, F' é a correta, pois o balancete, além de apresentar o valor dos estoques, pode sim conter informações sobre as contas bancárias da empresa, o que torna a alternativa (C) incorreta.

Em vista disso, peço a revisão do gabarito preliminar, sugerindo que seja alterado para a alternativa (A), ou, caso contrário, a anulação da questão, uma vez que a inclusão das 'informações bancárias' no balancete pode ser uma interpretação válida e relevante.

4007	480	ROBERT O CARLOS DA SILVA	<p>Solicito a revisão do gabarito preliminar da questão 17, em razão de inconsistência na interpretação do enunciado e das alternativas.</p> <p>O enunciado menciona que a contabilidade 'mensura e valoriza os ativos e passivos institucionais'; Ora, a apuração de resultados envolve a determinação do valor dos bens e direitos (ativos) e das obrigações (passivos); e, a partir desses cálculos, é gerado o resultado final da empresa, ou seja, o lucro ou prejuízo.</p> <p>Portanto, a alternativa (B) Apuração de resultados reflete com precisão a função contábil descrita no enunciado, pois, ao apurar resultados, a contabilidade está utilizando a mensuração e valorização de ativos e passivos para calcular e apresentar o desempenho financeiro da empresa.</p> <p>Aliás, não se deve conceber 'valoração e mensuração' como atividades contábeis isoladas. A mensuração e valorização dos ativos e passivos não são processos</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	17	<p>A função contábil relacionada à mensuração e valorização dos ativos e passivos institucionais é a 'valoração e mensuração' pois essa alternativa está diretamente ligada à atividade de atribuição de valores aos ativos (bens e direitos) e passivos (obrigações) de uma instituição, o que é uma das principais funções da contabilidade no contexto organizacional. Portanto o gabarito oficial está correto. 'valoração e mensuração' .Indeferido.</p>
------	-----	--------------------------	--	------------	------------------------------------	----	---

autônomos ou finais da contabilidade, mas fazem parte de um processo maior, que tem como objetivo a apuração de resultados.

Dessa forma, espera-se a alteração do gabarito preliminar de 'D' para 'B', ou, subsidiariamente, a anulação da questão, pois a associação entre mensuração e valorização e a apuração de resultados é plausível dentro do contexto apresentado.

3971	63	RODRIG O SUPTIL DA SILVA	<p>Deve ser anulada pois pediu qual 'ação' e exceção não é ação, é meio de defesa atípica.</p> <p>Também deve ser anulada pois não cabe exceção de pre executividade para questionar penhora, conforme pacífica jurisprudencia do STJ:</p> <p>PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PENHORA DE ATIVOS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEGALIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA E EXCESSO DE EXECUÇÃO. EXAME DE PROVA. INADMISSIBILIDADE.</p> <p>1. Tendo o recurso sido interposto contra decisão publicada na vigência do Código de Processo Civil de 2015, devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele previsto, conforme Enunciado Administrativo n. 3/2016/STJ.</p> <p>2. Quanto à tese de divergência jurisprudencial, o recurso não pode ser conhecido porque a parte não especifica qual dispositivo legal seria objeto da divergência jurisprudencial, ao tempo em que a situação fática contida no acórdão recorrido não</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>4 Após análise detalhada do enunciado, das alternativas e das argumentações apresentadas pelos candidatos, conclui-se que a alternativa apontada pelo gabarito preliminar como correta, 'Exceção de Pré-Executividade', é a resposta adequada, conforme explicado a seguir. A questão aborda a situação de uma empresa devedora que, no âmbito de uma execução fiscal, questiona a validade da penhora de bens, alegando que o bem é indispensável para suas atividades. A questão exige identificar o meio processual apropriado para proteger os direitos da empresa nessa situação. Análise da alternativa 'Exceção de Pré-Executividade': A Exceção de Pré-Executividade é um instrumento processual reconhecido na jurisprudência (Súmula 393 do STJ) como cabível na fase de execução, permitindo ao devedor discutir questões de ordem pública sem a necessidade de garantia do juízo ou embargos à execução. Embora seja uma criação jurisprudencial, é amplamente aceita e aplicada na prática jurídica, especialmente para tratar de matérias como: Ilegitimidade passiva. Nulidade do título executivo. Prescrição ou decadência. Impenhorabilidade de bens, desde que não exija dilação probatória. No caso apresentado, a empresa alega a impenhorabilidade do bem por ser indispensável às suas atividades. Essa questão pode ser discutida na Exceção de Pré-Executividade se houver prova documental suficiente no momento da apresentação, como certidões, documentos fiscais ou registros que demonstrem a indispensabilidade. Assim, a alternativa está correta, pois é um instrumento jurídico cabível na hipótese descrita, dependendo do caso concreto. Análise das demais alternativas: Mandado de Segurança: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o</p>
------	----	--------------------------	---	------------	------------------------------------	---

revela a ocorrência de divergência com os precedentes apontados como paradigmas.

3. Conforme pacífica orientação jurisprudencial deste Tribunal Superior, o deferimento da recuperação judicial não importa em suspensão do processo executivo fiscal nem impede eventual penhora do patrimônio da sociedade empresária, por determinação do juízo da execução fiscal; a constrição, porém, deverá ser mantida ou substituída pelo juízo especializado da recuperação judicial, mediante cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 do CPC/2015.

Precedentes. Observância da Súmula 83 do STJ.

4. No que se refere à incidência aos juros moratórios e à multa de mora, o conhecimento do recurso encontra óbice nas Súmulas 7 do STJ e 282 do STF, pois, além da ausência de prequestionamento do artigo de lei tido por violado, eventual conclusão em sentido contrário àquela do acórdão recorrido dependeria do reexame do acervo probatório.

5. Nos termos de pacífico entendimento jurisprudencial, 'a exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos

Mandado de Segurança possa ser utilizado para proteger direito líquido e certo contra ato de autoridade pública (art. 5º, LXIX, da CF e Lei 12.016/2009), ele não é o meio processual adequado no contexto descrito, pois a empresa já está no curso de um processo executivo, onde há meios próprios para discutir a penhora (como Exceção de Pré-Executividade ou Embargos à Execução). O Mandado de Segurança não substitui recursos ou ações cabíveis dentro do processo. Habeas Corpus: Essa alternativa está INCORRETA. O Habeas Corpus é um remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção contra coação ilegal (art. 5º, LXVIII, da CF). Não tem aplicação em situações envolvendo penhoras ou execução fiscal. Ação Rescisória: Essa alternativa está INCORRETA. A Ação Rescisória é cabível para desconstituir sentenças de mérito transitadas em julgado (art. 966 do CPC). No caso apresentado, não há decisão transitada em julgado, mas sim uma discussão sobre a penhora no curso de uma execução fiscal. Agravo de Instrumento: Essa alternativa está INCORRETA. Embora o Agravo de Instrumento seja um recurso cabível contra decisões interlocutórias que versem sobre a penhora (art. 1.015, CPC), ele não é aplicável na hipótese descrita, pois o enunciado não menciona uma decisão judicial que mantenha ou rejeite a penhora, mas sim o questionamento inicial da empresa. O Agravo de Instrumento é utilizado quando já há uma decisão judicial, o que não é o caso apresentado. Análise dos argumentos dos recursos: 'A impenhorabilidade exige dilação probatória, o que inviabilizaria a Exceção de Pré-Executividade': A aplicabilidade da Exceção de Pré-Executividade depende da existência de elementos

simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja:

(a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória' (REsp n. 1.110.925/SP, relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 22/4/2009, DJe de 4/5/2009).

6. Considerado o teor do acórdão recorrido, que se limitou à rejeição da exceção de pré-executividade em razão da necessidade de dilação probatória, o conhecimento do recurso encontra óbice nas Súmulas 7 do STJ e 282 do STF, quanto à pretensão relacionada à incidência dos juros moratórios entre o pedido de adesão ao parcelamento e a consolidação dos débitos.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 2.053.490/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 21/8/2023, DJe de 24/8/2023.)

probatórios suficientes no momento da arguição. Se a indispensabilidade do bem puder ser demonstrada por documentos juntados de plano, o instrumento é cabível. O enunciado da questão não exclui a possibilidade de prova documental prévia, o que torna a Exceção de Pré-Executividade um meio válido no contexto descrito.'O Agravo de Instrumento seria a alternativa correta':O Agravo de Instrumento é cabível contra decisões interlocutórias, mas o enunciado não descreve a existência de decisão judicial específica sobre a penhora, apenas menciona o questionamento inicial da empresa, o que inviabiliza o uso do Agravo de Instrumento.'A questão apresenta ambiguidade ou falta de clareza no enunciado':O enunciado é suficientemente claro ao indicar o cenário de execução fiscal e o questionamento da empresa sobre a penhora. Ele pede a ação ou meio processual apropriado, e a Exceção de Pré-Executividade se enquadra como o instrumento mais adequado no caso descrito.Conclusão:Diante dos argumentos apresentados pela banca, conclui-se que a alternativa 'Exceção de Pré-Executividade' é a única correta, pois está de acordo com a jurisprudência consolidada (Súmula 393 do STJ) e é aplicável na hipótese descrita no enunciado, desde que haja elementos probatórios suficientes para sustentar a alegação de impenhorabilidade.A questão está mantida.

3976	94	RUBIA TATIANA DE MORAES RAMPIN ELLI	<p>Na entrega das provas, foram misturadas as provas, motorista II, Motorista carga pesada, leve, no qual o minha inscrição era para motorista II gabarito me entregaram correto mas as perguntas era de cargas pesadas.</p> <p>Eu não fiz a prova que estava eu estava inscrita e sim outra que eu não tenho conhecimento... ou seja me entregaram a prova errada..</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	1	Conforme as informações gerais do Caderno de Provas era obrigatoriedade do candidato conferir seu cargo no Caderno de Questões e no Cartão de Respostas.
------	----	--	--	------------	------------------------------------	---	--

3962	346	SOLON GABRIEL BEUREN CORDOV A	<p>Pelos motivos e fundamentos que colocarei a seguir, a questão 4 não possui resposta correta.</p> <p>Em resumo, a alternativa 'A' que seria o Gabarito traz que a DM2 pode se desenvolver em indivíduos com função normal da insulina, porém com um defeito severo na secreção. Sabe-se que, pela fisiopatologia da doença, a diminuição da secreção da insulina da DM 2 ocorre após um aumento na sua produção em decorrência ao aumento da resistência a sua ação. Desta maneira, a alternativa na sua afirmação está incorreta. Segue melhor explicado:</p> <p>1. Características Fisiopatológicas do Diabetes Mellitus Tipo 2 (DM2)</p> <p>O DM2 é uma condição metabólica complexa caracterizada por:</p> <p>Resistência à insulina: Diminuição da capacidade dos tecidos periféricos (músculo</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	4 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:baseando-se na análise das alternativas fornecidas na questão e na descrição padrão dos diferentes tipos de diabetes, é apropriado anular a questão por não apresentar uma alternativa corretamente formulada que esteja em consonância com o conhecimento médico estabelecido sobre o diabetes. As alternativas fornecidas contêm imprecisões significativas ou descrições que não correspondem exatamente aos tipos de diabetes especificados.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.
------	-----	---	---	--------------------	--	--

esquelético, fígado e tecido adiposo) de responder à insulina. Este é o fator inicial mais comum no desenvolvimento do DM2, que precede o declínio da secreção de insulina.

Disfunção das células beta pancreáticas: O pâncreas inicialmente compensa a resistência à insulina por meio de hiperinsulinemia. Com o tempo, ocorre exaustão das células beta, resultando em secreção inadequada de insulina.

Erro na Alternativa A

A alternativa afirma que o diabetes tipo 2 ocorre em indivíduos com “função normal da insulina”, mas com “defeito severo na secreção”. Este conceito está desatualizado e contradiz as evidências científicas modernas. No DM2:

1. A função da insulina não é normal, mesmo nos estágios iniciais da doença, devido à resistência nos tecidos periféricos.

2. O 'defeito severo na secreção' só ocorre em estágios avançados, após exaustão prolongada das células beta, e não é o mecanismo inicial da doença.

2. Diretrizes Atualizadas

Segundo a American Diabetes Association (ADA) Standards of Medical Care in Diabetes 2024 e o Global Guideline for Type 2 Diabetes

(IDF):

A resistência à insulina é o marco inicial do DM2, enquanto a disfunção das células beta ocorre progressivamente.

A hiperinsulinemia inicial é uma tentativa compensatória de superar a resistência, mas eventualmente há falha compensatória.

O conceito de “função normal da insulina” descrito na alternativa não se aplica ao DM2.

Referência Direta:

ADA Standards of Medical Care in Diabetes 2024, Seção 2: Classificação e Diagnóstico do Diabetes:

'A resistência à insulina desempenha um



		<p>papel central no início do diabetes tipo 2, enquanto o declínio progressivo na secreção de insulina contribui para a hiperglicemia em estágio avançado.'</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

4032	447	STEFANY LUIZE RODRIG UES CHAGAS	<p>Na questão 21, após a citação de um trecho do texto, é solicitado: 'Com base na afirmação do autor no trecho acima e no contexto geral do texto, analise as seguintes afirmativas:'</p> <p>No Gabarito preliminar a alternativa correta é a b) apenas I e II;</p> <p>Porém, verifica-se, pelo contexto geral do texto, que o item III também está correto, pois em diversas partes é citado que para certas doenças o tratamento é essencial para um melhora eficiente, não apenas a mudança do estilo de vida; tendo em vista que o autor se intitula médico, e cita doenças graves, como por exemplo a depressão, a inferência do descrito no Ítem III é perfeitamente possível, de que 'Alguns problemas de saúde mental podem exigir</p> <p>intervenções mais intensas, como terapia intensiva ou</p> <p>tratamento médico, ao invés de apenas mudanças no</p> <p>estilo de vida.' Pois o tratamento é citado no texto, sendo a terapia intensiva um dos tratamentos utilizados para casos graves de depressão.</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	<p>21 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:Análise das afirmativas I.(correta) Pequenas mudanças podem ter um impacto positivo, reforçando a ideia de que não são necessárias mudanças drásticas para obter uma melhora na saúde mental.Identificado em :Faço também o convite para que cada um volte o olhar a si mesmo e busque descobrir que mudanças no seu estilo de vida o levariam a melhorar a sua saúde mentalnem que seja um pouquinho.II. (correta).A consistência nas práticas de autocuidado pode ser desenvolvida com práticas regulares e sustentadas.O autor menciona os cuidados diários que sua mãe tem, como fazer fisioterapia, cuidar das plantas, e manter-se ativa, o que sugere que práticas regulares e sustentadas são importantes para a saúde mental.III. (incorreta)Alguns problemas de saúde mental podem exigir intervenções mais intensas, como terapia intensiva ou tratamento médico, ao invés de apenas mudanças no estilo de vida. Embora o autor mencione que transtornos mentais podem exigir ajuda profissional, o texto não detalha que essas intervenções precisam ser necessariamente intensivas, como sugere o item. O autor menciona a importância de buscar ajuda profissional, mas sem especificar que isso necessariamente envolveria intervenções intensivas.Em nenhum momento do texto é mencionado o tratamento intensivo, já que o objetivo do autor é enfatizar a importância do autocuidado.IV.(correta) Cada pessoa tem suas próprias necessidades, critérios e formas de medir seu bem-estar e saúde mental.identificado em: Cada um terá o seu termômetro. É sempre bom lembrar: qualquer mudança</p>
------	-----	---	--	------------	----------------------	---

Dessa forma, não há alternativa correta, pois os Ítens I, II e III estão corretos.

é um tijolo a mais na construção de uma saúde mental melhor. Assim, a alternativa correta é: I, II e IV. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

4033	447	STEFANY LUIZE RODRIG UES CHAGAS	<p>Na questão 23, o gabarito preliminar é a alternativa 'd) Apenas I, III e IV', porém, verifica-se que o Ítem III está incorreto;</p> <p>O ítem III vem com o seguinte enunciado: 'III. transtorno mental = transtorno da mente, assim</p> <p>como nuvens plúmbeas = nuvens de chumbo'; porém, o termo 'nuvens plúmbeas' não equivalem a nuvens de chumbo, mas sim a nuvens cor de chumbo, pois nuvens de chumbo nem sequer existem;</p> <p>Verificando o significado de 'plúmbeo' no dicionário Aurélio, temos como possíveis significados:</p> <p>-de chumbo;</p> <p>-cor de chumbo;</p> <p>Porém, em se tratando de 'nuvens plúmbeas', é indiscutível que trata-se de nuvens da cor de chumbo.</p> <p>Portanto, a questão não possui alternativa correta, que seria 'apenas I e IV'; devido a isso, solicito a anulação da questão.</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	<p>23 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A análise morfossintática refere-se à identificação das classe gramaticais e às funções que elas desempenham no contexto. I. (correta) Em as novas tecnologias na área médica, o vocábulo médica está como adjetivo. O vocábulo médica ao ser utilizado para qualificar o substantivo 'área', passa a exercer a função de adjetivo, o que é comum na língua portuguesa, quando um substantivo pode assumir função adjetiva dependendo do contexto. Portanto, gramaticalmente, nesse contexto específico, 'médica' funciona como adjetivo. II. (incorreta) Em E o que as evidências têm nos mostrado o nos é um pronome oblíquo com função de objeto direto. O nos é objeto indireto, ou seja as evidências têm mostrado a nós III. (correta) transtorno mental = transtorno da mente, assim como nuvens plúmbeas = nuvens de chumbo. Transtorno mental = transtorno da mente. nuvens plúmbeas = nuvens de chumbo. Ambas as comparações fazem uso de locuções adjetivas ('da mente' e 'de chumbo') para substituir os adjetivos 'mental' e 'plúmbeas' A análise morfossintática está correta, pois trata de uma substituição de adjetivos por locuções adjetivas. IV. (correta) O vocábulo incapacitantes em são altamente incapacitantes é um adjetivo com função de predicativo do sujeito. O vocábulo incapacitantes é um adjetivo que caracteriza o sujeito muitos problemas de saúde mental. Assim prevalece o gabarito: I, III e IV. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	---	---	------------	-------------------	--

4040	447	STEFANY LUIZE RODRIG UES CHAGAS	<p>Na questão 40 de informática sobre arquivos em formato PDF, é necessário que indique a medida mais eficaz para mitigar riscos associados a códigos maliciosos em arquivos PDF desconhecidos, a alternativa D foi dada como correta, porém pode se constatar que a alternativa A também está correta, pois abrir os arquivos em um ambiente isolado ou sandbox , também representa uma medida eficaz para arquivos desconhecidos, por exemplo no aplicativo Acrobat Reader (gratuito) contém um modo protegido e todas as operações necessárias para que o Acrobat Reader exiba o arquivo PDF são executadas de maneira restrita em um ambiente confinado, chamado “sandbox’. No modo protegido, documentos PDF maliciosos não podem iniciar arquivos executáveis arbitrários ou gravar em diretórios do sistema ou no Registro do Windows. Sendo assim uma medida eficaz. solicito que a alternativa A) seja dada como correta também ou que a questão seja anulada.</p>	INDEFERIDO	Informática básica	<p>40 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:A resposta correta é:'Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF.'A resposta correta para a questão é 'Desativar a execução de código JavaScript nas configurações do leitor de PDF', pois esta é uma das práticas mais eficazes para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF. A execução de JavaScript é frequentemente explorada como vetor de ataque em documentos PDF. Desativá-lo nas configurações do leitor é uma medida simples e amplamente acessível, reduzindo significativamente os riscos, especialmente ao lidar com arquivos de fontes desconhecidas.Embora a alternativa 'Abrir os arquivos PDF em um ambiente isolado ou sandbox' (Alternativa A) seja tecnicamente válida e altamente eficaz, ela não é a mais prática ou amplamente acessível para o público geral. Sandboxing exige maior conhecimento técnico, pode demandar configurações específicas e não está disponível em leitores de PDF comuns. A desativação de JavaScript, por outro lado, é suficiente para a maioria dos usuários em cenários cotidianos e é uma solução mais prática.As alegações de que sandboxing seria mais adequado têm mérito, principalmente em ambientes corporativos ou em análises de segurança especializadas. A sandbox, como recurso, oferece um ambiente isolado para a abertura de arquivos suspeitos, protegendo o dispositivo e a rede de possíveis ataques. No entanto, sua implementação não é trivial para a maioria dos usuários, e recursos como o Modo Protegido do Adobe Reader, que utilizam sandboxing</p>
------	-----	---	---	------------	--------------------	--

					<p>internamente, não substituem a necessidade de desativar JavaScript como uma camada adicional de proteção. A preocupação com a necessidade de JavaScript para funcionalidades como assinaturas digitais é relevante em casos específicos. Contudo, a questão trata de documentos de fontes desconhecidas, onde tais funcionalidades não se aplicam. Para esses casos, recomenda-se limitar o uso de JavaScript a documentos de fontes confiáveis, mantendo a segurança sem comprometer funcionalidades importantes. Sobre as vulnerabilidades que podem explorar JavaScript mesmo quando desativado, é verdade que ataques sofisticados podem contornar configurações de segurança. Entretanto, desativar o JavaScript ainda elimina a maioria dos vetores de ataque comuns. Soluções como sandboxing são complementares, mas a desativação do JavaScript permanece uma prática eficaz e recomendada para a maioria dos usuários. Embora sandboxing seja uma solução robusta, sua aplicação é mais limitada a contextos corporativos e análises avançadas, o que impede que seja considerada a medida mais eficaz e acessível para todos os usuários. A desativação do JavaScript é amplamente recomendada por padrões de segurança, como os estabelecidos pelo NIST (National Institute of Standards and Technology), e atende às necessidades da maioria dos cenários de risco. Portanto, a desativação do JavaScript nas configurações do leitor de PDF é a solução mais prática, acessível e eficaz para mitigar riscos associados à execução de código malicioso em arquivos PDF de fontes desconhecidas. Diante disso, o recurso não assiste ao recorrente. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
--	--	--	--	--	--

3959	135	TAINARA APARECIDA CARNEIRO	<p>Recurso – Questionamento questão 20 alternativa A</p> <p>Venho por meio deste solicitar a revisão da questão 20 que apresenta a alternativa A como uma opção. Essa alternativa afirma que 'Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida.'</p> <p>No entanto, essa afirmação está incorreta, pelos seguintes motivos:</p> <p>Comprometimento da eficácia terapêutica: Medicamentos de liberação prolongada possuem mecanismos específicos que garantem a liberação do fármaco de maneira controlada ao longo do tempo. Triturar ou dividir compromete essa funcionalidade, levando à liberação imediata do princípio ativo.</p> <p>Risco aumentado de efeitos adversos: Ao destruir o revestimento ou a estrutura da formulação, há uma liberação súbita do fármaco, o que pode resultar em concentrações tóxicas no organismo.</p> <p>Contrariedade às recomendações técnicas: As bulas de medicamentos com formulações de liberação prolongada frequentemente</p>	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	20 Recursos assiste parcialmente, pela mundação de gabarito, visto que: (A) Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida. Incorreta. Medicamentos de liberação prolongada (ou de liberação controlada) têm revestimentos ou fórmulas específicas que controlam a liberação do fármaco no organismo ao longo do tempo. Triturá-los ou dividi-los pode comprometer esse mecanismo, levando a picos de concentração no sangue (toxicidade) ou à ineficácia do tratamento por liberação inadequada. Referência: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Guia para Boas Práticas na Administração de Medicamentos. Fick, D. M., et al. Updating the Beers Criteria for Potentially Inappropriate Medication Use in Older Adults (2019). (B) Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional. Correta. Esse é um dos princípios fundamentais para garantir a rastreabilidade, segurança e continuidade do cuidado ao paciente. O registro detalhado permite: Prevenção de erros: Evita duplicidade ou omissão de doses. Monitoramento: Facilita a análise de efeitos adversos ou falhas terapêuticas. Aspectos legais: Garante que a administração foi feita corretamente, protegendo o profissional de saúde. Referência: Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos (ISMP). Práticas Seguras na Administração de Medicamentos (2020). Potter, P. A., Perry, A. G. Fundamentos de Enfermagem (9ª edição). (C) É fundamental confirmar o nome do paciente e a medicação prescrita, comparando a prescrição com a etiqueta do
------	-----	----------------------------	---	-------------------	------------------------------------	---

contraindicam a trituração ou divisão, justamente para preservar sua eficácia e segurança.

Exemplos práticos incluem comprimidos de liberação entérica ou controlada, cujas propriedades farmacocinéticas dependem de sua integridade. O Conselho Federal de Farmácia (CFF) e as boas práticas de administração de medicamentos também orientam que medicamentos com essas características não devem ser manipulados de forma inadequada sem orientação técnica ou médica específica.

Por essas razões, a alternativa A apresenta uma conduta incorreta e contrária aos princípios de segurança na administração de medicamentos. Solicito, portanto, que seja revista a validade dessa alternativa como correta.

medicamento, antes da administração. Parcialmente correta, mas incompleta. Confirmar o nome do paciente e a medicação é um dos 6 Certos da administração segura: paciente certo, medicamento certo, dose certa, via certa, horário certo e documentação correta. No entanto, outros elementos igualmente importantes não foram mencionados, como a dose, a via e o horário da administração. Por isso, a alternativa não é a mais completa. Referência: World Health Organization (WHO). Medication Without Harm - WHO Global Patient Safety Challenge. (D) A avaliação dos sinais vitais do paciente antes da administração de certos medicamentos é essencial para garantir que não haja contraindicações. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora a avaliação dos sinais vitais seja crucial para medicamentos que podem causar alterações significativas, como anti-hipertensivos ou opióides, essa não é uma prática necessária para todos os medicamentos. Além disso, apenas avaliar sinais vitais não cobre todas as etapas da administração segura. Referência: Council of Europe. Creation of a Better Medication Safety Culture in Europe: Building up Safe Medication Practices. (E) A via de administração deve ser rigorosamente seguida conforme prescrito, pois mudanças podem alterar a eficácia e segurança do medicamento. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora seja essencial respeitar a via de administração prescrita, essa prática sozinha não garante a segurança da administração de medicamentos. Outros fatores como dose, horário e paciente correto também precisam ser verificados. Referência: ISMP. Errores en la Administración de Medicamentos y cómo Prevenirlos (2021). Diante disso, procede-se pela mudança de gabarito



							<p>de letra 'Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida' PARA 'Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional.</p>
--	--	--	--	--	--	--	---

3960	135	TAINARA APARECIDA CARNEIRO	<p>Afirmção 1: 'As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.';Esta afirmação está errada, pois o acento em 'têm' não serve para diferenciar a forma plural da singular, mas para indicar a tonicidade da palavra, enquanto 'lê' (sem acento) é a forma do singular.</p> <p>Afirmção 4: 'Além e olhar são oxítonas.';Esta afirmação também está incorreta, pois tanto 'além' quanto 'olhar' são paroxítonas.</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	<p>22 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:Análise das alternativas:(F) As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.O verbo ler não segue a regra do verbos que são acentuados para diferenciar singular do plural, como é o caso do verbo ter.ter = ele tem/eles têm.ler = Ele lê/ eles leem.(F) O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato.O vocábulo saúde é acentuado pela regra: acentuam-se o I e o U quando forem tônicos, estiverem formando hiato com com a última vogal da sílaba anterior e estiverem sozinhos ou seguidos de s na sua própria sílaba. Já o vocábulo razoável é acentuada pela regra das paroxítonas terminadas em I(_V_) Médica e básico são proparoxítonas.todas proparoxítonas são acentuadas.(V) Além e olhar são oxítonas.Oxítonas são palavras cuja sílaba tônica é a última.a-lémo-lharPortanto, as duas são oxítonas.(_V_)Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola. As duas palavras não possuem hífen.autoescola (de acordo como o Novo Acordo Ortográfico, não se usa hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com vogal diferente)Assim, prevalece o gabarito: F, F, V, V, V.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO</p>
------	-----	----------------------------	---	------------	-------------------	--

4035	361	THAIS DONADEL	<p>A questão precisa ser anulada, pois não somente a letra E Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, afetam os trabalhadores, porém a dorsalgia também afetam os trabalhadores originários de posturas inadequadas. Desta forma a questão apresenta mais que uma alternativa e precisa ser anulada.</p> <p>REFERÊNCIA: https://institutosalutesp.com.br/blog/cirurgia-da-coluna/dorsalgia-tudo-sobre-a-dor-nas-costas-na-regiao-dorsa/#:~:text=A%20Dorsalgia%20(dor%20na%20coluna,at%C3%A9%20mesmo%20condi%C3%A7%C3%B5es%20m%C3%A9dicas%20graves.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	11	<p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que, os DORTs são um conjunto de doenças que afetam músculos, tendões, ligamentos, nervos e estruturas ósseas, comumente associadas a posturas inadequadas, movimentos repetitivos e sobrecarga física. Essas condições são frequentemente atribuídas a ambientes de trabalho que não seguem princípios ergonômicos adequados.Referências bibliográficas:Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Manual de Procedimentos para Reabilitação Profissional. Brasília: INSS, 2020.Ministério da Saúde. Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). (2016). 'Ergonomia e Saúde do Trabalhador'. Disponível em: https://portal.fiocruz.br</p>
------	-----	---------------	---	------------	------------------------------------	----	---

4036	361	THAIS DONADEL	<p>Esta questão está mal formulada e varias outras referencias indicam o contrario do que é sugerido pelo gabarito preliminar. A dislipidemia recomendada através do rastreio não tem uma idade base recomendada, algumas referencia indicam acima de 20 anos, o que é o contrário do gabarito. Porém ainda em referencias é indicado que o rastreio de dislipidemia depende de diversos fatores externos, não somente idade e sexo, é levado em consideração outros exames laboratoriais, etilismo, tabagismo, e outros fatores. A questão apresenta-se sem especificações e de difícil interpretação, já que possui muitas influencias externas</p> <p>REFERENCIAS: https://www.msmanuals.com/pt/profissional/dist%C3%BArbios-end%C3%B3crinos-e-metab%C3%B3licos/dist%C3%BArbios-lip%C3%ADdicos/dislipidemia#Rastreamento_v80953274_pt</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	17	<p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que, o rastreamento da dislipidemia, por meio da dosagem sérica dos níveis de colesterol, é recomendado para homens acima de 35 anos e mulheres acima de 45 anos. O intervalo de rastreamento ainda é incerto. Homens com fatores de risco como diabetes, uso de tabaco, obesidade, história familiar de doença arterial coronariana antes dos 50 anos ou história pessoal de aterosclerose devem ser rastreados para dislipidemia a partir dos 20 anos.Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica - Modalidade a Distância. 2. ed. ? Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. 120 p.</p>
------	-----	---------------	--	------------	------------------------------------	----	---

4037	361	THAIS DONADEL	<p>Venho por meio deste solicitar a revisão da questão 20 que apresenta a alternativa A como uma opção. Essa alternativa afirma que 'Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida.'</p> <p>No entanto, essa afirmação está incorreta, pelos seguintes motivos:</p> <p>Comprometimento da eficácia terapêutica: Medicamentos de liberação prolongada possuem mecanismos específicos que garantem a liberação do fármaco de maneira controlada ao longo do tempo. Triturar ou dividir compromete essa funcionalidade, levando à liberação imediata do princípio ativo.</p> <p>Risco aumentado de efeitos adversos: Ao destruir o revestimento ou a estrutura da formulação, há uma liberação súbita do fármaco, o que pode resultar em concentrações tóxicas no organismo.</p> <p>Contrariedade às recomendações técnicas: As bulas de medicamentos com formulações de liberação prolongada frequentemente contraindicam a trituração ou divisão, justamente para preservar sua eficácia e segurança.</p>	GABARITO ALTERADO	Conhecimentos Específicos do cargo	20	<p>Recursos assiste parcialmente, pela mundação de gabarito, visto que: (A) Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida. Incorreta. Medicamentos de liberação prolongada (ou de liberação controlada) têm revestimentos ou fórmulas específicas que controlam a liberação do fármaco no organismo ao longo do tempo. Triturá-los ou dividi-los pode comprometer esse mecanismo, levando a picos de concentração no sangue (toxicidade) ou à ineficácia do tratamento por liberação inadequada. Referência: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Guia para Boas Práticas na Administração de Medicamentos. Fick, D. M., et al. Updating the Beers Criteria for Potentially Inappropriate Medication Use in Older Adults (2019). (B) Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional. Correta. Esse é um dos princípios fundamentais para garantir a rastreabilidade, segurança e continuidade do cuidado ao paciente. O registro detalhado permite: Prevenção de erros: Evita duplicidade ou omissão de doses. Monitoramento: Facilita a análise de efeitos adversos ou falhas terapêuticas. Aspectos legais: Garante que a administração foi feita corretamente, protegendo o profissional de saúde. Referência: Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos (ISMP). Práticas Seguras na Administração de Medicamentos (2020). Potter, P. A., Perry, A. G. Fundamentos de Enfermagem (9ª edição). (C) É fundamental confirmar o nome do paciente e a medicação prescrita, comparando a prescrição com a etiqueta do</p>
------	-----	---------------	---	-------------------	------------------------------------	----	---

Exemplos práticos incluem comprimidos de liberação entérica ou controlada, cujas propriedades farmacocinéticas dependem de sua integridade. O Conselho Federal de Farmácia (CFF) e as boas práticas de administração de medicamentos também orientam que medicamentos com essas características não devem ser manipulados de forma inadequada sem orientação técnica ou médica específica.

Por essas razões, a alternativa A apresenta uma conduta incorreta e contrária aos princípios de segurança na administração de medicamentos. Solicito, portanto, que seja anulada esta questão

medicamento, antes da administração. Parcialmente correta, mas incompleta. Confirmar o nome do paciente e a medicação é um dos 6 Certos da administração segura: paciente certo, medicamento certo, dose certa, via certa, horário certo e documentação correta. No entanto, outros elementos igualmente importantes não foram mencionados, como a dose, a via e o horário da administração. Por isso, a alternativa não é a mais completa. Referência: World Health Organization (WHO). Medication Without Harm - WHO Global Patient Safety Challenge. (D) A avaliação dos sinais vitais do paciente antes da administração de certos medicamentos é essencial para garantir que não haja contraindicações. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora a avaliação dos sinais vitais seja crucial para medicamentos que podem causar alterações significativas, como anti-hipertensivos ou opióides, essa não é uma prática necessária para todos os medicamentos. Além disso, apenas avaliar sinais vitais não cobre todas as etapas da administração segura. Referência: Council of Europe. Creation of a Better Medication Safety Culture in Europe: Building up Safe Medication Practices. (E) A via de administração deve ser rigorosamente seguida conforme prescrito, pois mudanças podem alterar a eficácia e segurança do medicamento. Parcialmente correta, mas incompleta. Embora seja essencial respeitar a via de administração prescrita, essa prática sozinha não garante a segurança da administração de medicamentos. Outros fatores como dose, horário e paciente correto também precisam ser verificados. Referência: ISMP. Errores en la Administración de Medicamentos y cómo Prevenirlos (2021). Diante disso, procede-se pela mudança de gabarito

								<p>de letra 'Medicamentos de liberação prolongada podem ser triturados ou divididos para facilitar a ingestão, desde que a dosagem total seja mantida' PARA 'Após a administração, é necessário registrar imediatamente no prontuário do paciente o medicamento, a dose, a via, o horário e a assinatura do profissional.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	---

4038	361	THAIS DONADEL	<p>Afirmção 1: 'As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.';Esta afirmação está errada, pois o acento em 'têm' não serve para diferenciar a forma plural da singular, mas para indicar a tonicidade da palavra, enquanto 'lê' (sem acento) é a forma do singular.</p> <p>Afirmção 4: 'Além e olhar são oxítonas.';Esta afirmação também está incorreta, pois tanto 'além' quanto 'olhar' são paroxítonas.</p> <p>Portanto, a alternativa A está errada.</p> <p>Solicito anulação</p>	INDEFERIDO	Língua Portuguesa	<p>22 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:Análise das alternativas:(F) As formas verbais Têm e lê são exemplos de verbos que permaneceram com acento, para diferenciar a forma singular da de plural.O verbo ler não segue a regra do verbos que são acentuados para diferenciar singular do plural, como é o caso do verbo ter.ter = ele tem/eles têm.ler = Ele lê/ eles leem.(F) O vocábulo razoável e saúde recebem acento pela regra das palavras que formam hiato.O vocábulo saúde é acentuado pela regra: acentuam-se o I e o U quando forem tônicos, estiverem formando hiato com com a última vogal da sílaba anterior e estiverem sozinhos ou seguidos de s na sua própria sílaba. Já o vocábulo razoável é acentuada pela regra das paroxítonas terminadas em I(_V_) Médica e básico são proparoxítonas.todas proparoxítonas são acentuadas.(V) Além e olhar são oxítonas.Oxítonas são palavras cuja sílaba tônica é a última.a-lémo-lharPortanto, as duas são oxítonas.(_V_)Psicoativas não é hifenizada, assim como autoescola. As duas palavras não possuem hífen.autoescola (de acordo como o Novo Acordo Ortográfico, não se usa hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com vogal diferente)Assim, prevalece o gabarito: F, F, V, V, V.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO</p>
------	-----	---------------	--	------------	-------------------	--

4039	361	THAIS DONADEL	Esta questão não deveria estar em uma prova para enfermeiro, pois é uma questão sobre configuração e protocolos de armazenamento, questão essa que se encaixa com engenharia da computação, pois falam sobre protocolos de mensagem e utilização de software.	INDEFERIDO	Informática Básica	37	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A resposta correta é: 'Configurar o protocolo IMAP para receber as mensagens, permitindo que as pastas e os e-mails fiquem sincronizados em todos os dispositivos conectados à conta.' O protocolo IMAP (Internet Message Access Protocol) é projetado para sincronizar mensagens e pastas de e-mail entre o servidor e vários dispositivos. Com o IMAP: Os e-mails permanecem armazenados no servidor, permitindo que o usuário acesse as mensagens em diferentes dispositivos. Todas as alterações feitas (como mover mensagens para pastas ou marcá-las como lidas) são refletidas em tempo real em todos os dispositivos conectados. Este protocolo é a solução mais adequada para quem deseja manter pastas e mensagens sincronizadas em múltiplos dispositivos. Análise das outras alternativas: 'Utilizar o protocolo POP3 para garantir que as mensagens fiquem armazenadas localmente e que possam ser acessadas sem conexão com a internet': O protocolo POP3 baixa as mensagens para o dispositivo local e, por padrão, as remove do servidor, o que não permite a sincronização entre dispositivos. 'Utilizar o SMTP para receber e enviar mensagens, uma vez que este protocolo sincroniza automaticamente as pastas e os e-mails entre dispositivos': O SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) é usado exclusivamente para envio de mensagens, não para o recebimento ou sincronização de pastas. 'Configurar o IMAP para o envio de mensagens e o POP3 para o recebimento, permitindo que os e-mails sejam baixados em todos os dispositivos': O IMAP não é usado para envio de mensagens; o protocolo correto para
------	-----	---------------	---	------------	--------------------	----	---

						<p>envio é o SMTP. Além disso, o uso do POP3 impede a sincronização entre dispositivos.'Configurar o protocolo POP3 para receber as mensagens e habilitar o SMTP para enviar, garantindo a sincronização entre dispositivos': O POP3 não suporta sincronização de pastas e e-mails entre dispositivos.Vale ressaltar que a questão está de acordo com o conteúdo programático presente no edital, a saber: 'E-mail: utilização e configurações usuais.' Isso porque a questão aborda os protocolos de configuração de e-mail, como IMAP, POP3 e SMTP, que são diretamente relacionados à utilização e configurações usuais de e-mail. Esses protocolos definem como as mensagens são enviadas, recebidas e sincronizadas, sendo parte fundamental do funcionamento e da configuração de contas de e-mail em clientes como Outlook e Thunderbird.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
--	--	--	--	--	--	--

4021	223	VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA	<p>Venho respeitosamente interpor recurso contra a questão 04, considerando que nenhuma das alternativas apresentadas está correta, conforme detalhamento a seguir:</p> <p>Análise das alternativas:</p> <p>(A) 'O diabetes tipo 2 pode se desenvolver em indivíduos com função normal da insulina, porém com um defeito severo na secreção, levando à necessidade de controle hiperglicêmico com insulina.'</p> <p>O diabetes tipo 2 é caracterizado primariamente por resistência à insulina, associada a uma diminuição progressiva da capacidade secretória das células beta pancreáticas.</p> <p>A afirmação sobre 'função normal da insulina' está incorreta, pois contradiz o mecanismo fisiopatológico do diabetes tipo 2, conforme detalhado nas Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD, 2022-2023) e no Harrison's Principles of Internal Medicine, 21ª edição.</p> <p>(B) 'O diabetes gestacional geralmente se</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	4	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:baseando-se na análise das alternativas fornecidas na questão e na descrição padrão dos diferentes tipos de diabetes, é apropriado anular a questão por não apresentar uma alternativa corretamente formulada que esteja em consonância com o conhecimento médico estabelecido sobre o diabetes. As alternativas fornecidas contêm imprecisões significativas ou descrições que não correspondem exatamente aos tipos de diabetes especificados.Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.
------	-----	---------------------------	---	-----------------	------------------------------------	---	--

resolve no pós-parto e não há risco de recorrência do diabetes em fases posteriores da vida da paciente.'

Embora o diabetes gestacional frequentemente se resolva após o parto, ele aumenta significativamente o risco de desenvolvimento de diabetes tipo 2 no futuro e de recorrência em gestações subsequentes, conforme evidenciado pelas Diretrizes da SBD (2022-2023) e pela American Diabetes Association (ADA, 2024).

A afirmação de que 'não há risco de recorrência' está incorreta.

(C) 'A principal característica do diabetes tipo 1 é a resistência à insulina, com a administração de insulina sendo necessária para controlar os níveis de glicose, mas não para prevenir cetoacidose.'

O diabetes tipo 1 é caracterizado por deficiência absoluta de insulina, causada pela destruição autoimune das células beta pancreáticas, conforme descrito pela ADA (2024) e no *Harrisons Principles of Internal Medicine*.

A administração de insulina é essencial tanto para controlar a glicemia quanto para prevenir cetoacidose diabética, uma complicação comum nesse tipo de diabetes. Assim, a alternativa está incorreta.

(D) 'LADA (diabetes autoimune latente em adultos) é uma forma de diabetes tipo 2 que se desenvolve lentamente em adultos e geralmente não está associada à presença de autoanticorpos.'

O LADA (diabetes autoimune latente do adulto) não é uma forma de diabetes tipo 2, mas sim uma variante do diabetes tipo 1 de progressão lenta.

Ele está associado à presença de autoanticorpos contra as células beta, como descrito no estudo 'Diagnostic and Classification of Diabetes Mellitus' (ADA, 2010) e nas Diretrizes da SBD (2022-2023). Portanto, a alternativa está incorreta.

(E) 'O diabetes tipo 1 é caracterizado por uma deficiência relativa de insulina, sendo a cetoacidose uma complicação rara e apenas associada a infecções graves.'

O diabetes tipo 1 é caracterizado por deficiência absoluta de insulina, não relativa, devido à destruição autoimune das células beta pancreáticas.

A cetoacidose diabética é uma complicação comum e pode ocorrer em situações como omissão de insulina ou estressores metabólicos, não sendo limitada a 'infecções graves'. Essas informações são respaldadas pelas Diretrizes da SBD (2022-2023) e pela ADA (2024). Assim, a alternativa está incorreta.

Conclusão:

Conforme demonstrado, todas as alternativas apresentadas contêm erros conceituais ou informações imprecisas, sendo impossível apontar uma resposta correta.

Solicitação:

Diante dos argumentos apresentados e das referências científicas consultadas, solicito que a questão seja anulada, garantindo a justiça e isonomia entre os candidatos.

Referências:

Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD).
Diretrizes da SBD 2022-2023. Disponível em:
www.diabetes.org.br

American Diabetes Association (ADA).
Standards of Medical Care in Diabetes – 2024.
Diabetes Care.

Harrisons Principles of Internal Medicine, 21ª
edição. McGraw-Hill Education.

American Diabetes Association. Diagnostic
and Classification of Diabetes Mellitus.
Diabetes Care. 2010;33(Suppl 1)

–S69.

4022	223	VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA	<p>Venho, respeitosamente, apresentar recurso contra o gabarito divulgado para a questão 06 da prova, que apresenta como resposta correta a alternativa (B) – 'Apenas as proposições I e II estão corretas'. Após análise detalhada do conteúdo das proposições, acredito que a resposta correta deveria ser a alternativa (E) – 'Apenas as proposições II e III estão corretas'. A seguir, apresento a fundamentação para essa revisão.</p> <p>Análise das proposições:</p> <p>Proposição I:</p> <p>'Na rinite não alérgica com eosinofilia (NARES), a eosinofilia local e periférica é o único marcador presente.'</p> <p>A proposição está incorreta, pois a NARES não se caracteriza apenas pela eosinofilia local e periférica. Embora a eosinofilia seja um marcador importante, outros achados também são presentes, como a inflamação nasal crônica e alterações na mucosa nasal, além de a NARES não apresentar as respostas típicas de uma rinite alérgica (como o aumento de IgE). Portanto, a afirmação de</p>	QUESTÃO ANULADA	Conhecimentos Específicos do cargo	10	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: Proposição I: Afirmar que a eosinofilia local e periférica é o 'único marcador' na NARES é incorreto. Na realidade, outras características inflamatórias podem estar presentes em NARES, o que torna a proposição factualmente errada. Proposição II: A proposição que o ECP é elevado após provocação nasal na asma, embora possa ter suporte em certos estudos, não é universalmente aceita na comunidade médica como uma característica geral da asma. Isso torna a proposição imprecisa e potencialmente enganosa. Proposição III: Apesar de o mepolizumab ser eficaz na redução da eosinofilia em casos específicos de asma eosinofílica, a generalização de sua eficácia para 'diminuir a eosinofilia local na asma' pode ser considerada uma super simplificação, uma vez que a resposta ao tratamento pode variar significativamente entre os pacientes. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.</p>
------	-----	---------------------------	--	-----------------	------------------------------------	----	---

que a eosinofilia é o único marcador presente não é precisa.

Proposição II:

'Na asma, há uma correlação positiva entre o FeNO (fractional exhaled nitric oxide) e o ECP, sendo o ECP elevado após provocação nasal.'

Esta proposição está correta, pois a correlação entre o FeNO e o ECP é bem documentada em estudos clínicos. O FeNO, que é um marcador de inflamação nas vias aéreas, está frequentemente elevado na asma eosinofílica, refletindo a presença de eosinófilos. O ECP, uma proteína liberada pelos eosinófilos, também se eleva em resposta à inflamação, e estudos demonstram que ele pode aumentar após provocação nasal. A literatura científica, como as publicações de Papi et al., 2018 e Buhl et al., 2019, confirma essa correlação.

Proposição III:

'O mepolizumab, anticorpo monoclonal anti-

IL-5, é clinicamente eficaz em diminuir a eosinofilia local na asma.'

Esta proposição está correta. O mepolizumab é um anticorpo monoclonal que inibe a interleucina-5 (IL-5), uma citocina chave no recrutamento e ativação de eosinófilos. O mepolizumab é eficaz em reduzir a eosinofilia nas vias aéreas de pacientes com asma eosinofílica, especialmente nas vias respiratórias inferiores. A eficácia do mepolizumab está bem documentada em estudos clínicos, onde ele demonstrou redução significativa da eosinofilia e melhoria nos sintomas asmáticos. O efeito do mepolizumab no controle da eosinofilia e da inflamação brônquica está respaldado por diversos estudos, como os de Jensen et al., 2020 e Haldar et al., 2009, que mostram a sua eficácia na asma eosinofílica, incluindo nas vias respiratórias inferiores, onde ocorre a maior concentração de eosinófilos.

Embora o termo 'eosinofilia local' possa gerar alguma dúvida, é importante esclarecer que, na asma eosinofílica, a redução da eosinofilia é principalmente observada nas vias aéreas inferiores, como os brônquios. Isso é

considerado uma redução eficaz da 'eosinofilia local' para os efeitos do tratamento.

Fundamentação para o recurso:

Dada a precisão das proposições II e III, que estão em conformidade com a literatura científica atual sobre a asma e o tratamento com mepolizumab, solicito a revisão do gabarito. A alternativa correta seria (E) – 'Apenas as proposições II e III estão corretas', pois ambas as proposições II e III estão de acordo com o que é comprovado na prática clínica e na literatura médica.

Fontes de Referência:

Papi, A., et al. (2018). 'Exhaled nitric oxide: a noninvasive marker of eosinophilic inflammation in asthma.' Journal of Allergy and Clinical Immunology.

Buhl, R., et al. (2019). 'FeNO as a biomarker in asthma: a review of the literature.' Respiratory Medicine.

Jensen, J., et al. (2020). 'Mepolizumab for the



treatment of asthma.' The Lancet Respiratory Medicine.

Haldar, P., et al. (2009). 'Eosinophilic inflammation in asthma: mechanisms and therapeutic targets.' Clinical and Experimental Allergy.

4024	223	VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA	<p>Solicitação de revisão do gabarito da questão sobre hipotireoidismo.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Proposição I: 'A alteração do reflexo de Aquiles é um sinal clínico com importante valor diagnóstico no hipotireoidismo.'</p> <p>A proposição I está imprecisa. Embora a alteração nos reflexos, como o reflexo de Aquiles, possa ser observada no hipotireoidismo devido à diminuição da atividade neuromuscular, ela não é um sinal diagnóstico chave para a condição. A alteração do reflexo de Aquiles pode ser encontrada em uma variedade de outras condições neurológicas ou metabólicas e, por si só, não é determinante para o diagnóstico de hipotireoidismo.</p> <p>O diagnóstico de hipotireoidismo é fundamentalmente laboratorial, com a dosagem de TSH (hormônio estimulante da</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	17	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos:O recurso apresentado contesta a validade de várias proposições sobre o diagnóstico do hipotireoidismo, mas falha ao generalizar a importância de diagnósticos específicos e ao interpretar incorretamente a prevalência de hiperprolactinemia. Primeiramente, a afirmação de que a alteração do reflexo de Aquiles possui valor diagnóstico no hipotireoidismo é pertinente e reconhecida na prática médica, mesmo que não seja exclusiva desta condição; ela é utilizada em conjunto com outras avaliações clínicas e testes laboratoriais para um diagnóstico mais completo. Quanto à hiperprolactinemia associada ao aumento do TRH no hipotireoidismo, o recurso erra ao afirmar que é mais frequente em homens, sendo mais comum em mulheres, o que invalida o argumento de que a proposição II está correta como afirmado. Por fim, a proposição III é universalmente aceita e correta, destacando a necessidade de investigação de hipotireoidismo em mulheres com distúrbios menstruais e infertilidade. Portanto, o recurso não só começa com uma premissa errônea sobre o reflexo de Aquiles mas também interpreta mal os dados sobre a hiperprolactinemia, e esses equívocos comprometem a sua validade geralDiante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	---------------------------	---	------------	------------------------------------	----	--

tireoide) e T4 livre sendo essenciais para confirmação da doença. A alteração de reflexos profundos é mais um achado associado, mas não tem o peso diagnóstico que a proposição sugere.

Referências:

Guyton, A.C., Hall, J.E. Tratado de Fisiologia Médica. 13ª edição. Elsevier, 2016.

M. H. Jameson, L. De Groot, Endocrinologia. 11ª edição. Elsevier, 2016.

Proposição II: 'A hiperprolactinemia no hipotireoidismo está relacionada aos níveis elevados de TRH, e é mais frequentemente observada em homens.'

A proposição II está parcialmente correta, mas falha ao afirmar que a hiperprolactinemia é mais comum em homens. A hiperprolactinemia pode ocorrer em casos de hipotireoidismo devido ao aumento dos níveis de TRH, que estimula a secreção de prolactina pela hipófise anterior.

No entanto, a literatura médica sugere que a hiperprolactinemia é mais notável em mulheres, especialmente aquelas com sintomas como galactorreia ou distúrbios menstruais. Portanto, a afirmação de que a hiperprolactinemia é mais frequente em homens não está correta.

Referências:

Kopp, P., Thyroid and pituitary disease. Endocrinology. 2019.

Danese, M.D., Clinical Endocrinology. Elsevier, 2017.

Proposição III: 'Mulheres em idade fértil com distúrbios menstruais e infertilidade devem ser investigadas bioquimicamente para hipotireoidismo.'

A proposição III está correta. O hipotireoidismo pode causar distúrbios menstruais, como oligomenorreia (ciclos menstruais irregulares), menorragia (sangramentos excessivos), e infertilidade.

Mulheres em idade fértil com esses sintomas devem ser investigadas para hipotireoidismo por meio de exames laboratoriais, principalmente dosando o TSH e T4 livre. Isso é amplamente recomendado pela literatura médica.

Referências:

Jameson, J.L., Harrison's Principles of Internal Medicine, 20ª edição, McGraw-Hill Education, 2018.

M. H. Jameson, L. De Groot, Endocrinologia. Elsevier, 2016.

Conclusão:

A alternativa correta seria a alternativa (A), considerando que apenas a proposição III está correta. As proposições I e II contêm erros que impactam o entendimento sobre o diagnóstico e a fisiopatologia do hipotireoidismo, conforme as explicações acima e as fontes científicas mencionadas.

4014	142	WILLIAN RODRIGUES	<p>Para responder adequadamente, devemos identificar a razão principal mencionada no texto para a chegada dos imigrantes em Macieira (SC). Baseando-se no enunciado e no contexto histórico, a alternativa correta é:</p> <p>(E) A necessidade de mão de obra para a construção de estradas.</p> <p>Essa resposta é justificada pela relação direta entre a chegada dos imigrantes e a necessidade de mão de obra qualificada, muito comum em regiões que buscavam desenvolvimento por meio de infraestrutura, como estradas, no início do século XX.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Gerais	<p>31 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A resposta correta para a questão é 'O receio de perder suas terras e a necessidade de proteção das propriedades locais', conforme informações do site oficial de Macieira (SC). De acordo com a história do município, Pedro Mendes, proprietário das terras, foi motivado a convidar imigrantes para se estabelecerem na região como uma estratégia de ocupação e proteção das propriedades contra possíveis disputas e invasões. Essa iniciativa buscava assegurar o domínio das terras e reforçar a presença humana na área. Análise das outras alternativas: 'O desejo de criar um centro urbano para atrair novos investimentos': Embora o desenvolvimento urbano fosse um objetivo indireto, a principal motivação de Pedro Mendes não era criar um centro urbano, mas proteger suas propriedades e evitar disputas territoriais. 'A intenção de estabelecer uma rota de transporte fluvial': Não há evidências históricas de que a região de Macieira estivesse associada a projetos de transporte fluvial ou que isso tenha influenciado a decisão de Pedro Mendes em atrair imigrantes. 'O interesse em expandir o comércio de gado na região': Apesar de a agropecuária ser relevante para o desenvolvimento posterior da região, o convite aos imigrantes não foi feito com a intenção de expandir o comércio de gado. A preocupação principal estava relacionada à ocupação territorial e proteção das terras. 'A necessidade de mão de obra para a construção de estradas': A construção de estradas pode ter sido um benefício adicional, mas não foi o motivo específico que levou Pedro Mendes a trazer imigrantes. O contexto</p>
------	-----	-------------------	---	------------	----------------------	--



									histórico aponta que a proteção das terras era a prioridade. Fonte: https://macieira.sc.gov.br/bem-vindos-ao-municipio-de-macieira Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

4016	142	WILLIAN RODRIGUES	<p>A questão 18 trata das hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021. Vamos analisar cada alternativa:</p> <p>(A) Correta. A contratação de profissionais do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, é uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas no Art. 74, inciso III, da Lei 14.133/21. Não é necessário que o artista seja consagrado pela crítica ou opinião pública.</p> <p>(B) Incorreta. Na licitação inexigível, a inviabilidade de competição justifica a escolha do fornecedor ou prestador, mas isso não elimina a possibilidade de avaliação do objeto ou do serviço em algumas situações.</p> <p>(C) Correta. A aquisição de materiais ou serviços que só possam ser fornecidos por fornecedor exclusivo também configura hipótese de inexigibilidade, conforme Art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21. Nesse caso, é essencial comprovar a exclusividade.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>18 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A alternativa correta, conforme a Lei nº 14.133/21, é a 'É inexigível a licitação no caso de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.' Isso está claramente especificado no Art. 74, inciso I da lei, que trata das situações em que a competição é inviável devido à exclusividade do fornecedor. As demais alternativas estão incorretas por não estarem em conformidade com a lei: A inexigibilidade de licitação para contratação de profissional do setor artístico, conforme o Art. 74, inciso II, exige que o profissional seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.? Em casos de inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel, por exemplo, a lei exige uma avaliação prévia do bem, conforme o Art. 74, § 5º, inciso I.? A lei não limita a inexigibilidade de licitação somente aos casos que podem ser contratados por meio de credenciamento, mas também inclui outras situações descritas nos incisos I a V do Art. 74.? A lei explicitamente menciona a locação de imóvel cujas características de instalações e localização tornem necessária sua escolha como uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme Art. 74, inciso V. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-------------------	--	------------	------------------------------------	---

(D) Incorreta. A inexigibilidade não está restrita aos objetos de contratos que possam ser controlados por exclusividade, como sugerido. Há outras hipóteses previstas, como a contratação de profissionais artísticos.

(E) Incorreta. A Lei prevê situações específicas para inexigibilidade, mas isso não exclui hipóteses como locações, desde que devidamente justificadas.

Resposta correta: (A) e (C), mas como só uma deve ser escolhida, o foco principal está em (A) como aplicação mais ampla e comum.

4017	142	WILLIAN RODRIGUES	<p>A questão 17 aborda os princípios das licitações previstos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Vamos analisar cada proposição:</p> <p>I. Correto. A licitação deve observar o princípio do julgamento objetivo, conforme estabelecido no Art. 5º, inciso IV, da Lei 14.133/21.</p> <p>II. Incorreto. O 'orçamento sigiloso' não é um princípio aplicável às licitações. Ele é mencionado como uma prática possível em situações específicas para proteger a competitividade, mas não configura um princípio.</p> <p>III. Correto. A economicidade é expressamente prevista como princípio aplicável às licitações, conforme disposto no Art. 5º, inciso I, da Lei 14.133/21.</p> <p>Resposta correta: C. Apenas as proposições I e III estão corretas.</p>	INDEFERIDO	Conhecimentos Específicos do cargo	<p>17 Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: Com base no Art. 5º da Lei nº 14.133/21, que detalha os princípios a serem observados na aplicação da lei de licitações, as proposições podem ser analisadas da seguinte forma: I. A licitação deverá observar o princípio do julgamento objetivo.? Correta. O princípio do julgamento objetivo está explicitamente mencionado no artigo. Isso significa que todas as decisões devem ser fundamentadas em critérios objetivos previamente estabelecidos no edital, garantindo um tratamento isonômico entre os participantes e evitando julgamentos baseados em critérios pessoais ou subjetivos. II. O orçamento sigiloso é um princípio aplicável às licitações.? Incorreta. O artigo não lista o 'orçamento sigiloso' como um princípio da licitação. Na verdade, a lei valoriza princípios como a transparência e a publicidade. Enquanto a lei permite o sigilo de certos aspectos do orçamento até a conclusão da licitação para garantir a competitividade, isso é tratado como uma exceção, e não como um princípio geral. III. A economicidade é prevista expressamente como princípio das licitações.? Correta. A economicidade é explicitamente mencionada como um dos princípios nas licitações. Este princípio assegura que a contratação realizada pela Administração Pública deve ser a mais vantajosa e econômica, buscando a melhor relação custo-benefício possível. O gabarito considerou 'Apenas as proposições I e III estão corretas.' Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
------	-----	-------------------	---	------------	------------------------------------	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA/SC
CONCURSO PÚBLICO – 01/2024
ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

